

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANA FLÁVIA LUCA DE CASTRO

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL:
estágio supervisionado e a realidade do trabalhador estudante**

FRANCA

2015

ANA FLÁVIA LUCA DE CASTRO

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL:
estágio supervisionado e a realidade do trabalhador estudante**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – trabalho e sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Giaqueto

FRANCA

2015

Castro, Ana Flávia Luca de.

Formação profissional em Serviço Social : estágio supervisionado e a realidade do trabalhador estudante / Ana Flávia Luca de Castro. – Franca : [s.n.],2015.

188 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Adriana Giaqueto.

1. Serviço social - Estudo e ensino. 2. Serviço social – Orientação profissional. 3. Estagiários (Educação). I. Título.

CDD – 361.007

ANA FLÁVIA LUCA DE CASTRO

**FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL:
estágio supervisionado e a realidade do trabalhador estudante**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – trabalho e sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof.ª. Dr.ª. Adriana Giaqueto

1º Examinadora: _____

2º Examinadora: _____

Franca, ____, de _____ de 2015.

É com imenso prazer que concluo essa pesquisa e dedico a todos os
trabalhadores estagiários que foram à razão do meu estudo,
possibilitando a união de duas temáticas que tenho muito apreço: o
estágio supervisionado e o mundo do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade de concluir mais uma etapa da tão sonhada carreira acadêmica.

Agradeço imensamente a minha orientadora Adriana, expresso a minha gratidão pelos momentos compartilhados ao longo desses seis anos de parceria, foi através desses momentos que me encantei pela pesquisa e pela temática estágio supervisionado. Espero que essa nossa parceria possa continuar rendendo boas experiências!

Um agradecimento especial a minha família, aqui representada pelos meus pais, que sempre acreditaram nos meus sonhos e estiverem do meu lado nos momentos de desânimo e nos momentos de alegria, sempre me motivando a seguir rumo aos meus objetivos.

Quero agradecer também, a UNESP e a Pós-Graduação que me proporcionaram a aproximação com a pesquisa científica.

Agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS), que contribui com o estudo e pesquisa sobre o processo de estágio supervisionado e a formação profissional.

A minha turma de mestrado, aos colegas que compartilharam angústias e conquistas, pessoas muito especiais que fizeram parte dessa minha trajetória.

Agradeço a CAPES pelo financiamento da pesquisa, que me possibilitou dedicação exclusiva ao mestrado.

E por fim, a todos que de alguma forma fizeram parte da concretização do meu sonho.

Aula de Voo

O conhecimento
Caminha lento feito lagarta.
Primeiro não sabe que sabe
E voraz contenta-se com o cotidiano orvalho
Deixado nas folhas vividas das manhãs.

Depois pensa que sabe
E se fecha em si mesmo:
Faz muralhas,
Cava trincheiras,
Ergue barricadas.
Defendendo o que pensa saber
Levanta certezas na forma de muro,
Orgulhando-se de seu casulo.

Até que maduro
Explode em voos
Rindo do tempo que imaginava saber
Ou guardava preso o que sabia.
Voa alto sua ousadia
Reconhecendo o suor dos séculos
No orvalho de cada dia.

Mesmo o voo mais belo
Descobre um dia não ser eterno
É tempo de acasalar:
Voltar à terra com seus ovos
À espera de novas e prosaicas lagartas.

O conhecimento é assim:
Ri de si mesmo
E de suas certezas.
É meta da forma
Metamorfose
Movimento
Fluir do tempo
Que tanto cria como arrasa

A nos mostrar que para o voo
É preciso tanto o casulo
Como a asa.

Mauro Luis Iasi

CASTRO, A. F. L. **Formação profissional em serviço social: estágio supervisionado e a realidade do trabalhador estudante** 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

RESUMO

O estágio supervisionado é o primeiro momento de aproximação da realidade profissional, que dá a oportunidade ao estagiário de vivenciar os desafios profissionais em seu cotidiano e vivenciar a práxis, através do contato com teoria e prática, de forma articulada. Portanto, a presente dissertação apresenta uma reflexão acerca da formação profissional em Serviço Social, com destaque para o estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes dentro dos projetos de extensão universitária. Nosso objetivo maior é investigar sobre a realidade de estágio supervisionado vivenciada por trabalhadores estudantes dentro dos grupos de extensão universitária no curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Campus de Franca, tendo como universo a própria Faculdade e como lócus de pesquisa a extensão universitária. A metodologia está pautada na abordagem qualitativa, utilizando assim, a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo, a qual tem como sujeitos quatro trabalhadores estagiários, quatro supervisores de campo de projetos de extensão, o coordenador e o representante discente da comissão de estágio, e o coordenador do curso de Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. formação profissional. estágio supervisionado. trabalhadores estudantes.

CASTRO, A.F.L. **Formação profissional em serviço social: estágio supervisionado e a realidade do trabalhador estudante** 2015. 188 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

ABSTRACT

The supervised training is the first moment to meet the professional reality, which gives the opportunity to intern to experience the professional challenges in their daily lives and experience the practice, through contact with theory and practice, in coordination. Therefore, this dissertation presents a reflection on the vocational training in Social Work, especially the supervised training, performed by student workers within the university extension projects. Our main goal is to investigate the reality experience about supervised training experienced by working students within the university extension groups in the course of Social Work , Faculty of Humanities and Social Sciences – UNESP/Campus Franca, having as universe the very college and as position of research the extension university, desk research and field research, which has as subjects four interns workers methodology is guided in the qualitative approach, using thus the bibliographic search, four field supervisors of extension projects, the coordinator, the student representative of the internship committee, and the coordinator of the course Social Work.

Keywords: Social Work. professional qualification. supervised training. working students.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Extensão universitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	89
Quadro 2 - Caracterização dos sujeitos	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Período.....	96
Gráfico 2 – Gênero	98
Gráfico 3 – Faixa etária.....	100
Gráfico 4 – Naturalidade	100
Gráfico 5 – Região	101
Gráfico 6 – Com quem reside	102
Gráfico 7 – Estado civil	103
Gráfico 8 – Filhos.....	103
Gráfico 9 – Formação do 2º grau	104
Gráfico 10 – Área de trabalho	106
Gráfico 11 – Jornada de trabalho	107
Gráfico 12 – Tempo no atual emprego	109
Gráfico 13 – Idade que começou a trabalhar.....	109
Gráfico 14 – Faixa salarial.....	111
Gráfico 15 – Renda familiar	112
Gráfico 16 - Serviço Social era a sua 1ª opção de curso	113
Gráfico 17 – Motivo que levou a escolher o curso de Serviço Social	113
Gráfico 18 – Tempo que se dedica aos estudos	114
Gráfico 19 – O fato de ser um trabalhador estudante é um aspecto que influencia sua formação profissional	116
Gráfico 20 – Influência em ser um trabalhador estudante.....	116
Gráfico 21 – Se não estivesse trabalhando conseguiria manter os estudos	118
Gráfico 22 – Dificuldades em conciliar trabalho e estágio supervisionado.....	120
Gráfico 23 – Importância do estágio supervisionado	121
Gráfico 24 – Local que realiza estágio	123

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social
CFE	Conselho Federal de Educação
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CJS	Centro Jurídico Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FCHS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
FDL	Faculdade de Direito de Franca
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FHDSS	Faculdade de História, Direito e Serviço Social
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHSS	Instituto de História e Serviço Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
NESS	Núcleo de Estágio em Serviço Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Política Nacional de Estágio
PUC	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão Universitária
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU	Secretaria de Educação Superior
UFA	Unidade de Formação Acadêmica
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNI-FACEF Centro Universitário de Franca

UNIFRAN Universidade de Franca

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA	23
1.1 Trabalho e educação como categorias ontológicas	23
1.2 O trabalho na sociedade capitalista	26
1.3 Formação profissional em Serviço Social.....	31
CAPÍTULO 2	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL.....	46
2.1 Concepções e legalidade do estágio supervisionado em Serviço Social	46
2.2 Estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes	59
2.3 Extensão universitária como locus de realização do estágio.....	67
2.4 Desafios para realização do estágio supervisionado.....	73
CAPÍTULO 3	
O ESTÁGIO PARA TRABALHADORES ESTUDANTES: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ALTERNATIVA?	80
3.1 Conhecendo o Município de Franca e a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	80
3.2 O estágio supervisionado na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais	87
3.3 Perfil dos trabalhadores estagiários do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do ano de 2013	95
3.4 O estágio supervisionado para trabalhadores estudantes do curso de Serviço Social da FCHS/Franca.....	126
3.5 Trabalho, educação e estágio supervisionado	128
3.5.1 O ingresso dos trabalhadores estudantes no curso de Serviço Social.....	128
3.5.2 O significado do estágio supervisionado para a formação profissional	135
3.5.3 A organização estrutural da política de estágio do curso de Serviço Social na UNESP/Franca.....	137

3.5.4 Estratégias e alternativas para realização de estágio supervisionado para trabalhadores estudantes	142
3.5.5 Supervisão de campo e supervisão acadêmica	148
3.5.6 A experiência de estágio supervisionado para trabalhadores estudantes na extensão universitária	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICES	
Apêndice A – Questionário para compreensão do perfil dos trabalhadores estudantes que são estagiários do curso de Serviço Social.....	177
Apêndice B – Perguntas Utilizadas na Pesquisa de Campo	182
ANEXO	
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	188

INTRODUÇÃO

Por um lado, é preciso uma mudança das condições para criar um sistema de instrução novo, por outro lado, é preciso um sistema de instrução já novo para poder mudar as condições sociais. Por conseguinte, é preciso partir da situação atual. (MARX; ENGELS, 1978, p. 224).

A escolha pelo objeto de pesquisa vem das inquietações e vivências da pesquisadora, que se dedica ao estudo da formação profissional desde o início da trajetória acadêmica.¹

A presente pesquisa de mestrado se propôs a pensar sobre a formação profissional em Serviço Social, tendo como objeto de estudo o estágio supervisionado com enfoque nos trabalhadores estudantes.

A nossa hipótese inicial é de que o estágio supervisionado realizado pelos trabalhadores estudantes nos projetos de extensão universitária na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Franca do ponto de vista da qualidade não tiveram uma contribuição significativa para formação profissional em Serviço Social.

Ressaltamos que de acordo com a nossa hipótese inicial e o nosso objeto de estudo, foi possível materializarmos os seguintes objetivos:

- Investigar sobre a realidade de estágio supervisionado vivenciada por trabalhadores estudantes dentro dos grupos de extensão universitária no curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Campus de Franca;
- Pesquisar sobre estágio supervisionado em Serviço Social;
- Conhecer a realidade dos trabalhadores estudantes, estagiários dos grupos de extensão;
- Identificar como está organizada a política de estágio do curso de Serviço Social da UNESP/Campus de Franca;
- Investigar como se dá o processo de estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes nos grupos de extensão do curso de Serviço Social da UNESP/Franca, na concepção dos sujeitos envolvidos.

¹ No âmbito da pesquisa em Serviço Social, a pesquisadora dedicou-se ao estudo sobre o estágio supervisionado desde 2011 enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no qual teve a oportunidade de se aproximar do tema em estudo, posteriormente empenhou-se na pesquisa sobre o processo de supervisão de campo no estágio supervisionado em Serviço Social, sendo financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e resultando em seu Trabalho de Conclusão, o que possibilitou a aproximação aos grupos de estudo e pesquisa sobre formação profissional, além de bibliografias referentes ao tema proposto, demonstrando assim, o acúmulo teórico da autora.

Para concretizarmos os nossos objetivos, a metodologia da pesquisa se pautou em uma abordagem qualitativa, em uma perspectiva histórica e dialética, buscamos compreender por meio da pesquisa qualitativa o estágio supervisionado e a realidade dos trabalhadores estudantes através de um aprofundamento das ações e das relações humanas analisadas nessa pesquisa, que não são passíveis de quantificação:

A pesquisa qualitativa de tipo histórico – estrutural, dialética, parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana. (TRIVIÑOS, 1987, p. 129).

Dessa forma, partimos de uma concepção dialética da realidade, na qual, acreditamos que os fenômenos sociais são possíveis de serem compreendidos ultrapassando as aparências imediatas.

Procuramos compreender o estágio supervisionado e a realidade do trabalhador estudante de forma crítica e em sua totalidade, ou seja, inserida no contexto econômico, social, político e histórico.

Em consonância com a abordagem qualitativa, portanto, utilizamos a pesquisa bibliográfica, na qual, buscamos autores que discutem a temática em estudo, com a finalidade de obtermos respaldo teórico e subsídios para discussão acerca do tema. De acordo com Maria Marly Oliveira (2010, p. 69) “[...] a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é levar o pesquisador (a) a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo [...]”

Utilizamos ainda, a pesquisa documental, que foi realizada através de consultas de documentos referentes ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – (FCHS) UNESP/Franca (estatutos, regimentos, projeto pedagógico), com intuito de conhecer a trajetória da Faculdade e do curso.

Pesquisamos também documentos relacionados ao estágio supervisionado em Serviço Social da (FCHS) (regimento interno e normativas de criação do Núcleo de Estágio), leis que norteiam o processo de estágio como a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Além de documentos que dizem respeito à extensão universitária com intuito de conhecermos o lócus da nossa pesquisa.

De forma sintética a dissertação se divide em três capítulos articulados, que têm a intenção de aproximar o leitor da realidade pesquisada e proporcionar uma reflexão acerca do tema.

Estudar a formação profissional em Serviço Social, especialmente o estágio supervisionado, requer uma análise do contexto em que está inserida essa formação, principalmente quando o assunto é o estágio realizado pelos trabalhadores estudantes.

Sendo um componente central na vida do homem, não poderíamos deixar de evidenciar o trabalho, caracterizando-o na sociedade contemporânea, essa mesma sociedade que está inserida a formação profissional em Serviço Social.

Dessa forma, nosso trabalho perpassou pelo contexto atual discorrendo sobre a formação profissional na sociedade capitalista, ressaltando duas categorias essenciais para nossa pesquisa, sendo elas o trabalho e a educação.

Primeiramente realizamos uma reflexão sobre o trabalho e a educação como categorias ontológicas, que possibilitaram o desenvolvimento do ser social, compartilhando a ideia de que a educação é uma categoria derivada do trabalho, no sentido de que a educação era intrínseca ao ato de trabalhar, sendo processos simultâneos e inseparáveis.

Entretanto, tanto o trabalho como a educação assumem configurações particulares no contexto contemporâneo, sendo de suma importância fazer uma análise de como eles se organizam na sociedade capitalista atual.

Portanto, nos dedicamos ao estudo do trabalho na sociedade capitalista, ressaltando o conceito de trabalho abstrato e trabalho concreto. O trabalho abstrato é aquele que busca incessantemente a extração da mais-valia, tendo essa exploração como único objetivo, enquanto que, o trabalho concreto é aquele que possibilita a criação de valores de uso, sendo fundamental para o desenvolvimento do homem, e se tornando o seu ato fundante.

Nesse sentido, analisamos o trabalho abstrato efetivado no modo de produção capitalista, que assume a sua forma de trabalho assalariado, ou seja, um emprego apenas com fins de sobrevivência, transformando o homem em mercadoria, que despossuído dos meios de produção necessita vender a sua força de trabalho em troca de um salário que garanta minimamente a sua sobrevivência.

Portanto, quando utilizamos o termo “trabalhadores estudantes”, estamos nos reportando àqueles que, dentro do sistema capitalista de produção, desempenham diferentes atividades externas à universidade para a própria subsistência.

Evidenciamos essa realidade trazendo os rebatimentos que essa configuração de trabalho atual provoca na classe trabalhadora, como a precarização, alienação e privatização dos direitos sociais.

Foi diante desse contexto que compreendemos a formação profissional, relembrando o surgimento do Serviço Social enquanto profissão, com seus avanços e permanências.

Destacamos as Diretrizes Curriculares, dada a importância da mesma para formação profissional e para nossa pesquisa, evidenciando assim uma conquista da categoria profissional.

Além disso, como a formação profissional faz parte de um contexto mais amplo, que é o sistema educacional, retomamos a discussão da educação, com ênfase na precarização do ensino, enfatizando mais uma vez o afastamento entre trabalho e educação, evidenciado no início da pesquisa.

No segundo capítulo nos dedicamos à reflexão sobre o estágio supervisionado em Serviço Social, sendo um componente curricular essencial para formação profissional, que permite a aproximação do discente com a realidade social, as expressões da questão social, e possibilita a interlocução entre teoria e prática, além de proporcionar a utilização dos instrumentais da profissão, e a vivência do cotidiano profissional, com todas as suas limitações e possibilidades.

Para iniciarmos a reflexão sobre estágio supervisionado, consideramos as questões relacionadas à teoria e à prática, tanto na formação, quanto no trabalho profissional do (a) assistente social. Consideramos que são dimensões inseparáveis, e que se tornam mais nítidas para os estudantes durante a realização do estágio supervisionado.

Sendo assim, defendemos a indissociabilidade das competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política para realização do estágio, que ultrapassa a mera apreensão do fazer técnico, articulando todas as dimensões profissionais e efetivando a relação teoria e prática.

Quando falamos em estágio supervisionado em Serviço Social, precisamos identificar quais os sujeitos envolvidos nesse processo, definindo as competências e responsabilidades dos estagiários, supervisores de campo e supervisores acadêmicos, cada qual com suas atribuições determinadas, mas que devem trabalhar juntos em uma relação de ensino e aprendizagem.

Evidenciamos a função de cada sujeito e apresentamos as concepções presentes na literatura no que diz respeito ao estágio supervisionado, bem como as legislações que

conferem um estatuto de proteção aos sujeitos envolvidos e ao processo de estágio como um todo.

Posteriormente, discorreremos sobre o processo de estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes, salientando que nos referimos ao termo “trabalhadores estudantes” porque esses estagiários, sobretudo, são trabalhadores que tiveram acesso ao ensino superior.

Refletimos sobre esse acesso ao ensino superior, principalmente pela classe trabalhadora, analisamos algumas garantias legais que defendem o ingresso dos trabalhadores a educação, mas que infelizmente trazem poucas questões e efetividade.

Pesquisando sobre o estágio e a realidade dos trabalhadores estudantes, encontramos as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para cumprimento do estágio supervisionado, também estudamos as estratégias e as possibilidades que as universidades têm ofertado para esses estagiários.

Como uma das alternativas levantadas foi a possibilidade de inserção desses trabalhadores nos projetos de extensão universitária, investigamos sobre a efetividade desses projetos enquanto campos de estágio.

Principiamos ponderando o que é a extensão universitária, apresentando alguns conceitos e legislações, bem como as conquistas e desafios, considerando a extensão universitária como um espaço propício para o diálogo, a construção de conhecimentos e a troca de experiências.

A proposta de estágio em projetos de extensão universitária não é nova, alguns grupos de extensão oferecem vagas de estágio supervisionado para estudantes de diferentes cursos.

No curso de Serviço Social, o estágio supervisionado realizado na extensão universitária ganhou visibilidade, por meio da Política Nacional de Estágio, que valida essa experiência de estágio destacando a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Porém, ressalta que o estágio nos projetos de extensão deve cumprir todas as prerrogativas do processo de estágio supervisionado em Serviço Social, afirmando que extensão e estágio não são sinônimos.

Destacamos ainda, os desafios atuais para realização do estágio supervisionado, e de acordo com a literatura pesquisada, uma problemática que envolve o estágio é o não entendimento do mesmo como um processo de ensino e aprendizagem, dificultando a interlocução entre os sujeitos envolvidos, além da sua compreensão como preparação de mão

de obra para inserção ao mercado de trabalho, compreendendo o estágio apenas como treinamento para o trabalho profissional, desvinculando a unidade entre teoria e prática.

Outro desafio mencionado foi relativo à realidade dos trabalhadores estagiários, que de acordo com a sociedade em que vivemos, precisam trabalhar para garantir a sua sobrevivência, entendendo-o da forma como está configurado no modo de produção capitalista, isto é, o trabalho abstrato que se materializa em emprego.

Diante de tudo que foi exposto, analisamos se a extensão universitária dedicada ao estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes foi uma alternativa viável e efetiva do ponto de vista da qualidade da formação profissional.

Para tanto, iniciamos o terceiro capítulo aproximando-nos do nosso universo de pesquisa, a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP/Franca e como lócus, os projetos de extensão universitária que viabilizaram o estágio supervisionado para trabalhadores estudantes.

Apresentamos a história do município de Franca, onde está localizada a Faculdade e ressaltamos o estágio supervisionado para o curso de Serviço Social.

Apresentamos também, o perfil dos trabalhadores estagiários do curso de Serviço Social da UNESP/Franca referente ao ano de 2013, com intuito de conhecer e dar visibilidade à realidade desses trabalhadores.

Sendo assim, utilizamos o questionário como técnica para obtenção de informações, as quais contribuíram para conhecer o perfil dos trabalhadores que são estagiários do curso de Serviço Social: “Em regra geral, os questionários têm como principal objetivo descrever as características de uma pessoa ou de determinados grupos sociais.” (OLIVEIRA, M. M., 2010, p. 83).

Apontamos ainda, o estágio supervisionado para trabalhadores estudantes realizado nos projetos de extensão universitária, através da fala dos sujeitos envolvidos nesse processo de estágio.

Escolhemos como recorte temporal o período de 2012 a 2013, porque foi justamente nesse período que a problemática do estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes estava em evidência e a faculdade optou pela estratégia de colocação desses trabalhadores em projetos de extensão para que pudessem realizar o estágio supervisionado.

Portanto, constituem sujeitos de nossa pesquisa, trabalhadores estudantes de Serviço Social que realizaram o estágio curricular obrigatório e supervisionado nos anos de 2012 e 2013, dentro dos grupos de extensão universitária da UNESP/Franca.

Na perspectiva de totalidade, compreendemos que é preciso conhecer todos os elementos que compõem tal realidade, pois um fenômeno não pode ser explicado a partir de uma única variável quando se pretende responder ao questionamento do que é a realidade concreta.

Assim, os (as) assistentes sociais que realizaram a supervisão de campo dentro dos grupos de extensão também são sujeitos de nossa pesquisa. Além de ouvirmos a comissão de estágio que é parte imprescindível desse processo, através da fala do coordenador, do relato do representante discente e do coordenador do curso de Serviço Social.

Nesse sentido, definimos como amostragem da nossa pesquisa, quatro trabalhadores estudantes que realizaram estágio em grupos de extensão universitária, quatro supervisores de campo de grupos de extensão, um membro da comissão de estágio, um representante discente da mesma comissão e o coordenador do curso de Serviço Social. A escolha dos sujeitos, com exceção do coordenador do curso, coordenador da comissão de estágio e o representante discente da mesma, foi realizada de forma aleatória, ou seja, através de um sorteio.

Com a pesquisa de campo pretendemos analisar o tema proposto dando voz aos sujeitos que o vivenciam, aproximando-nos, assim, da realidade de estágio supervisionado vivenciado por trabalhadores estudantes dentro dos grupos de extensão universitária no curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Campus de Franca, concretizando assim, nosso objetivo principal.

Desta forma, utilizamos como instrumental da pesquisa de campo, a entrevista semiestruturada:

Podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

A entrevista semiestruturada permite a participação ativa do pesquisador e do sujeito entrevistado, coloca questões que possibilitam o entendimento do tema em estudo, porém não tão ampla como as entrevistas abertas, que utilizam apenas o tema para que o sujeito possa dar a sua opinião, também não são fechadas que não dão espaço para o diálogo, elucidando que as perguntas elaboradas são fruto de um amplo processo de pesquisa:

É útil esclarecer, para evitar qualquer erro, que essas perguntas fundamentais que constituem, em parte, a entrevista semiestruturada, no enfoque qualitativo, não nasceram a priori. Elas são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Abordamos questões que nos proporcionaram compreender, a partir da fala dos sujeitos, a estrutura organizacional da política de estágio do curso de Serviço Social, a percepção a respeito do processo de estágio supervisionado, a realidade dos trabalhadores estudantes, estratégias e alternativas para realização de estágio supervisionado para trabalhadores estagiários, evidenciando a experiência de estágio supervisionado para trabalhadores estudantes na extensão universitária com suas dificuldades e facilidades, além de refletirmos sobre o processo de supervisão acadêmica e de campo.

Com o intuito de preservar as informações das entrevistas utilizamos como material um gravador, com prévia autorização dos sujeitos: “A gravação permite contar com todo o material fornecido pelo informante, o que não ocorre seguindo outro meio.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 148).

Para compreensão dos dados obtidos por meio das entrevistas, partimos de uma concepção dialética da realidade, na qual, analisamos as respostas fornecidas pelos sujeitos da pesquisa tendo em vista o contexto econômico, político, social e histórico:

O materialismo dialético [...] realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Ambas as raízes do pensar humano se unem para constituir, no materialismo dialético, uma concepção científica da realidade, enriquecida com a prática social da humanidade. (TRIVIÑOS, 1987, p. 51).

Para interpretação da fala dos sujeitos, realizamos análise de conteúdo, tendo por objetivo compreender a realidade de estágio supervisionado vivenciada por trabalhadores dentro dos grupos de extensão universitária.

Utilizamos a análise de conteúdo porque consideramos que como método ela é capaz de narrar e decifrar opiniões, valores, concepções, tanto individuais quanto sociais, indo além das evidências e aparências:

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não

aparente, o potencial de inédito (do não dito), retido por qualquer mensagem. (BARDIN, 2011, p. 15).

É através da análise de conteúdo que podemos confirmar ou não a nossa hipótese, nesse sentido a análise de conteúdo é nomeada de “administração da prova”:

Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação. É a análise de conteúdo “para servir de prova”. (BARDIN, 2011, p. 35).

Na análise de conteúdo podemos utilizar documentos naturais, ou seja, que já foram produzidos, ou documentos ocasionados pela necessidade do objeto de estudo, como foi o nosso caso, com a realização das entrevistas.

Todas as questões elaboradas dizem respeito ao universo do estágio supervisionado, em especial o estágio realizado pelos trabalhadores estudantes, e suas condições de estudo.

Utilizamos como técnica da análise de conteúdo a análise categorial, que “[...] funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.” (BARDIN, 2011, p. 201).

O procedimento utilizado para escolher as categorias foi efetivado do geral para o particular, no qual, “[...] determinam-se em primeiro lugar as rubricas de classificação e tenta-se em seguida arrumar o todo.” (BARDIN, 2011, p. 68), ou seja, escolhemos as categorias com base em nossos objetivos, e hipótese levantada.

Nessa perspectiva de totalidade, procuramos compreender a realidade concreta da formação profissional em Serviço Social, em especial o estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes nos projetos de extensão universitária.

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

1.1 Trabalho e educação como categorias ontológicas

Quando nos referimos à palavra ontologia, enfatizamos a natureza do ser, a existência da realidade, o que faz com que os seres humanos sejam efetivamente humanos. Procuramos saber o que determina a construção do ser humano, enquanto um ser essencialmente social.

Para tanto, detivemo-nos na análise de duas categorias fundamentais para a construção do ser social, sendo elas, o trabalho e a educação.

De acordo com Tonet (2011), o trabalho é o ato ontológico primário do ser social, ou seja, a sua atividade fundante.

Em sua essência, estabelece o vínculo orgânico entre o homem e a natureza, é através dele, que o homem se diferencia das outras espécies, como podemos ver na reflexão de Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla o seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 1983, p. 149-150).

O trabalho, portanto, tem um potencial criativo e criador, pois ao mesmo tempo em que o homem transforma a natureza, ele mesmo passa por uma transformação. É ele que põe em movimento as potencialidades humanas e faz com que o ser humano estabeleça suas relações sociais.

Para que o processo de trabalho se efetive, o ser humano já tem em sua mente a sua finalidade, ou seja, o papel teleológico da sua ação. É por essa intencionalidade que ele se diferencia dos animais, pois não desenvolve a sua ação pautada nos instintos biológicos, ele configura previamente o processo de trabalho em sua mente. Podemos entender a teleologia, como propósito, objetivo e finalidade.

Quando o homem projeta em sua mente o produto final do seu trabalho, ele cria uma realidade totalmente distinta da existência natural, emerge daí a realidade social.

Portanto, verificamos que o trabalho ao mesmo tempo em que é ontológico, também se constitui em um processo histórico, que recria a natureza e a transforma em realidade social. O trabalho é histórico porque é construído pelos próprios homens:

Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é – o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Dessa constatação, deriva a dupla dimensão do trabalho, enquanto categoria ontológica – histórica. Ontológica porque é através dele que os homens se fazem homens, e histórica porque o ato de trabalhar é realizado no decorrer do tempo pelos próprios sujeitos que constroem as suas histórias.

O trabalho deve ser entendido sempre na sua dupla dimensão, devemos ter em mente que é através do ato de trabalhar que atendemos as nossas necessidades primeiras, mas que com o passar do tempo, esse mesmo processo cria novas necessidades, em uma relação intrínseca entre objetividade e subjetividade. Portanto, o trabalho não cria apenas produtos materiais, mas também atende aos anseios subjetivos do ser humano.

Temos também que é através do trabalho que advém a educação, enquanto um processo social e especificamente humano: “Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações.” (SAVIANI, 2007, p. 154).

É por meio da educação, ou seja, do processo de aprendizagem, que os homens passavam a sua cultura, forma de trabalhar, linguagem, entre outros aspectos, para os seus descendentes. A educação era fundamentada em experiências práticas, o ato de aprender fazia parte do cotidiano dos sujeitos, era intrínseco ao processo de trabalho.

Os homens deveriam aprender a se constituir como seres sociais, aprender a construir a sua existência, a estabelecer relações com os outros indivíduos, portanto, a educação também é uma categoria ontológica – histórica.

A diferença dos animais, nós humanos não nascemos geneticamente determinados a realizar as atividades necessárias à nossa existência. Precisamos aprender o que temos que fazer.

Nada disto é biologicamente pré-determinado. Precisa ser conscientemente assumido. Daí a necessidade da educação, vale dizer, de um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, etc. que permitam ao indivíduo tornar-se apto a participar conscientemente (mesmo que essa consciência seja limitada) da vida social. (TONET, 2011, p. 140).

Assim sendo, a educação sempre desempenhou um papel fundamental na nossa vida, derivada do ato de trabalhar, a educação, assim como outras categorias, estabelece uma relação de dependência ontológica, autonomia relativa e determinação recíproca em relação ao trabalho:

Dependência ontológica de todas elas em relação ao trabalho, pois este constitui o seu fundamento. Autonomia relativa, pois cada uma delas cumpre uma função que não resulta mecanicamente de sua relação com o trabalho. Determinação recíproca, pois todas elas, inclusive o trabalho, se relacionam entre si e constituem mutuamente nesse processo. (TONET, 2011, p. 139).

Portanto, o trabalho sendo o fundamento da nossa sociabilidade, traz consigo outras categorias, como a política, religião, e até mesmo a educação. Porém, essas categorias têm certa independência em relação ao trabalho, independência no fato de que cada uma cumpre um papel social na nossa realidade. Mas ao mesmo tempo, em diferentes momentos da realidade, elas se aproximam e constituem a nossa sociabilidade.

Dessa forma, o trabalho e a educação constituem categorias fundamentais da realidade social. O trabalho, enquanto trabalho útil, isto é, instituidor de valores de uso, é o princípio da existência do homem, independente da estrutura da sociedade, o trabalho sempre estará presente. Assim como a educação, que independente das formas que ela assuma na sociedade, sempre será essencial para nossa vida.

Diante dessas questões apresentadas acreditamos que é necessário refletirmos sobre o trabalho na sociedade contemporânea, isto é, na sociedade capitalista, pois tanto o trabalho, quanto a educação assumem formas particulares de acordo com o momento presente e o modo de produção vigente.

Portanto, para compreendermos como o trabalho está configurado na atualidade, promovemos uma reflexão acerca da sociedade capitalista e as suas implicações para o mundo do trabalho.

1.2 O trabalho na sociedade capitalista

O modo de produção capitalista se estabeleceu posteriormente ao modo de produção feudal, que era baseado em uma produção de sustento, ou seja, produzia-se o necessário para sobreviver, e apenas na medida em que a produção ultrapassava essa necessidade primeira, é que aconteciam algumas trocas.

Porém, mesmo dentro do sistema feudal, a produção começou a se tornar cada vez mais excessiva, impulsionando, assim, o comércio. Com a ativação do comércio, a produção era voltada para a troca de mercadorias, estabelecendo o modo de produção capitalista, que é organizado através da sociedade de mercado.

Com ao advento do capitalismo, temos o êxodo rural, no qual as pessoas vão em busca de melhores oportunidades de trabalho e qualidade de vida nas áreas urbanas. Temos também, o desenvolvimento da maquinaria e das indústrias.

Muitas questões na estrutura da sociedade vão se modificando e entre elas, temos o trabalho, que pode assumir diversas formas de acordo com o momento histórico e com o modo de produção. O trabalho na sociedade capitalista assume a forma de trabalho assalariado/emprego.

No capitalismo, a sociedade é dividida de modo desigual, de um lado temos os donos do capital, ou seja, aqueles que possuem os meios de produção, e de outro, os trabalhadores assalariados, que vendem a sua força de trabalho. Como bem explicita Frigotto (2001, p. 75):

É dessa relação social assimétrica que se constituem as classes sociais fundamentais: proprietários privados dos meios e instrumentos de produção e os não proprietários – trabalhadores que necessitam vender a sua força de trabalho para sobreviver. Daqui que surge o trabalho/emprego, o trabalho assalariado.

Portanto, na atual sociedade em que vivemos, regida pelo sistema capitalista de produção, o trabalho tem se configurado na exploração do homem pelo homem, perdendo o seu potencial criativo, e o seu exercício teleológico. Muitas vezes, o trabalhador não se enxerga no produto final do seu trabalho e nem na função que desempenha. O processo de trabalho se converte apenas em atividade remunerada, com fins de sobrevivência, o trabalho torna-se alienante.

O que deveria se constituir na finalidade básica do ser social - a sua realização no e pelo trabalho - é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. (ANTUNES, 2011, p. 144).

O proletário vende a sua força de trabalho como é vendida qualquer outra mercadoria, para ele o que importa é conseguir manter a sua sobrevivência. Já a burguesia, vive da exploração do trabalho alheio, em uma relação de forças desiguais. Dessa forma, o trabalho torna-se algo sacrificante, sem sentido para quem o desempenha.

O trabalho assalariado é a atividade remunerada exercida apenas com fins de sobrevivência, sendo um conceito propagado pelo sistema capitalista, onde o trabalhador passa a vender a sua força de trabalho, seja ela intelectual ou física, em troca de remuneração:

O salário é o valor da força de trabalho. É o valor de troca da força do trabalho – como ocorre com o valor de troca de qualquer mercadoria – quando expresso em dinheiro, é seu preço. E sob o capitalismo, a força de trabalho também é mercadoria. (MARX, 1987, p. 1).

Dessa forma, o trabalhador que anteriormente foi separado dos seus meios e instrumentos de produção, é obrigado a vender a sua única mercadoria, a força de trabalho, já que agora a sociedade se baseia na economia de mercado.

O trabalho no capitalismo se torna trabalho abstrato, ou seja, é aquele trabalho que produz a mais-valia, reduzido à produção de mercadorias. Distinto do trabalho concreto, no qual, há participação na distribuição de valor, gerando valores de uso:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso. (ANTUNES, 2011, p. 80).

Portanto, o trabalho abstrato é um modo de ser do trabalho, é o fundamento do sistema capitalista e a origem de toda riqueza da classe burguesa, que é constituída através da exploração do homem pelo homem, e da extração da mais-valia.

O que presenciamos na atualidade é o trabalho subordinado ao capital, ou seja, o trabalho abstrato. Mas mesmo assim, não podemos conceber o fim do trabalho concreto, pois

sem a troca entre homem e natureza, não seria admissível a acumulação do capital, visto que, o mesmo é o fundamento de toda sociabilidade.

O trabalho que poderia ser algo gratificante e prazeroso na vida do ser humano é vivenciado de forma sofrida e alienada:

Para ele, o trabalho não é uma parte da sua vida, é antes um sacrifício da sua vida. É uma mercadoria que os outros utilizarão. Por isso também, o produto da sua atividade não é o objetivo da sua atividade. O que o operário produz para si não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si é o salário. (MARX, 1987, p. 22).

Essa forma que o trabalho assume na sociedade capitalista conduz à precarização, que entendemos como a piora das relações sociais e de trabalho. A precarização se materializa nas novas formas de emprego, na informalidade, na subcontratação, rebaixamento salarial, retrocesso dos direitos trabalhistas, entre outras questões, que interferem na qualidade de trabalho e de vida dos trabalhadores:

A literatura sociológica que discute as metamorfoses do mundo do trabalho tem tratado a precarização do trabalho como sendo o movimento de desconstrução da relação salarial constituída no período histórico do capitalismo do pós-guerra. Assim, ela teria um sentido objetivo de perda da razão social do trabalho por conta de mudanças na ordem salarial que implicariam na perda (ou corrosão) de direitos do trabalho. Nesse caso, a precarização do trabalho seria entendida como o desmonte de formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria. (ALVES, 2011, p. 1).

Além da precarização, temos também a alienação, que deriva do fato de que ao invés do trabalho potencializar as capacidades humanas, ele degrada o ser humano, transforma o próprio homem em mercadoria. O produto de seu trabalho aparece como um ser alheio ao trabalhador, ele não se enxerga na atividade que realiza.

No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, a alienação não acontece apenas no sistema produtivo, mas ela está presente em vários aspectos de nossas vidas. Estende-se à esfera do consumo e da mídia, onde somos levados a adotar um padrão de vida, que muitas vezes não condiz com a nossa essência.

Temos que reconhecer, que com todas as transformações no mundo do trabalho, o mesmo ganha uma nova roupagem na sociedade contemporânea. Essas “novas formas de

trabalho” são expressões do trabalho abstrato, ou seja, substituem-se as maneiras de exploração, mas a dominação continua presente nas relações de trabalho.

Mesmo assim, a categoria trabalho mantém a sua centralidade, pois o intercâmbio do homem com a natureza é algo permanente, portanto, o trabalho concreto é a necessidade primeira dos seres humanos.

O que estamos verificando na sociedade capitalista contemporânea são as modificações no modo de controle e exploração, que atualmente são materializadas por meio dos próprios trabalhadores, que interiorizados com o discurso da competitividade, passam a demandar dos seus companheiros a ampliação da produtividade.

As máquinas substituem cada vez mais os homens, gerando, assim, um enorme processo de exclusão social, crescendo os trabalhos informais, ilegais e temporários. Todas essas descobertas científicas e tecnológicas são importantes, mas devemos ficar atentos para que “[...] não nos degrademos juntamente com o mundo do trabalho, tornando-nos tão descartáveis como peças de uma engrenagem obsoleta.” (MARTINELLI, 1998, p. 136-137).

Os problemas ocasionados em decorrência do uso da tecnologia e da maquinaria não derivam da sua descoberta em si, mas sim da utilização que lhe são dadas na sociedade capitalista:

[...] considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza etc. (MARX, 1983, p. 55).

Sendo assim, acreditamos que as transformações no mundo do trabalho favorecem os grandes capitalistas, pois estão centradas no aumento da lucratividade. Os benefícios são em prol da acumulação capitalista, no entanto, os trabalhadores são os mais afetados de forma negativa, tendo que se adaptarem às novas relações de trabalho e às novas formas de produção.

De acordo com o momento presente e todas essas alterações no modo de produção, as lutas pelos direitos trabalhistas estão cada vez mais parciais, os sindicatos se tornaram sindicatos de resultados, a luta é essencialmente individual e não mais coletiva. Mesmo quando são lutas coletivas, elas são apenas formas de mostrar a insatisfação com a realidade, não possui uma articulação e uma organização mais complexa e com vistas à totalidade social.

Portanto, o período atual é caracterizado por uma forte devastação, onde se destrói o ser humano, transformando-o em objeto, degrada-se o meio ambiente, desregulamenta os direitos sociais, cria-se uma sociedade do efêmero, do descartável, onde tudo que não serve ao capital é jogado fora.

Diante dessas transformações, tem-se o agravamento da miséria e do desemprego estrutural. Perante uma economia e política neoliberal, o que se observa é uma sociedade cada vez mais desigual:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (ANDERSON, 1995, p. 23).

A política neoliberal traz consigo a privatização dos nossos direitos sociais, a fragmentação das políticas públicas e das lutas sociais, na medida em que transforma todos os problemas em individuais, enfraquece o poder organizacional da classe trabalhadora, que se torna cada vez mais heterogênea e subdividida.

Da mesma forma, a reestruturação produtiva reporta-se às mudanças ocasionadas nos meios de produção. Caracterizada pela desregulamentação e flexibilização do trabalho, ela compreende as transformações ocasionadas na economia e na produção. A acumulação flexível se sustenta:

[...] na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e comercial. (HARVEY, 1993, p. 140).

A flexibilidade se expressa na produção, se produz de acordo com a demanda, se manifesta também nos direitos trabalhistas e sociais, sendo que temos a desregulamentação de direitos antes conquistados através da luta dos trabalhadores. Presenciamos a flexibilidade na própria força de trabalho dos trabalhadores, os quais devem ser flexíveis, na medida em que se adaptam às novas formas de produção e de contratação.

Assim sendo, o que estamos presenciando na sociedade capitalista contemporânea é o oposto ao trabalho concreto, é a sua confusão em relação ao trabalho abstrato, que é a base do sistema capitalista, se efetivando através da extração de mais valia.

Portanto, quando falamos em uma sociedade mais justa e igualitária, não podemos de modo algum defender o fim do trabalho enquanto processo criativo, mas sim, o trabalho da forma que está configurado na sociedade capitalista, promovendo a alienação e a reificação dos trabalhadores.

Sabemos que as classes sociais fundamentais são a burguesia e o proletariado, possuidores e não possuidores dos meios de produção, e enquanto perdurar o trabalho abstrato, estranhado, ainda haverá exploração do homem pelo homem e a apropriação privada da riqueza social.

Em face da realidade retratada na sociedade capitalista atual, consideramos que a formação profissional em Serviço Social, deve ser analisada tendo em vista todas essas problemáticas apresentadas, pois faz parte desse contexto.

Sendo o Serviço Social uma profissão com dimensão interventiva, é essencial conhecermos a realidade que iremos atuar, pois toda essa configuração contemporânea tem rebatimento direto no cotidiano de trabalho profissional do (a) assistente social, bem como, na formação profissional.

1.3 Formação profissional em Serviço Social

Para compreendermos como está configurada atualmente a formação profissional em Serviço Social, é preciso contextualizar o seu surgimento e o momento histórico.

O Serviço Social surge nos anos de 1930 no Brasil, formado a partir de uma aliança entre a burguesia e a Igreja Católica, tinha como norte a formação europeia. Nessa época, o país passava por uma mudança nas atividades agrárias, que se tornavam cada vez mais atividades industriais. A população abandonava o campo e mudava para as cidades, que não tinha estrutura para acolher esse contingente populacional.

Dessa forma, temos o agravamento da questão social, entendida como o conjunto de problemas advindos da relação capital/trabalho, onde a população passa a reivindicar os seus direitos:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 77).

Além disso, as péssimas condições de trabalho, moradia, saúde e educação, fizeram a classe trabalhadora se unir, surgindo, assim, os sindicatos, que lutavam por seus direitos. Porém, esses sindicatos sofrem forte repressão e perseguição, pois a classe burguesa se via ameaçada, diante da reivindicação do proletariado.

É nessa conjuntura que o Serviço Social surge e inicia a sua história, atrelada ao desenvolvimento da classe trabalhadora, e do controle social por parte da burguesia.

Portanto, temos como objeto de análise e intervenção do Serviço Social a questão social, porém a sua gênese não é composta apenas pelo agravamento da questão social, mas pelas características que ela adquire no contexto sócio histórico:

Em nossa perspectiva, a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente: está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, *às conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica.* (PAULO NETTO, 1996, p. 14, grifo do autor).

A transição do modelo concorrencial para o capitalismo monopolista é marcada pela constante busca de maximização dos lucros, e pela formação de grandes monopólios industriais, no final do século XIX e início do século XX.

É nesse período também, que temos o fortalecimento das tecnologias de ponta utilizadas no setor industrial, que vão cada vez mais ocupando o espaço dos trabalhadores, formando assim, um exército industrial de reserva. Como bem coloca Marx (1987, p. 47):

A máquina produz os mesmo efeitos a uma escala bem maior ainda, substituindo os operários experientes por operários inexperientes, os homens pelas mulheres, os adultos pelas crianças, atirando para rua massas de operários manuais e pondo máquinas no seu lugar ou despossuindo os operários em número cada vez maior com o desenvolvimento, melhoramento ou substituição por máquinas mais rentáveis.

Tais questões acirram ainda mais a contradição entre a classe burguesa e a classe operária, que se vê diante de uma miséria crescente, enquanto a burguesia só faz aumentar os seus lucros. Até mesmo o Estado se organiza para atender os interesses dos donos do capital, favorecendo a economia em seus momentos de crise.

Entretanto, os trabalhadores não ficam inertes frente ao agravamento da questão social, eles lutam por melhores salários, pela diminuição da jornada de trabalho, férias, pelas condições de trabalho, questões que garantam a sua mínima sobrevivência.

Diante de tal contexto, o Estado se vê obrigado a intervir, utiliza-se do seu aparelho coercitivo, redimensiona as suas funções e atende aos interesses da classe burguesa para proteger o mercado. Apresenta ações pautadas na diminuição da pobreza extrema, com intuito de garantir a sobrevivência dos trabalhadores, enquanto mão de obra necessária para produção.

O Estado atua através de ações focalizadas e individuais, e não podia ser diferente, uma vez que concede alguns benefícios para que a classe trabalhadora não ameace o aparente equilíbrio social, conforme constatou Paulo Netto (1996, p. 28, grifo do autor):

[...] a intervenção estatal sobre a “questão social” se realiza, com as características que já anotamos, *fragmentando-a* e *parcializando-a*. E não pode ser de outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente á relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa.

Portanto, o Estado intervém por meio das políticas públicas, mas só até o ponto que não interfira na economia de mercado e na acumulação capitalista. As suas ações são voltadas para a resolução de problemas parciais, enfrentam as expressões da questão social de modo fragmentado, culpabilizam o indivíduo pela situação que se encontra.

A efetivação de direitos, pela via das políticas públicas, acaba assumindo um papel de estratégia do Estado para enfraquecer a luta dos trabalhadores, e dificultar a sua reivindicação enquanto categoria. Mas, ao mesmo tempo, não podemos esquecer que as políticas sociais são consequência da luta dos próprios trabalhadores e que representam um avanço para classe operária.

Igualmente, temos a ação da Igreja Católica que, através de suas atitudes guiadas pelas encíclicas papais, especialmente a *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, propunham soluções para a questão social baseadas em aspectos morais e religiosos.

Por consequência, o Serviço Social surge na tentativa de amenizar os efeitos do capitalismo na vida da classe trabalhadora, utilizado como instrumento da burguesia para ocultar as contradições inerentes ao próprio sistema de produção.

Em outros termos, a ampliação do mercado de trabalho e o reforço da legitimidade do Serviço Social diante do poder é expressão da resposta das classes dominantes ao enfrentamento das novas formas de expressão da questão social, que tem como pano de fundo a ampliação do processo de pauperização dos trabalhadores, dentro de uma conjuntura em que sua capacidade de luta encontra-se gravemente afetada pela política de desorganização e repressão às suas entidades de classe. Nesse quadro, a instituição Serviço Social deverá capacitar-se a fornecer postos pela conjuntura político-econômica. (IAMAMOTO, 1997, p. 86).

Como resultado, surge em 1932 o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), que impulsiona em 1936 a criação da primeira escola de Serviço Social de São Paulo (atualmente a PUC/SP):

Em São Paulo, numa conjugação de esforços da nascente burguesia e de setores da própria Igreja Católica havia sido criado, na esteira do movimento constitucionalista de 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, que desempenhou um importante papel no sentido de qualificar os agentes para a realização da prática social. Nesse centro, como fruto da iniciativa das cônegas de Santo Agostinho, no Brasil realizou-se o primeiro curso de preparo para o exercício da ação social, que, sob a denominação de Curso Intensivo de Formação Social para Moças, foi ministrado pela assistente social belga Adéle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. A clientela desse primeiro curso foi constituída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a famílias da burguesia paulista. (MARTINELLI, 1993, p. 123).

A corrente teórica que subsidiava o trabalho e a formação profissional dos (as) primeiros (as) assistentes sociais no Brasil era o positivismo, um sistema científico e moral, que tentava harmonizar os problemas sociais decorrentes das transformações no modo de produção. O positivismo considera que os problemas sociais são problemas individuais, portanto, cabe ao indivíduo solucioná-los, pois a sociedade está em perfeita ordem, o indivíduo que representa uma disfunção e deve ser tratado. Dessa forma, a realidade era concebida como natural e não histórica, psicologizando as expressões da questão social.

Em conformidade com a instrumentalização positivista, os métodos de intervenção do Serviço Social eram: Serviço Social de casos, grupos e comunidade, baseados na experiência norte americana.

O Serviço Social de caso tentava ajustar o sujeito ao meio social, através de ações particulares e com teor psicológico, como aponta Andrade (2008, p. 280):

O Serviço Social de Caso ou Casework orientava-se pelas teorias de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, cuja preocupação centrava-se na personalidade do cliente. O trabalho orientado por essas teorias buscava conseguir mudanças no indivíduo, a partir de novas atividades e comportamentos. O indivíduo era visto como o elemento que deveria ser trabalhado, no sentido de ajustá-lo ao meio social e fazê-lo cumprir bem seu papel no sistema vigente.

Enquanto que o Serviço Social de grupo mantinha essa perspectiva terapêutica e reguladora, atuava no sentido de fortalecer o usuário através da experiência em grupos:

Um método do Serviço Social que ajuda os indivíduos a aumentarem o seu funcionamento social, através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, de grupo ou de comunidade. (KONOPKA apud ANDRADE, 2008, p. 283).

Assim também, o Serviço Social de comunidade tinha o mesmo objetivo, que era o de tratar os problemas individuais com vistas a ajustar os sujeitos à sociedade. O (a) assistente social tinha o dever de contribuir para o aperfeiçoamento moral e psicológico do ser humano, auxiliando no desenvolvimento do país.

Da mesma forma, seguindo essa linha de aprendizado e atuação, a formação profissional valorizava a técnica e a metodologia, com ênfase no ensino de entrevistas, questionários e visitas domiciliares.

Em 1946, temos um avanço importante para categoria de assistentes sociais, foi à fundação da Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS), denominada hoje de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Ela tem como objetivo organizar a política de formação profissional, bem como, acompanhar o processo de implantação das Diretrizes Curriculares. “A ABESS foi organizada em 1946 com a finalidade de buscar o aperfeiçoamento e a garantia do nível profissional dos assistentes sociais, defesa de seus interesses e lutar pelo reconhecimento oficial.” (ANDRADE, 2008, p. 286).

Posteriormente, em 1950, a profissão passa a trabalhar com o modelo desenvolvimentista adotado pelo país, nesse período, temos uma preocupação com a cientificidade da profissão, buscava-se uma maneira mais adequada de utilizar os instrumentais da profissão.

Lembrando que o desenvolvimentismo tem relação direta com as ideias Keynesianas, que surgiram em contraposição à crise do capitalismo, vivenciando o seu ápice nas três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. A ideia era promover o crescimento econômico, através da industrialização e da modernização, com objetivo de obter uma sociedade democrática. Os seus representantes no Brasil foram Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Nas décadas subseqüentes, a categoria profissional começa a repensar a profissão, atentando-se para a identidade profissional, bem como sua legitimidade, teoria e metodologia.

Segundo Maria Ozanira Silva (2007) esses questionamentos são materializados nos seminários de Araxá, Teresópolis, e os documentos de Sumaré, Alto da Boa Vista e Belo Horizonte. Essa inquietação da categoria ficou conhecida como Movimento de Reconceituação, um período de demasiada importância para o Serviço Social, se revelando como um posicionamento profissional frente às transformações que estavam ocorrendo naquele determinado momento histórico.

Nas palavras de Maria Ozanira Silva (2007, p. 72) o Movimento de Reconceituação se caracteriza por uma seqüência de questionamentos e reflexão crítica da profissão:

Desse modo, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social constitui-se, no interior da profissão, num esforço para desenvolvimento de propostas de ação profissional condizentes com as especificidades do contexto latino – americano, ao mesmo tempo em que se configura como um processo amplo de questionamento e reflexão crítica da profissão. Isso se dá motivado pelas pressões sociais e demandas dos setores populares, num contexto de grande mobilização, historicamente marcado pelo acirramento das desigualdades de classes e das questões em face da dinâmica da acumulação capitalista.

O Movimento de Reconceituação traz consigo algumas matrizes ideológicas, como discorre Paulo Netto (2010): a perspectiva modernizadora, de inspiração funcionalista, expressa nos documentos de Araxá e Teresópolis, tendo o seu maior expoente em Lucena Dantas; a perspectiva de reatualização do conservadorismo, tendo o seu marco nos seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista, expressa por Anna Augusta de Almeida, de inspiração fenomenológica; e a intenção de ruptura, de inspiração marxista, sendo a primeira aproximação do Serviço Social com a teoria de Marx.

A vertente de modernização conservadora, alicerçada no positivismo e funcionalismo, previa o ajustamento do indivíduo a sociedade, negando o conflito de classes. A vertente de reatualização do conservadorismo, fundamentada na fenomenologia, dava ênfase aos processos de ajuda psicossocial, valorizando o indivíduo, para que ele se fortalecesse e saísse

da situação problema em que se encontrava. Já a intenção de ruptura, baseava-se na teoria social crítica, que acreditava nos conflitos sociais advindos da relação capital/trabalho, concebendo a realidade como um movimento, e o indivíduo como sujeito histórico.

As duas primeiras vertentes, vão se manifestar na formação profissional, através da tecnificação, dando ênfase ao agir profissional mais qualificado. Enquanto que, na intenção de ruptura, temos a contestação do Serviço Social tradicional, rompendo com a aparente neutralidade na ação e formação profissional, se preocupando além do aspecto técnico, com a competência política da profissão. É por meio da intenção de ruptura que o Serviço Social se aproxima da teoria de Marx, bem como da classe trabalhadora e dos movimentos sociais.

De acordo com Iamamoto (1997, p. 38), a intenção de ruptura se direciona para o questionamento do Serviço Social tradicional, a sua aproximação com a classe trabalhadora e o compromisso com um novo projeto de sociedade:

Verificam-se tentativas de ruptura de parte do meio profissional com o papel tradicionalmente assumido, na procura de somar-se às forças propulsoras de um novo projeto de sociedade. A isso se alia a busca de fundamentos científicos mais sólidos que orientem a atuação, ultrapassando a mera atividade técnica. Questiona-se, inclusive, que tipo de orientação teórico-metodológica deve informar a prática e como esta pode ser repensada a serviço da produção de conhecimentos voltados para os interesses dos “setores populares” e de sua organização autônoma. Essa nova qualidade de preocupação com a prática profissional visa ainda resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, na criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação.

É a partir desse momento histórico que o Serviço Social vai se consolidando e amadurecendo, entrelaçando as suas competências, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

A profissão vai responsabilizar-se pelo planejamento e gestão das políticas sociais, transcendendo a tarefa de executor, articula-se ainda, com suas entidades representativas, o Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Estaduais de Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e outras associações dos (as) assistentes sociais, e constrói o projeto ético-político profissional, que se inicia nos anos de 1990.

Conforme esclarece Paulo Netto, os projetos profissionais representam a autoimagem da profissão:

[...] elegendos os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (PAULO NETTO apud YAZBEK, 2004, p. 23).

O nosso projeto ético político é um referencial ideológico que norteia as ações profissionais, ele tem caráter hegemônico, se fundamenta na teoria social crítica, e tem como núcleo central os princípios fundamentais do Código de Ética Profissional.

Ainda na década de 1990, apresentamos a Resolução CFESS nº 273, de treze de março de 1993 (CFESS, 1993), que instaura o Código de Ética Profissional, em que os (as) assistentes sociais evidenciam o compromisso da categoria com a classe trabalhadora e a construção de uma nova ordem societária. No mesmo ano, temos a Lei nº 8.662, de sete de junho de 1993 (BRASIL, 1993), que regulamenta a profissão, essas conquistas representam a luta da categoria profissional pelo reconhecimento da profissão e a efetivação de direitos.

Todas essas conquistas rebatem diretamente na formação profissional, e de forma mais específica temos a certificação do Serviço Social como área de produção do conhecimento pelas agências de fomento como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), além da criação de novos cursos e a expansão dos programas de Pós-graduação.

A formação profissional em Serviço Social avançou de forma significativa durante as últimas décadas, evidenciando que a categoria profissional esteve sempre atenta ao movimento da realidade.

Alicerçada na teoria social crítica temos a publicação das Diretrizes Curriculares (ABEPSS), uma referência de suma importância para formação profissional, e que acreditamos merecer destaque em nossa pesquisa.

A elaboração das Diretrizes Curriculares faz parte do processo histórico de formação profissional, e da luta coletiva da categoria para transpor a teoria e política conservadora vigentes na formação nos anos de 1970 e 1980. Composta por uma fundamentação comum, para que cada Unidade de Ensino possa elaborar o seu currículo para os cursos de graduação em Serviço Social, uma vez que, a redação legal das Diretrizes seja respeitada.

A nova proposta apresenta-se para romper com a fragmentação de conteúdos assentado no currículo de 1982, além de vincular-se à teoria social crítica de Marx. Outra

característica que merece destaque é a compreensão da realidade com vistas à totalidade social, considerando a complexidade da realidade social e das suas múltiplas determinações.

A aprovação das Diretrizes foi resultado de um extenso debate realizado nos anos de 1994 a 1996, composto por oficinas locais e regionais, promovidas pela então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social (CEDEPSS), como indica o Parecer CFE nº412:

Em um primeiro momento, foi realizado um diagnóstico que objetivava conhecer e discutir as dificuldades e os questionamentos presentes no processo de formação profissional que prejudicavam a qualidade e a competência profissional. Desta forma, este diagnóstico transformou-se na Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional que continha os pressupostos, diretrizes, metas e os núcleos de fundamentação teórica, que redeshavam uma nova lógica curricular. Este relatório foi apresentado na XXIX Convenção Nacional da ABESS, que aconteceu em Recife, em dezembro de 1995. (MARTINIANO, 2011, p. 60).

A nova proposta se baseia na composição de três núcleos de fundamentação, a saber: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira, e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Esses núcleos de fundamentação são os eixos norteadores que se articulam e materializam-se em áreas do conhecimento. Podem ser concretizadas através de pesquisas, atividades complementares, oficinas temáticas, atividades de extensão, além das tradicionais disciplinas. Sendo assim, a formação profissional em Serviço Social, exige um currículo que:

[...] apontam como direção da formação profissional a capacitação do aluno para:

- a apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
- a apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades contidas na realidade social;
- a apreensão das demandas, consolidadas e emergentes, postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
- o exercício profissional, cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor. (YAZBEK, 2004, p. 25).

Essas questões indicam a preocupação da categoria profissional com a realidade social, uma vez que o perfil de profissional que se pretende formar está em consonância com as transformações societárias, mas que, ao mesmo tempo, pressupõe uma compreensão crítica dos processos históricos e sociais, o desvelamento das expressões da questão social, a formulação de políticas públicas e a sua implementação, não apenas execução, sendo assim, um profissional crítico e propositivo.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) encaminhou a proposta de revisão curricular ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), no momento em que foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996).

Entretanto, encontramos na LDB princípios como flexibilidade, descentralização e pluralidade, que são consequências das mudanças societárias e tecnológicas. Alinhadas com um contexto mais amplo, elas refletem as transformações políticas e econômicas, que sinalizam para a construção de um novo modelo de formação profissional, que advém da redefinição do papel do Estado, da focalização das políticas públicas, e consequentemente da exigência que o mercado impõe aos profissionais.

Os anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre público e privado, alterando as demandas profissionais. O trabalho do assistente social é também, afetado por tais transformações, produto das mudanças na esfera da divisão sociotécnica do trabalho, no cenário mundial. (ABEPSS, 2007, p. 71).

Diante desse contexto, a categoria vem reafirmar o compromisso dos (as) assistentes sociais com uma formação profissional de qualidade, que atenda as novas exigências, mas sem negligenciar o compromisso com a classe trabalhadora e os princípios que norteiam o nosso Código de Ética Profissional.

Contudo, não podemos deixar de evidenciar a promulgação das Diretrizes Curriculares como um grande avanço na formação profissional em Serviço Social. No que diz respeito ao estágio supervisionado, as Novas Diretrizes Curriculares inclui o mesmo nos princípios que fundamentam a formação profissional: “Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.” (ABEPSS, 2002, online).

O documento prevê a realização do estágio supervisionado, efetivado através da associação entre estagiário, supervisor de campo, e supervisor acadêmico, ressalta ainda, a

importância da Unidade de Formação Acadêmica para realização da supervisão sistematizada e do acompanhamento contínuo:

O estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (ABEPSS, 2002, online).

Além de deixar evidente a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e ressaltar o trabalho como categoria central na formação profissional.

Assim sendo, as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, elaboradas pela ABEPSS em 1996, e promulgada pelo Ministério da Educação e Cultura em 2001, representa um salto qualitativo para o ensino em nível de graduação em Serviço Social. É um marco histórico para a educação dos (as) assistentes sociais e representa um intenso trabalho coletivo de elaboração e sistematização do perfil profissional, competências e habilidades, princípios e a nova lógica curricular.

Entretanto, é necessário ressaltar que as Diretrizes Curriculares encaminhadas para a Secretaria de Ensino Superior (SESU) do Ministério da Educação (MEC), sofreu uma descaracterização, a proposta encaminhada pela ABEPSS foi contemplada, porém não foi aprovada na íntegra, como discorre Iamamoto (2008, p. 445): “A proposta original sofreu uma forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades preconizados e considerados essenciais ao desempenho do assistente social.”

Dessa forma, os pareceristas do MEC efetivaram cortes e alterações no documento final, evidenciando o atual contexto que vivemos, que impõe uma série de desafios para efetivação das Diretrizes Curriculares e de uma formação profissional baseada na teoria social crítica.

Certamente esses desafios não atingem somente o curso de Serviço Social, mas a educação brasileira como um todo. Se refletirmos sobre a essência da educação, veremos que ela fazia parte do cotidiano das pessoas, não havia separação entre a educação e as outras atividades, nem tampouco entre atividades manuais e intelectuais.

De acordo com Saviani (2007, p. 155), a educação assemelhava-se à própria vida: “Nessas condições a educação identificava-se com a vida. A expressão ‘educação é vida, e

não é preparação para vida’, reivindicada muitos séculos mais tarde, já na nossa época, era nessas origens remotas, verdade prática.”

Dessa forma, a educação era uma atividade despreziosa, estava intimamente ligada ao trabalho, e a vida das pessoas. Entretanto, com o advento das novas formas de produção, e a conseqüente divisão do trabalho, a sociedade foi separada em classes, o que ocasionou também a fragmentação e divisão da educação, uma destinada à classe burguesa, detentora dos meios de produção, e outra fixada para classe trabalhadora, que não possui mais os meios de produção:

Assim, se nas sociedades primitivas caracterizadas pelo modo coletivo de produção da existência humana, a educação consistia numa ação espontânea não diferenciada das outras formas de ação desenvolvidas pelo homem, coincidindo inteiramente com o processo de trabalho que era comum a todos os membros da comunidade, com a divisão dos homens em classe a educação também resulta dividida; diferencia-se em conseqüência, a educação destinada a classe dominante daquela a que tem acesso a classe dominada. (SAVIANI, 2007, p. 155).

É a partir desse processo que vai ocorrer à separação entre a educação e o trabalho. A educação destinada à classe trabalhadora se baseava em atividades manuais, voltadas ao processo de trabalho, já a educação para classe burguesa, era efetivada através de ocupações intelectuais e artísticas, separando assim, as atividades manuais e intelectuais.

A educação passa a ser realizada através das escolas, sendo o local destinado ao momento de aprendizagem, agora mais restrito ao papel dos professores e das unidades de ensino.

Ainda hoje, presenciamos essa nítida separação entre a educação das distintas classes sociais, sendo excessivamente excludente essa lógica, atualmente dominada pelo neoliberalismo, onde se verifica que a educação pública se torna um espaço de formação para trabalhadores, enquanto que a escola particular destina-se a formar intelectuais e elites. O que nos dizeres de Gramsci (1968, p. 36) eterniza a divisão das escolas segundo a classe social: “A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental.”

A educação pode exercer um papel fundamental na construção de uma nova ordem societária, mas também pode atuar para manutenção da ordem vigente, dependendo da forma como é conduzida, expressando interesses econômicos, políticos e sociais.

Atualmente, convivemos com a precarização do trabalho e conseqüentemente da educação, que ao invés de ser pública e de qualidade, tem se tornado privada, assim como outros direitos sociais, que no viés neoliberal são privatizados.

No que diz respeito ao ensino superior, acompanhamos a expansão dos cursos privados e profissionalizantes, com caráter mercadológico, uma formação cada vez mais aligeirada, destinada apenas ao ingresso no mercado de trabalho.

Essa realidade é apresentada como forma de democratização da educação superior, mas que se analisada em sua essência reflete as contradições de classe presentes na nossa sociedade: “A multiplicação de tipos de escola profissional, portanto, tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que ela tende, nestas diferenças, a criar estratificações internas, faz nascer a impressão de possuir uma tendência democrática.” (GRAMSCI, 1968, p. 137).

O Estado neoliberal financia programas e projetos em instituições de ensino superior privadas, ou seja, o dinheiro público é destinado às instituições particulares, para desenvolver programas como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), com objetivo de aumentar o acesso à educação superior, mas sem se preocupar com a qualidade desse ensino que está sendo ofertado.

Temos também as cotas universitárias, que almejam a igualdade de acesso ao ensino superior, contudo a igualdade de acesso à educação deve ser garantida desde o início da vida escolar, aprimorando a educação básica, criando possibilidades para esses estudantes ingressarem no ensino superior.

As universidades públicas também não estão isentas dessa precarização, pois recebem verbas abaixo do esperado, muitas vezes a sua autonomia é cerceada, e tanto docente quanto discente sofrem com o produtivismo desenfreado. Testemunhamos o sucateamento das instituições de ensino públicas, com a diminuição de cursos, salários baixos, cortes orçamentários nas bolsas de pesquisa, e interesses privados presentes no interior de universidades públicas.

Além disso, tem aumentado o número de instituições que oferecem o ensino superior à distância. Com a ampliação do acesso a internet, o ensino a distância tornou-se uma modalidade muito procurada, sendo incentivada pela LBD e regulamentada pelos Decretos 2.494/98 e 2.561/98 (BRASIL, 1998a, 1998b).

O ensino à distância é uma oferta de curso mais barato e mais rápido, que está alinhado ao mercado de trabalho, é uma modalidade de educação destinada geralmente à

população mais pobre, que não tem acesso ao ensino presencial público e não tem condições financeiras de arcar com um curso privado.

É mais uma das formas de discurso de democratização do ensino, quando na verdade efetiva a divisão de classes sociais, a antiga distinção entre educação para classe burguesa e educação para classe trabalhadora.

No que se refere à formação profissional em Serviço Social, o CFESS, órgão que orienta, disciplina, normatiza, fiscaliza e defende o exercício profissional do (a) assistente social no Brasil, se posiciona contra os cursos de Serviço Social à distância. O posicionamento se fundamenta na preocupação do perfil de profissional que se pretende formar, dado que, os cursos presenciais já apresentam grandes dificuldades na qualidade do ensino, o curso a distância por sua vez, é ainda mais preocupante, pois suas matrículas se multiplicam aceleradamente, os recursos humanos, didáticos e pedagógicos também deixam a desejar.

Segundo levantamento realizado pela ABEPSS em março de 2011, havia 492 cursos de Serviço Social, sendo 332 presenciais e 172 à distância.

Outro aspecto preocupante é a integração entre ensino, pesquisa e extensão, que muitas vezes se torna fragmentado ou até mesmo inexistente em algumas instituições de ensino. Essa articulação em alguns momentos é desfeita até mesmo em universidades públicas, porém a indissociabilidade desse tripé é de suma importância para formação profissional em Serviço Social.

Essa falta de articulação fere um princípio fundamental das Diretrizes Curriculares, que impulsiona a dimensão crítica e investigativa do (a) assistente social.

Desenvolver a pesquisa e a extensão é fundamental para formação do discente, proporciona experiências para além do ensino em sala de aula, possibilitando o desenvolvimento da capacidade crítica, criativa e investigativa do estudante.

Além do mais, outra questão que causa tensionamento é o estágio, um componente curricular essencial para formação. O estágio articula formação acadêmica e exercício profissional, conduz o estudante à realidade em que irá atuar, mostrando os seus desafios e possibilidades.

No ensino à distância o processo de estágio acaba ficando comprometido, até porque a realização do estágio depende de conteúdos teóricos ministrados anteriormente, sem contar a falta de campos de estágio devido ao número excessivo de estudantes.

No que diz respeito ao Serviço Social, o estágio supervisionado é essencial, pois o (a) assistente social irá intervir diretamente na realidade social, sendo um momento ímpar para essa aproximação.

É durante o processo de estágio que o discente entrará em contato com as expressões da questão social, objeto de estudo e intervenção do (a) assistente social, além de utilizar os instrumentais da profissão, articulando as competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Segundo dados apresentados pelo CFESS em 2014, os cursos de Serviço Social na modalidade à distância apresentam muitas denúncias em relação ao estágio supervisionado. Essas denúncias em sua maioria se referem à supervisão direta de estágio, que é uma atribuição privativa do (a) assistente social.

Entre as denúncias, estão o número demasiado de estagiários por supervisores de campo, que de acordo com a Resolução CFESS nº 533/2008 (CFESS, 2008), deve ser de um estagiário para cada dez horas semanais de trabalho. Foi constatada também a realização de estágio sem a supervisão direta de um (a) assistente social, além das condições precárias de trabalho do (a) profissional que acabam refletindo na qualidade do estágio supervisionado.

Encontramos, ainda, aspectos relacionados à supervisão acadêmica, que em muitas unidades de formação são ausentes, realizadas à distância, de forma esporádica, além do acúmulo de papéis entre supervisor de campo e supervisor acadêmico.

Esses problemas não são restritos aos cursos de Serviço Social à distância, entretanto, acreditamos que sendo um curso efetivado nesta modalidade, esses problemas se tornam mais complexos, e se proliferam em uma velocidade maior.

Mediante o exposto, verificamos que ao longo do tempo a formação profissional em Serviço Social teve grandes avanços, isso nos mostra a atuação permanente da categoria profissional e das suas entidades representativas. Mas também, ao olharmos para a contemporaneidade, percebemos muitos desafios colocados à efetivação de uma formação que esteja alicerçada nas Diretrizes Curriculares e no Código de Ética, porém se esses desafios se manifestam no cotidiano profissional e de formação dos (as) assistentes sociais, é nesse mesmo cotidiano que se encontram também as possibilidades de transformação.

CAPÍTULO 2

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

2.1 Concepções e legalidade do estágio supervisionado em Serviço Social

Para iniciarmos a reflexão sobre estágio supervisionado, é de suma importância, analisarmos, mesmo que de forma breve, as questões relacionadas ao conhecimento teórico e prático na formação profissional e no cotidiano de trabalho dos (as) assistentes sociais.

Quando nos dedicamos à pesquisa sobre formação profissional em Serviço Social, precisamos considerar as competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, enfatizando que todas elas contribuem para a realização do estágio supervisionado, não só a dimensão técnico-operativa, que deve estar associada às demais competências para o entendimento da teoria e da prática no processo de estágio supervisionado. Por tal motivo, se faz necessário uma reflexão sobre a relação da teoria com a prática e as suas implicações.

Desse modo, é fundamental destacar a direção teórica e política que orienta o nosso projeto profissional hegemônico, e as Diretrizes Curriculares, que têm como base a teoria social de Marx.

O materialismo histórico dialético tem a finalidade de apreender a realidade para modificá-la, está constituído pela razão crítico dialética, que acredita na capacidade humana em construir sua própria história, através do seu ato fundante, o trabalho, e por meio dele criar a realidade social, vista em suas múltiplas determinações, ou seja, em sua totalidade.

De acordo com Pontes (2010, p. 31) a teoria social de Marx objetiva analisar a sociedade burguesa e almeja sua dissolução “[...] buscando não só conhecer os processos históricos, que estruturam o ser social burguês, bem como suas leis tendenciais-históricas, como também apontar as forças sociais, políticas, culturais, etc. de dissolução desta ordem.”

Entretanto, nosso projeto profissional não é único, existindo assim, outras correntes de pensamento que se fazem presentes, como o positivismo, que assemelha os fatos sociais aos fatos naturais, dessa forma, cabe aos indivíduos aceitar a sua condição apresentada como natural. Essa corrente de pensamento é construída a partir da sociedade burguesa, sendo de extrema importância para manter a ordem vigente, ou melhor, o sistema capitalista.

Mediante essas duas manifestações de pensamento, temos a instauração da racionalidade formal abstrata ou da racionalidade crítico dialética, que orientam a formação e o trabalho profissional dos (as) assistentes sociais.

No que diz respeito à racionalidade formal abstrata, podemos inferir que a mesma é sustentada pela razão instrumental, advinda do positivismo, que se contradiz à dialética e rejeita o caráter histórico da realidade. A racionalidade formal abstrata na formação se dedica à qualificação técnica do profissional, abandonando a questão teórica, desprezando a unidade e a indissociabilidade entre teoria e prática.

Assim sendo, o contexto contemporâneo tem contribuído para a razão instrumental, que acaba fragmentando a formação e o trabalho profissional, no qual o (a) assistente social fica preso ao cumprimento da demanda institucionalizada, efetivada de forma rotineira e burocrática, enxergando apenas a imediaticidade das expressões da questão social, como salienta Pontes (2010, p. 180):

No caso do profissional preso ao plano da imediaticidade, da heterogeneidade reificadora, como lhe escapam os sistemas de mediações, os determinantes histórico-estruturais, e principalmente a particularização da legalidade social, suas possibilidades interventivas não ultrapassam o limite da demanda institucional.

Enquanto que a racionalidade crítico dialética pressupõe uma postura crítica, que ultrapasse a imediaticidade, e seja capaz de fazer uma leitura dinâmica da realidade, compreendo-a como produto histórico, em permanente movimento, e que por tal motivo apresenta contradições.

Na racionalidade crítico dialética a teoria e a prática são vistas de forma articulada, que associam todas as competências profissionais, sendo elas, teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Vale ressaltar que são dimensões diferentes, mas que se completam, estabelecendo, assim, uma relação de unidade entre diversos.

A problemática que surge na formação e no exercício profissional, diz respeito à dificuldade em apreender a relação teoria e prática, por isso acreditam que os conhecimentos teóricos, estão longe da realidade profissional.

Isso se deve ao fato de que muitos discentes e profissionais acreditam que a teoria fornece, de imediato, respostas para o trabalho profissional, o que não acontece. A teoria não fornece instrumentos de forma imediata para aplicação na prática.

Temos que considerar que o trabalho profissional do (a) assistente social é dinâmico, sendo difícil trabalhar com instrumentos prontos e acabados, dessa forma, estaríamos trabalhando no viés da racionalidade formal abstrata. “Nesse sentido, se a teoria não oferece

os instrumentos e técnicas de intervenção propriamente ditos, ela pode oferecer subsídios para que eles sejam escolhidos, criados e utilizados.” (SANTOS, 2013, p.83).

É justamente nesse provimento de subsídios que está o objetivo da teoria, como projeção dos fins, ou seja, ação teleológica, que nos indica qual o melhor caminho a seguir, iluminando a prática, que por sua vez, efetiva as ações antes imaginadas. Como explica Santos (2013, p. 35):

Essas demarcações reforçam que o âmbito da prática é o da efetividade, o da ação, o dos meios, enquanto que o âmbito da teoria é o da possibilidade, é o da determinação, o da projeção dos fins. A passagem da teoria à prática necessita das definições dos fins, que envolvem um plano ético e político, e da escolha dos meios, que envolve, também, um processo de valoração e um encaminhamento técnico-operativo.

As observações priorizadas aqui implicam pensar em duas problemáticas, a primeira, que a passagem da teoria para a prática não ocorre de forma instantânea, também não é um movimento simples, para isso utilizamos a categoria teórico-metodológica da dialética marxiana, a mediação, responsável pela articulação entre as estruturas sócio – históricas:

Neste sentido, a mediação aparece neste complexo categorial com um alto poder de dinamismo e articulação. É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de Totalidade. Sem a captação do movimento e da estrutura ontológica das mediações através da *razão*, o método, que é dialético, se enrijece, perdendo, por conseguinte, a própria natureza da dialética (PONTES, 2010, p. 81, grifo do autor).

Dessa forma, é por meio da mediação que podemos trabalhar no viés da totalidade, porém, as mediações não surgem de forma instantânea, estão submersas dentro desse enredo caótico e desarticulado, que nos parece a realidade social, sendo essencial a intervenção profissional concretizada com e nas mediações, para que possamos compreender as diversas expressões da questão social.

Seguindo o pensamento de Pontes (2010), a mediação ocorre no campo das particularidades, sendo responsável pela síntese entre a singularidade, que são os acontecimentos da imediaticidade e a universalidade, e, portanto, as leis tendenciais.

Em outras palavras, a universalidade é o campo das legalidades, que são possíveis de compreender ultrapassando as evidências imediatas. A esfera da singularidade é onde a

legalidade se materializa, já o nível da particularidade, expressa as mediações, em que o singular se conecta com a totalidade social:

No plano da realidade, o particular representa a mediação concreta entre os homens singulares e a sociedade; a particularidade da vida humana está eivada da singularidade dos “fatos irrepitíveis” e saturada da universalidade, que é a legalidade que articula e impulsiona a totalidade social. (PONTES, 2010, p. 86).

Se o profissional trabalhar na direção da racionalidade formal abstrata, não será capaz de transpor a imediatividade, solidificada nas demandas institucionais, não legitimando o projeto ético político da categoria profissional, fornecendo respostas burocráticas e pontuais aos usuários.

Entretanto, se o (a) assistente social admite uma postura crítica, ele é capaz de sugerir novas estratégias de enfrentamento da questão social, trabalhando a teoria e a prática de forma indissociável e articulada.

Portanto, a teoria por si só não modifica a realidade, mas fornece subsídios para tal transformação, que só pode ser efetivada através das mediações, que estão sempre presentes em nossa realidade, independente da possibilidade ou não de compreensão:

Mesmo transformando percepções, representações ou conceitos e criando tipos específicos de produtos como hipóteses e leis, a teoria não transforma a realidade. Todavia, a atividade teórica proporciona um conhecimento indispensável para transformar a realidade ou traçar finalidades que antecipem, na ideia, sua transformação. Não obstante, há que se captar as mediações que se interpõem entre a teoria e a prática. (SANTOS, 2013, p. 33).

A outra problemática se refere ao caráter interventivo da profissão, que atua sobre a consciência dos sujeitos, as suas ações são direcionadas para seres humanos, sendo assim, mesmo que tenhamos a finalidade da nossa ação em mente, ela nem sempre sai como esperado.

A intervenção profissional depende dos conhecimentos adquiridos pelo (a) assistente social, dos valores, do conhecimento sobre o sujeito demandatário dos serviços sociais, além dos limites institucionais e das contradições presentes na própria realidade.

O que não quer dizer de modo algum, que a teoria difere da prática, mas sim que a teoria não fornece modelos prontos para trabalhar na prática, e que para intervir na realidade é preciso ter um conhecimento crítico sobre todas as competências profissionais.

Portanto, a formação profissional em Serviço Social, precisa refletir sobre esses aspectos, pensar o sentido do aprendizado dos instrumentos, a sua adequação e finalidade, o que não representa um retrocesso na formação, muito pelo contrário, presume um avanço, em termos de articulação entre a dimensão técnico-operativa e as demais:

Assim, garantir no ensino a reflexão sobre “como operacionalizar os instrumentos de intervenção no Serviço Social”, sobre as singularidades dos instrumentos e técnicas na intervenção profissional do Serviço Social e sobre como escolhê-los, em síntese, ocupar-se dos instrumentos na formação profissional, não significa, necessariamente, um retrocesso a uma razão manipulatória, ao instrumentalismo da razão formal – abstrata. Um caminho para não se cair no tecnicismo passa pelo esclarecimento da relação teoria/prática e por um nivelamento das interconexões entre as dimensões – teórico – metodológica, ético – política e técnico – operativa. (SANTOS, 2013, p. 5).

A reflexão sobre os instrumentos da profissão nos permite utilizá-los de forma crítica e consciente, pois o instrumento utilizado pelo (a) profissional pode ser o mesmo, seja ele entrevista, visita domiciliar, relatório, porém as suas finalidades e intenções podem ser diferentes, compreendidas no viés da racionalidade formal abstrata ou da racionalidade crítico dialética.

Por isso, é fundamental a formação profissional se ocupar dessa discussão, tendo em mente que trabalhar a dimensão técnico-operativa da profissão, não se reduz ao ensino da prática, mas sim, ao estabelecimento de conexões necessárias entre teoria e prática, apresentando aos discentes as mediações existentes na passagem de uma para a outra. Até porque, qualquer que seja a profissão, é fundamental saber utilizar os instrumentos de forma adequada ao fim que se pretende alcançar, como nos adverte Santos (2013, p. 91, grifo da autora):

Um cientista que não domina os instrumentos de pesquisa jamais será um bom pesquisador. O mesmo ocorre com o profissional de Serviço Social. Se a academia não enfrentar esse desafio, o profissional continuará a buscar, em outras profissões afins “modelos” de atuação e continuará a afirmar que na *prática a teoria é outra*.

Diante disso, o estágio supervisionado em Serviço Social, é um componente curricular que deve possibilitar a compreensão da teoria e da prática de forma articulada, bem como dos instrumentais da profissão e das mediações existentes na realidade social.

O estágio pode ser compreendido como extensão do conhecimento: “Considerar o estágio como campo de conhecimento significa atribuir-lhe um estatuto epistemológico que

supere sua tradicional redução à atividade prática instrumental.” (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 29). Assim sendo, não estaria restrito ao ensino da prática, pois somente a atividade prática instrumental não conseguiria responder as demandas profissionais.

A nossa ação sempre tem uma intencionalidade, portanto, nunca está descolada da teoria, ela se refere aos objetivos que queremos atingir: “[...] em uma compreensão filosófica e sociológica, a noção de *ação* é sempre referida a objetivos, finalidades e meios, implicando a consciência dos sujeitos para essas escolhas, supondo um certo saber e conhecimento.” (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 42, grifo do autor).

É justamente esse o papel da teoria no estágio supervisionado, iluminar a prática, oferecer elementos para melhor escolha dos instrumentos e métodos de intervenção, questionar o que está estabelecido, fazer a síntese necessária entre os conhecimentos adquiridos na universidade e a realidade institucional e profissional.

Posto isto, temos que considerar que o processo de estágio não faz parte apenas do curso de Serviço Social, está presente em diversos cursos profissionalizantes, de graduação e até de pós – graduação. Muitas vezes, ele é considerado como o espaço propício para apreender as funções profissionais, que vão integrar conhecimentos teóricos adquiridos no meio acadêmico e conhecimentos práticos desenvolvidos em um ambiente de trabalho.

De forma mais ampla, a concepção de estágio presente no Decreto nº 52. 756 de 27 de fevereiro de 2008, que organiza o programa de estágios em órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Indireta e Fundacional, faz referência ao estágio como “[...] o meio mais adequado para o estudante aplicar os conhecimentos adquiridos na formação escolar e vivenciar as rotinas e práticas da profissão escolhida.” (SÃO PAULO, 2008a).

Temos também a Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, conhecida como a Nova Lei de Estágio, que vem admitir a concepção de estágio como ato educativo supervisionado:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

A Nova Lei de Estágio traz uma definição mais pedagógica, trazendo o estágio como ação educativa, e não somente como aplicação prática do conhecimento adquirido em sala de aula.

O documento se destina a normatizar o estágio em unidades de ensino superior, educação profissional, ensino médio, educação fundamental e especial, bem como, na modalidade de educação para jovens e adultos.

Fala sobre as competências da unidade de ensino, da instituição que oferece o estágio, da responsabilidade do estagiário e sobre a fiscalização.

No que diz respeito ao curso de Serviço Social, o estágio supervisionado se caracteriza como componente imprescindível da formação profissional; consiste em uma atividade curricular obrigatória: “§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.” (BRASIL, 2008). Existe desde a fundação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, na década de 1930.

É através do processo de estágio supervisionado que o estudante se aproxima da realidade institucional e social, proporciona assim, vivências variadas, onde é possível compreender o objeto de investigação e intervenção profissional, sendo ele as diversas expressões da questão social, além de apreender o papel social do trabalho profissional e os instrumentos da profissão, como evidencia Buriolla (2009, p. 83, grifo da autora):

Assim, por um lado, é percebido como um processo de treinamento profissional; como o campo de formação profissional onde o aluno exercita a prática profissional, propiciando ao mesmo oportunidades de experiências variadas; como espaço onde as diferentes posições e projetos profissionais afloram e onde se pode debatê-las democraticamente; como momento privilegiado de contato do aluno com a realidade social, onde o Serviço Social se concretiza; como o *lócus* propício de execução e de reflexão sobre os atos e conteúdos da profissão, sobre o papel profissional da prática, onde supervisor e supervisionado compartilham essa realidade e procuram superá-la.

Portanto, a formação acadêmica não se restringe aos conhecimentos adquiridos na universidade, deve estar atenta à realidade e ao contexto no qual está inserida, articulando diversas dimensões, como aponta Lewgoy (2009 a, p. 26):

A formação caracteriza-se não apenas como uma propriedade conferida pelo sistema educativo aos sujeitos sociais, mas como uma relação social que articula várias dimensões advindas das transformações e exigências do mundo e do mercado de trabalho.

Em consonância com a bibliografia pesquisada, concebemos o estágio supervisionado como momento síntese entre teoria e prática, um processo que articula todas as dimensões da formação e do trabalho profissional. Espaço de reflexão crítica da realidade social na qual irá intervir. Um processo de ensino e aprendizagem, onde todos os sujeitos envolvidos estão em permanente troca de saberes, um processo educativo, visto que o estagiário ainda não é um profissional. Além de ser o momento em que o estagiário irá utilizar os instrumentais da profissão.

Outro aspecto destacado, quando o assunto é estágio supervisionado, é a construção da identidade profissional do estagiário, a qual consideramos não ser efetivada apenas com base no processo de estágio, mas o mesmo tem grande influência nessa construção: “O estágio é o *locus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente.” (BURIOLLA, 1995, p. 13, grifo da autora).

Enquanto espaço privilegiado de aprendizagem, o estágio é o *locus* propício para o aluno desenvolver sua matriz de identidade profissional, efetivada através da responsabilidade, consciência, compromisso, espírito crítico e inovador. Na medida que o aluno se sente sujeito nesta atividade educativa, o estágio é efetivamente o espaço de legitimidade profissional. (OLIVEIRA, C. A. H. S., 2004, p. 73, grifo da autora).

Entretanto, a identidade profissional relaciona-se também com o aprendizado construído durante o curso, sistematizado por meio das diversas disciplinas, as experiências advindas do meio acadêmico, bem como, as vivências experimentadas fora da universidade, além do estágio supervisionado, que contribuem para a construção da identidade profissional do discente.

Mesmo porque, a identidade vai sendo construída ao longo de nossas vidas, não é um processo fechado e estático, muito pelo contrário, é constituída através do movimento da realidade, da história pessoal e coletiva do estagiário, acreditamos que:

[...] a identidade humana não é dada, de uma vez por todas, no ato do nascimento: constrói-se na infância e deve reconstruir-se sempre ao longo da vida. O indivíduo nunca constrói [sua identidade] sozinho: depende tanto dos julgamentos dos outros, como das suas próprias orientações e auto definições. [Assim] a identidade é produto de sucessivas socializações. (DUBAR apud PIMENTA; LIMA 2012, p. 63).

Assim sendo, o estagiário pode observar o supervisor de campo como um modelo a ser seguido, ou também, como um exemplo de não agir enquanto profissional, das duas formas, o supervisor e o estágio contribuem para a construção do futuro profissional.

Quando falamos em estágio supervisionado no curso de Serviço Social, temos que identificar os sujeitos envolvidos nesse processo, dentre eles o estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico, que apesar de cada um ter as suas responsabilidades e competências definidas, devem trabalhar em conjunto.

O estagiário deve ser visto como um sujeito em processo de formação, que necessita da supervisão direta de um (a) assistente social, mas que também deve ter o seu conhecimento respeitado, em uma relação de troca de saberes horizontal, onde ambos aprendem e ensinam.

É por meio do estagiário que o supervisor de campo pode estar em contato direto com os conhecimentos transmitidos na universidade, podendo assim, estar em um constante processo de atualização de conteúdos.

Segundo a Política Nacional de Estágio (PNE) (ABEPSS, 2010, p. 23) são obrigações do estagiário:

Observar e zelar pelos cumprimentos dos preceitos ético-legais e as normas da instituição campo de estágio.
Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional.
Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada.

No que diz respeito ao supervisor de campo, este deve ser um (a) assistente social, sendo uma das funções privativas do profissional. É o supervisor de campo quem vai acompanhar de perto as atividades desenvolvidas pelo estagiário no ambiente institucional. De acordo com a Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, compete ao supervisor de campo: “Art. 6º. [...] a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio em conformidade com o plano de estágio.”

Enquanto que o supervisor acadêmico é o docente que orienta os estudantes dentro das unidades de ensino, através de um processo de reflexão da prática realizada, além de instruir os discentes quanto aos tramites legais e institucionais para realização do estágio supervisionado. Sendo de responsabilidade do supervisor acadêmico:

Art. 7º. [...] o papel de orientar o estagiário e avaliar seu aprendizado, visando a qualificação do aluno durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-política da profissão. (CFESS, 2008, online).

Dessa maneira, o estágio supervisionado em Serviço Social, deve ser realizado mediante a participação desses três sujeitos, cada qual com a sua respectiva responsabilidade e contribuição, para que o estágio supervisionado se configure como um processo educativo.

O estágio supervisionado, no início da profissão não tinha esse caráter pedagógico-educativo como encontramos atualmente, ele já foi visto como uma “catequização” do estagiário, baseado na Doutrina Social da Igreja Católica, no qual, muitas vezes, o que se aprendia tinha relação direta com os preceitos religiosos.

Também já foi visto como um mero fazer técnico, totalmente descolado da teoria, com ênfase no ensinamento de como utilizar os instrumentos da profissão, muitas vezes, até distante da realidade social.

Dentro dessas concepções, o estagiário era visto como alguém que tinha muito a aprender e nada a ensinar, ou seja, um repositório de conhecimentos, e cabia ao supervisor à função de transmitir esse conhecimento e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário.

Se analisarmos o tipo de educação que era efetivada no processo de estágio, principalmente na relação entre estagiário e supervisor de campo, vamos encontrar uma educação bancária, que nos dizeres de Paulo Freire (2006) se configura por uma educação prepotente, autoritária e alienante, que acaba por impedir o desenvolvimento da criatividade e da consciência crítica do discente-estagiário.

Em oposição à educação bancária, Paulo Freire ressalta a educação para a liberdade, isto é, a educação libertadora, que reflete e indaga a realidade, com a intenção de transformá-la. Nessa concepção o processo de estágio supervisionado é caracterizado por um método de ensino e aprendizagem, onde todos os sujeitos envolvidos contribuem com suas experiências e conhecimentos, nessa perspectiva, “[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa.” (FREIRE, 2006, p. 26).

Sendo assim, quando nos referimos ao processo de estágio supervisionado em Serviço Social, a concepção que deve nos nortear é a de processo educativo, onde o diálogo e a reflexão crítica devem prevalecer, sendo os supervisores de campo e acadêmicos facilitadores desse processo.

Para que o estágio se efetive como processo educativo, é de suma importância a garantia da sua legalidade, ou seja, as leis que conferem um status de proteção ao processo de estágio supervisionado.

O nosso estudo primeiramente faz menção à Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, ela regulamenta todos os níveis do nosso processo educacional, além de ressaltar o caráter de direito conferido à educação através da Constituição Federal. Situa os conceitos da educação e os deveres do Estado em relação ao ensino público, deliberando sobre as responsabilidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Ainda versa sobre os recursos financeiros e a formação de profissionais da educação.

A LDB vem reafirmar o caráter educativo e pedagógico do estágio, bem como a responsabilidade das Unidades de Ensino na condução do processo de estágio e na afirmação de princípios para sua realização. Tal fato configura-se como um avanço para o estágio supervisionado, uma vez que se encontra respaldado na política de ensino superior, confirmando seu aspecto educacional e não trabalhista.

De forma específica no que se refere ao curso de Serviço Social, temos as Diretrizes Curriculares de 1996, que tratam do estágio supervisionado. Destacando seu caráter obrigatório, o processo de supervisão de campo e acadêmica, a importância do plano de estágio, e o compromisso entre a instituição e a unidade de ensino.

De acordo com as Diretrizes Curriculares, o estágio curricular obrigatório deve ser efetivado em diferentes níveis, que serão distribuídos ao longo dos últimos anos do curso, com atividades de trinta horas semanais, respeitando a Lei Federal de Estágio. Traz também a exigência da realização da supervisão acadêmica, concretizada no mínimo através de três horas aulas semanais.

Ainda, traz a importância da articulação entre supervisão acadêmica e de campo, sendo um dos princípios da formação profissional: “Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.” (ABEPSS, 1996).

Como marco importante para o estágio supervisionado em Serviço Social, temos a Política Nacional de Estágio (PNE) - da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, a qual é fruto de um intenso processo de reflexão e discussão sobre o estágio supervisionado, iniciado em maio de 2009, contando com seis oficinas regionais de graduação e oitenta eventos, com a participação de 175 Unidades de Formação Acadêmica e 4.445 participantes, como destaca o próprio documento da Política.

Apresenta em seu texto a concepção de estágio supervisionado e a sua proposição, como um momento propício para a articulação entre os conhecimentos teóricos-metodológicos, o processo de trabalho e a capacitação técnico-operativa:

O estágio supervisionado no curso de Serviço Social apresenta como uma de suas premissas oportunizar ao (a) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital. (ABEPSS, 2010, p. 14).

A PNE caracteriza-se como um documento de natureza política, que foi construído de maneira coletiva, efetiva-se como instrumento de defesa da formação profissional de qualidade, bem como do estágio supervisionado, defendendo os princípios do Código de Ética Profissional.

Ressalta que defender o processo de ensino e aprendizagem no estágio supervisionado é estar a favor de uma educação de qualidade, indo contracorrente dos preceitos estabelecidos pelo capital, que trazem consigo a mercantilização da educação, por tal motivo, a Política Nacional de Estágio reitera a importância do mesmo, como mecanismo de defesa e fortalecimento do compromisso da categoria profissional com a classe trabalhadora, atuando de modo a ultrapassar as demandas do mercado de trabalho e atender as exigências dos trabalhadores.

A Política Nacional de Estágio reflete a conjuntura do nosso país, onde encontramos a ampliação dos cursos de ensino superior particular e a distância, além da privatização dos nossos direitos sociais, a reestruturação produtiva, a globalização, entre outras questões que ocasionam transformações no mundo do trabalho e conseqüentemente na formação e no trabalho profissional do (a) assistente social.

Portanto, o estágio deve proporcionar uma reflexão crítica de todas essas transformações, para que o estudante seja capaz de ultrapassar a imediatividade dos fatos, e realizar uma análise com vista à totalidade social, para que possa encontrar estratégias de intervenção e luta.

O documento também evidencia os preceitos que devem nortear o estágio supervisionado, as responsabilidades dos sujeitos, assinala estratégias de concretização do estágio, reflete sobre os desafios atuais, explicita a diferença entre estágio curricular

obrigatório e não obrigatório, todas essas questões baseadas na concepção de estágio como processo formativo pedagógico.

Dessa maneira, a Política Nacional de Estágio evidencia um espaço de resistência e luta diante do contexto neoliberal e todas as suas implicações, defendendo o estágio supervisionado como um processo de aprendizagem. Evidencia a nossa realidade contemporânea com seus desafios, mas também com suas possibilidades.

Temos também, a Lei 8.662 de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social. Na mesma está evidenciada a preocupação com o estágio em seu artigo 5º, que discorre sobre as atribuições privativas do (a) assistente social, falando sobre o processo de supervisão direta de estagiários: “VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social” (CFESS, 2012, p. 46).

Evidencia o papel das Unidades de Ensino, ressaltando mais uma vez a supervisão direta de estagiários:

Art. 14. Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.
Parágrafo único. Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social. (CFESS, 2012, p. 51).

No mesmo ano, temos a aprovação do Código de Ética Profissional, em treze de março de 1993, através do qual, são instituídos os impedimentos e os deveres em relação ao processo de estágio:

Artigo 4º É vedado ao assistente social:
d) compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais;
e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em instituições públicas e/ou privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário. (CFESS, 2012, p. 27).

Artigo 21 São deveres do assistente social:
c) informar, esclarecer e orientar os estudantes, na docência ou supervisão, quanto aos princípios e normas contidas neste código. (CFESS, 2012, p. 37).

O Código de Ética do (a) assistente social, juntamente com a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social dão concretude ao Projeto Ético-Político Profissional.

O Código apresenta os Princípios Fundamentais da profissão, as competências do Conselho Federal de Serviço Social, os direitos e responsabilidades do (a) assistente social, a relação com os usuários, com as instituições empregadoras e com outros profissionais, relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil, sigilo profissional, relação com a justiça e penalidades.

Demonstrando a preocupação da categoria profissional com o processo de estágio supervisionado, temos a Resolução nº 533 de 2008 que discorre sobre a Supervisão Direta de Estágio. A Resolução foi aprovada no 38º Encontro Nacional CFESS-CRESS, e evidencia o acúmulo teórico da categoria em consonância com o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares.

A Resolução fala sobre o estágio curricular obrigatório e não obrigatório, sobre abertura de campos de estágio, o processo de supervisão direta, e as garantias de condições básicas para realização do estágio.

Como podemos observar, vivemos um contexto de precarização do trabalho e da educação, tensões que rebatem diretamente na formação e no trabalho profissional do (a) assistente social, entretanto, apesar de todos esses ataques à qualidade do ensino superior e das contradições impostas pelo capitalismo, o estágio supervisionado tem caminhado em outra direção, de efetivação da relação teoria e prática, da articulação das dimensões e competências profissionais, e do respaldo legal, o que o caracteriza como instrumento fundamental de resistência e luta para construção de uma formação profissional crítica e de qualidade.

Desse modo, quando refletimos sobre o estágio supervisionado em Serviço Social, precisamos nos atentar para a situação peculiar dos trabalhadores estudantes, portanto, detivemo-nos no estudo a respeito do estágio supervisionado realizado por estes estudantes, retomando novamente as categorias trabalho e educação.

2.2 Estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes

É preciso enfatizar que utilizamos o termo “trabalhadores estudantes”, porque de acordo com a bibliografia pesquisada, os dados obtidos no levantamento do perfil dos trabalhadores estagiários e as entrevistas realizadas, consideramos que são trabalhadores que se inseriram no ensino superior, ou seja, antes de serem estudantes, são sobretudo, trabalhadores.

Portanto, quando empregamos o termo “trabalhadores estudantes”, estamos nos referindo àqueles que, dentro do sistema que explora e traz desigualdades, necessitam exercer outras atividades fora da universidade para a própria sobrevivência e permanência na mesma.

Refletir sobre o processo de estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes nos remete a pensar sobre o trabalho e a educação na sua configuração atual. Como já salientamos anteriormente, o trabalho e a educação enquanto categorias ontológicas possibilita o desenvolvimento do ser social, expande a capacidade crítica e criativa dos homens.

Entretanto, não é o que presenciamos na contemporaneidade, na qual, o trabalho torna-se apenas um meio de sobrevivência para o trabalhador, e a educação, muitas vezes, uma obrigação, que não faz sentido algum para os estudantes, principalmente da classe trabalhadora.

Mesmo com essa configuração, determinada pelo modo de produção capitalista, que se expande para todos os setores da vida humana, não podemos conceber a crise capitalista, como o fim do trabalho. Muito pelo contrário, o trabalho é o que constituiu a nossa sociabilidade, lembrando que ele pode assumir diversas formas, como a servidão, escravidão, e agora o emprego assalariado.

Todas essas tensões se acirram no contexto atual juntamente com a política neoliberal, que prevê a privatização dos direitos sociais, como a educação, e na esfera da produção pressupõe a flexibilização, perda de direitos, alienação, terceirização, entre outras questões que interferem diretamente na qualidade de vida e trabalho da população:

As políticas neoliberais e a hegemonia do capital especulativo de um lado e, de outro, o desenvolvimento produtivo centrado sobre a hipertrofia do capital morto, isto é, ciência e tecnologia, informação como forças de produção, acabam desenhando uma realidade onde encontramos: desestabilização dos trabalhadores, instalação da precariedade do emprego e aumento crescente dos sobrantes. (FRIGOTTO, 2001, p. 78).

A população que mais sofre com tudo isso é a classe trabalhadora, que vê o retrocesso dos seus direitos trabalhistas e sociais, conquistados por movimentos e lutas sociais. Sem os meios de produção, a classe trabalhadora se submete a extensas jornadas de trabalho degradantes, que consomem toda a sua subjetividade.

A educação por sua vez, também entra nessa lógica de mercado, sendo uma forma de obtenção de lucro, e até de propagação dos preceitos capitalistas. Difundindo a

competitividade, a concorrência, e a subordinação ao sistema atual. A educação torna-se uma aliada do capitalismo:

Em relação à orientação pedagógica, o Banco Mundial têm-se constituído no intelectual coletivo por excelência tendo como eixo a adaptação e conformação do trabalhador, no plano psicofísico, intelectual e emocional, às novas bases materiais, tecnológicas e organizacionais da produção. (FRIGOTTO, 2001, p. 80).

Sem contar, o contingente populacional que se encontra fora do sistema educacional, ou que muitas vezes estão matriculados na escola, mas não conseguem permanecer na mesma. Democratizar o sistema educacional, não deve ser simplesmente aumentar o número de vagas nas escolas, mas investir em políticas públicas, garantir que esses estudantes tenham acesso e permanência no sistema de ensino com qualidade.

Ao refletirmos sobre o ensino superior, isso se torna mais agravante, no qual, muitos ainda não têm acesso. Historicamente o ensino superior era privilégio da elite, poucos tinham acesso a esse nível de ensino. A maior preocupação era com a educação de base, visto que o país apresentava um número expressivo de analfabetos. O ensino superior era visto como regalia de alguns estudantes da classe burguesa.

A classe trabalhadora era excluída do sistema educacional, principalmente do ensino superior, acreditava-se que para cumprir com as atividades laborais, não era preciso muita instrução.

Na contemporaneidade ainda convivemos com um sistema educacional excludente, que apesar da intensificação e a intenção de democratização, mais frequente a partir dos anos de 1990, não foi suficiente para inserção da população nas universidades, seja pelo custo que um curso universitário representa, seja pela falta de educação de qualidade na base educacional, que impede que estudantes ingressem em uma universidade pública.

Se pensarmos em estudantes da classe trabalhadora, a exclusão fica mais evidente, posto que muitos jovens não ingressam no ensino superior, e outros quando matriculados não concluem os estudos, em decorrência do trabalho.

Apesar do discurso de democratização, e de algumas garantias legais, o efetivo ingresso de trabalhadores nos níveis superiores de ensino, ainda é exíguo.

Temos algumas garantias legais que respaldam os trabalhadores estudantes, porém de forma muito sutil e pouco efetiva. Na Carta Constitucional de 1988 (BRASIL, 1988), Art. 208, que discorre sobre o dever do Estado com a educação, entre outros aspectos, fala sobre a

garantia de ingresso nos graus mais elevados da educação, da pesquisa e das atividades artísticas, de acordo com a habilidade de cada um.

O que fica muito subjetivo ao ponderar a capacidade de cada um, sendo que na realidade, presenciamos muitas vezes o desrespeito às diferenças regionais, as dificuldades de aprendizagem, e, sobretudo as condições peculiares de trabalhador.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, também fala sobre o dever do Estado para com a educação pública. No que se refere à educação escolar regular para jovens e adultos, discorre sobre acesso e permanência para os trabalhadores. A LDB vai além da Constituição Federal, ao discursar sobre acesso e permanência, tendo um alcance de discurso maior, que apenas o acesso não é suficiente, é preciso garantir a permanência desse trabalhador estudante no ensino superior.

Mais adiante, na Seção V da Educação de Jovens e Adultos, fala da garantia de acesso e permanência nas escolas públicas: “§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.” (BRASIL, 1996).

Além de garantir constitucionalmente o acesso de trabalhadores a educação profissional:

CAPÍTULO III da Educação Profissional:

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional. (BRASIL, 1996).

Entretanto, sabemos que essas garantias legais são muito vagas frente à realidade contemporânea, na qual, permanecem apenas no discurso e na lei, longe de efetivá-las na realidade dos trabalhadores estudantes.

Ao analisarmos o Plano Nacional de Educação em vigência de 2014-2024, também encontramos algumas referências aos trabalhadores, porém elas estão centradas na educação de jovens e adultos, e na educação profissional. Existe na realidade uma diferenciação entre o ensino para classe burguesa, e o ensino para classe trabalhadora, em que, o ensino superior, ou seja, as universidades são privilégios da elite, e o ensino profissionalizante, como os cursos técnicos, é uma forma de garantir a classe trabalhadora o acesso a uma formação profissional continuada.

Dessa forma, continuamos com a mesma educação elitista de sempre, que foi constituída historicamente como um sistema educacional excludente.

Não podemos negar que, desde o surgimento das primeiras universidades, até os dias atuais, conquistamos alguns avanços. Atualmente, mesmo que de forma precária e até sem garantia de qualidade e permanência, os trabalhadores ingressam no ensino superior.

Algumas políticas foram criadas para aumentar o número de ingressantes da classe trabalhadora no ensino superior, como por exemplo, a oferta de bolsas em universidades particulares (PROUNI), o Financiamento Estudantil (FIES), o Programa de Cotas, a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Contudo, são políticas compensatórias, que pouco investem em qualidade de ensino e educação qualificada desde os primeiros anos da vida escolar, para que esses trabalhadores possam ingressar no ensino superior.

Iniciar os estudos em uma universidade já é um desafio, para mantê-lo é outro desafio, se pensarmos na relação trabalho e estudo, que na maioria das vezes, não é efetivada de forma tranquila. Conciliar as atividades laborativas, em uma sociedade que aliena e explora, com as atividades educacionais, que muitas vezes, não refletem a realidade do trabalhador estudante, não é tarefa fácil.

Essa situação de exploração à qual são submetidos (as) os (as) estudantes é potencializada pelas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho vivenciadas pela juventude brasileira e que se manifesta, também, no espaço acadêmico, onde se encontra significativa presença de estudantes que, para garantir seu sustento, desenvolvem atividades remuneradas, por mais precárias que sejam e, em muitos casos, desvinculadas de sua área de formação profissional, reduzindo suas possibilidades de dedicação às atividades acadêmicas. (VASCONCELOS, 2009, p. 71).

Sendo assim, essa é uma realidade que permeia o universo acadêmico, no qual, muitos estudantes necessitam trabalhar para manter a sua sobrevivência e os seus estudos. Outra questão que merece destaque, quando o assunto refere-se aos trabalhadores estudantes, é a realização do estágio supervisionado, que como já ressaltamos é um momento único na vida do discente, sendo concebido como um processo educativo e pedagógico dentro do curso de Serviço Social.

Essa relação entre trabalho e educação, aqui mais específica entre trabalho e estágio supervisionado, não é uma problemática relacionada apenas com o curso de Serviço Social, mas faz parte de um contexto mais amplo, no qual, o próprio ser humano se transforma em

uma mercadoria, que vende a sua força de trabalho em troca de um salário para garantir a sua sobrevivência.

Portanto, essa realidade evidencia a precarização do trabalho e da educação, na qual, muitos trabalhadores acumulam as atividades laborais com os estudos, devido á falta de políticas públicas e a insuficiência de políticas de educação voltadas para esse segmento estudantil:

Some-se a isto o evidente empobrecimento do segmento estudantil, conjugado com a inexistência/ insuficiência nas instituições de ensino superior de uma política de assistência estudantil, o que mobiliza os (as) discentes a buscarem diversificadas estratégias de sobrevivência e permanência na universidade, dentre as quais se inclui a inserção em atividades remuneradas, gerando significativo acúmulo de atividades para este segmento. (VASCONCELOS, 2009, p. 71).

Dessa forma, é necessário refletir também, sobre a maneira de ensinar e aprender, que pode dar-se de maneira diferente para esses trabalhadores estudantes. Pensando em propostas de aulas mais dinâmicas, pedagógicas e que façam sentido para classe trabalhadora, mas sem perder a qualidade.

Quando iniciam o processo de estágio, esses trabalhadores enfrentam o obstáculo de conciliar os horários de trabalho com a realização do estágio supervisionado:

Ao deparar-se com situações de estudantes trabalhadores, que possuem demandas específicas de horário, o cumprimento do estágio deve seguir as mesmas exigências de qualificação e de acompanhamento, cabendo às UFAs definir em suas respectivas políticas de estágio as estratégias para assegurar esse processo, tais como a oferta da disciplina em horário especial e outras alternativas, coerentes com os princípios e objetivos aqui expressos. (ABEPSS, 2010, p. 29).

De acordo com a Política Nacional de Estágio, o estágio supervisionado realizado por trabalhadores deve assegurar os mesmos princípios e regras de qualquer outro processo de estágio em Serviço Social. Cabendo as Unidades de Formação Acadêmica traçar estratégias e alternativas para garantir a realização do mesmo, com qualidade e adequado ás demandas dos trabalhadores estagiários.

Compreendemos a necessidade de trabalhar, mas também compreendemos a importância do estágio supervisionado para a formação profissional do (a) assistente social, não podemos negligenciar nenhuma das faces dessa realidade.

Entretanto, muitas unidades de ensino não conseguem viabilizar alternativas eficazes, sendo uma opção adiar a conclusão do curso, para que esses discentes possam cumprir a carga horária exigida.

Algumas instituições de ensino superior firmam convênio com campos de estágio remunerados, dando a oportunidade dos trabalhadores estagiários se dedicarem exclusivamente ao processo de estágio:

Devido à situação socioeconômica imperante, sob a lógica neoliberal, os estágios estão adquirindo crescentemente o caráter de emprego para o estagiário, inclusive no Serviço Social: muitos alunos têm o estágio como fonte de renda, inclusive para pagamento das mensalidades escolares, e isto tem refletido diretamente na formação profissional. (OLIVEIRA apud ABEPSS, 2010, p. 7).

Aqui podemos encontrar o estágio caracterizado como emprego, o que prejudica a formação profissional, pois os campos de estágio remunerados são válidos e importantes principalmente para estudantes da classe trabalhadora, entretanto, não se deve confundir estágio com emprego, pois corre o risco de perder o caráter pedagógico formativo do estágio supervisionado.

Os estagiários não são profissionais, são discentes em processo de formação, o que exige supervisão direta e acompanhamento sistemático, de acordo com sua condição peculiar de estudante.

Uma proposta é a expansão de bolsas de iniciação científica, monitoria, bolsas de extensão, além de auxílio moradia, transporte e alimentação, que são de suma importância para a permanência do trabalhador na universidade, porém essa expansão está diretamente relacionada às políticas públicas de educação para o ensino superior, e não dependem exclusivamente da universidade.

Além da realização de estágio aos finais de semana, que como salienta Dourado, pode ser uma alternativa viável desde que garanta a efetivação dos preceitos do projeto profissional do Serviço Social, e não seja efetivado apenas como obrigação:

Uma outra forma de conciliar o curso com a necessidade de emprego está na busca de estágio de final de semana que, se não bem estudado à possibilidade de uma experiência de ensino de qualidade e não meramente o cumprimento de carga horária para a conclusão do curso, pode representar um certo distanciamento de um projeto profissional que privilegie o desenvolvimento de novas competências, sociopolíticas e teórico – instrumentais no conhecimento da realidade social. (DOURADO apud LEWGOY, 2009, p. 44).

Algumas unidades de formação acadêmica encontraram como alternativa a realização de estágio em projetos de extensão, que não são dedicados exclusivamente para trabalhadores estudantes, visto que o estágio em extensão universitária não é uma realidade nova. O que faz a diferença é a realização em horários alternativos, possibilitando o ingresso de trabalhadores estudantes. Aqui é ressaltado a mesma tensão que encontramos nas outras alternativas, o que deve ser preservado são os aspectos formativos do estágio, e as exigências previstas para realização e cumprimento da carga horária.

Mesmo com todas essas tensões, o estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes, devem se pautar na ação pedagógica e educativa, como um momento de aproximação da realidade social, que possibilite o pensar crítico, o aprendizado da ética e dos instrumentais da profissão.

Pensar em estágio vivenciado por trabalhadores requer ir além da procura de campos de estágio remunerados ou de finais de semana, nos convoca à reflexão das políticas públicas sociais como um todo, e principalmente das políticas de permanência estudantil dentro das unidades de ensino.

Além disso, a defesa do reconhecimento e da valorização da natureza educacional dos estágios e da ampliação das possibilidades de remuneração destes não deve estar dissociada da luta pela assistência estudantil, pela ampliação do número de bolsas de iniciação científica, de monitoria, de extensão, entre outras formas de garantir a permanência discente na academia que possibilitem processos de formação profissional. (VASCONCELOS, 2009, p. 75).

Diante do exposto, o que fica evidente é a separação da educação e do trabalho, por vezes até a dificuldade de conciliar as duas atividades humanas, que deveriam estar associadas. Pensando também, que muitos ainda estão excluídos do sistema educacional e do mercado de trabalho, vivendo muitas vezes à margem da sociedade, despossuídos dos meios de produção, integrando a lista de pessoas que também não conseguem vender a sua força de trabalho e que não têm acesso a um ensino gratuito e de qualidade.

Refletindo sobre essas questões, o que sobressai é que nos dizeres de Mészáros (2008, p. 65, grifo do autor) antes de qualquer outra conquista precisamos universalizar o trabalho e a educação: “A esse respeito, dois conceitos principais devem ser postos em primeiro plano: a *universalização da educação* e a *universalização do trabalho como atividade humana autorrealizadora*.”

Importante ressaltar que a universalização deve ser do trabalho e da educação em seu sentido ontológico, que possibilite o desenvolvimento humano crítico, autorrealizador e potencializador das capacidades humanas. Dessa forma, não precisaríamos nos afligir com a realização do estágio supervisionado vivenciado por trabalhadores, pois essas duas atividades específicas dos seres humanos seriam indissociáveis e complementares.

Diante do exposto, detivemo-nos no estudo da extensão universitária como locus de realização do estágio supervisionado, sendo uma alternativa para realização de estágio encontrada pelos trabalhadores estudantes.

2.3 Extensão universitária como locus de realização do estágio

Para iniciarmos a discussão da extensão universitária como locus de realização do estágio, precisamos primeiramente, fazer algumas considerações a respeito da própria extensão universitária.

Maria das Graças (2000), estudiosa da área, coloca que a extensão universitária surge em forma de cursos, em uma tentativa de aproximar o ensino superior dos problemas sociais, mas feito inicialmente de forma impositiva e hierárquica, a aproximação horizontal ficava apenas no discurso, porque na realidade esses cursos eram voltados para a elite:

A característica marcante da extensão neste período era o atendimento, sobretudo, a uma clientela já detentora de curso superior, mantendo atualizados os conhecimentos dos que saíam da universidade. Consequentemente, isto representa que a função social desempenhada pela universidade ficava muito limitada ao atendimento das necessidades da classe dominante da época, a nova burguesia urbano – industrial. (SILVA, M.G.M., 2000, p. 82).

Portanto, as atividades extensionistas eram direcionadas para parcela da população que já tinha acesso às universidades, beneficiando assim, somente a classe burguesa, deixando de lado o restante da população, excluída do ensino superior e das práticas de extensão.

Quanto à legalidade da extensão universitária vamos encontrar em 1931 no Brasil a sua primeira referência legal, instituída no Estatuto das Universidades Brasileiras, na redação fica evidente a intenção das atividades extensionistas para o Estado, sendo uma forma de promover a cultura da população e o seu grau de aprendizagem:

A primeira referência legal à Extensão Universitária é encontrada no Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto nº19. 851, de 11 de abril de 1931. A concepção de Extensão, presente no decreto do Ministro Francisco Campos, fica bastante clara na Exposição de Motivos que encaminhou ao Presidente da República. Diz o texto:

A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando assim maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível da cultura geral do povo [...]. (NOGUEIRA, 2001, p. 58).

Dessa maneira, a população que não tinha acesso ao ensino superior e nem ao poder político, era vista como receptora da prática de extensão, os discentes acabavam impondo o seu saber aos demais, como meros receptores do conhecimento, não se falava em construção do conhecimento e muito menos em troca de saberes, os cursos eram elaborados de acordo com que a universidade gostaria de transmitir para os demais.

Diante desse contexto e dessa concepção de extensão universitária, estávamos muito longe do que Paulo Freire (1977, p. 52), refletia sobre a concepção de diálogo:

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento “experencial”), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, transformá-la.

Não havia essa intensão nas primeiras atividades de extensão, muito pelo contrário, o objetivo inicial era manter os egressos da universidade em contato com a teoria, atingindo somente a elite da sociedade, e mesmo quando o discurso começou a se modificar, não se pretendia o diálogo e tampouco a transformação social, queriam apenas transmitir os seus preceitos para o restante da população, que em sua maioria, estavam à margem do saber acadêmico.

Em 1975 obtivemos um avanço para a extensão universitária, pensando no contexto histórico, político e social que tínhamos naquela época, que foi o Plano de Trabalho de Extensão, elaborado pelo (MEC), com o objetivo de ordenar a política de extensão para as universidades brasileiras:

A extensão é a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa. (MEC/DAU apud NOGUEIRA, 2001, p. 65).

Dando sequência aos avanços conquistados para efetivação da extensão universitária, temos em 1985 o Fórum de Pró-Reitores das Universidades Brasileiras. O I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas realizou-se em 1987, e nesse Encontro definiram o conceito de extensão universitária, da seguinte forma:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado – acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (FÓRUM NACIONAL apud NOGUEIRA, 2001, p. 68).

Aqui já é possível compreender a extensão universitária como indissociável do ensino e da pesquisa, porque sem ambos não é possível a realização das atividades extensionistas. É ressaltada a questão da transformação social e do aprendizado da universidade com a própria sociedade, que também tem muito a oferecer.

Esse conceito é mais abrangente e enfatiza a extensão universitária como processo educativo, que pressupõe estudo, pesquisa e diálogo, em uma relação de troca de conhecimentos acadêmicos e populares.

O conceito também traz a extensão em sua totalidade, não sendo mais um aspecto isolado no meio acadêmico, não ficando mais sobre apenas sua responsabilidade a função social da universidade, que na verdade, corresponde a articulação das três instâncias, ensino, pesquisa e extensão.

Importante ressaltar que universidade e sociedade fazem parte do mesmo contexto, não tem como separá-las, assim como descreve Sousa (2001, p. 120):

A Universidade sempre esteve comprometida socialmente com alguém. À medida que entendemos que a Universidade é uma instituição social, torna-se ilógico tentar tratá-la de forma dicotômica, como se Universidade e sociedade fossem entidades autônomas. E, da mesma forma, não podemos pensar em segmentar a Academia segundo duas funções. O contexto socioeconômico, o político e o cultural que circunscrevem a Academia também a perpassam; portanto, Universidade e sociedade evoluem,

conjuntamente, em relações recíprocas e de maneira dialética. O que nos interessa é indagar sobre com quem ela se tem comprometido e a quais interesses tem servido, pelo exercício da Extensão. Este compromisso tem sido dirigido a quais parcelas da população? Quem são os privilegiados por esta atenção?

Portanto, a universidade sempre vai estar associada à sociedade e ao seu contexto histórico, político e social, temos que ter claro em nossa mente que as ações extensionistas estão sempre servindo a alguém, seja a população em geral, aos interesses dos próprios discentes, e também aos interesses mercadológicos. Deve ser percebida a partir da relação teoria e prática de forma dialética, e pensada em seu aspecto de ensino e pesquisa, não mais isoladamente.

Se pensarmos na extensão universitária como diálogo, troca de conhecimentos e experiências, estamos indo de encontro, com a concepção de Paulo Freire (1977, p. 67) que fala em comunicação e não em extensão:

Esta função, por sua vez, não é a extensão do conteúdo significativo do significado, objeto do pensar e do conhecer.
Comunicar é comunicar-se em torno do significado significativo.
Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se comunicam seu conteúdo.

Pensar na extensão universitária como processo comunicativo, deixa para trás a sua imposição e hierarquização inicial, ressaltando a reciprocidade e a horizontalidade, não uma mera extensão de quem detém o conhecimento para quem não possui conhecimento algum. Essa concepção deve ficar no passado, e a orientação que deve nortear as atividades extensionistas é exatamente essa de comunicação e diálogo.

Pesquisando sobre a extensão universitária, encontramos a possibilidade de realização de estágio supervisionado nos projetos de extensão. A proposta não é nova, alguns projetos de extensão oferecem vagas de estágio supervisionado para estudantes, de diferentes cursos.

O que é levado em consideração é a possibilidade de aprendizagem nos projetos de extensão, que possibilitem a unidade entre teoria e prática, instrumentais da profissão, desenvolvimento de relações éticas e multidisciplinares, que proporcionem uma formação profissional ao discente:

A extensão universitária por ser um campo onde se desenvolve uma proximidade maior com professores (coordenadores e supervisores de projetos de extensão) e também com a comunidade, possibilita ao acadêmico fazer a articulação dos conteúdos teóricos e operacionais, cria oportunidades

para o desenvolvimento de habilidades referentes ao trabalho em equipe e fortalece o compromisso social e ético no que se refere à busca dos direitos do cidadão. (SILVA; QUIMELLI, 2006, p. 286).

Dessa forma, os projetos de extensão possibilitam uma maior aproximação com a sociedade local, proporcionam a vivência de experiências e conhecimentos multidisciplinares, na medida em que, muitos projetos são compostos por diversas áreas do saber. Sem dúvida alguma, os grupos de extensão são de suma importância para formação profissional dos discentes. Por tal motivo, muitos se constituem campos de estágio curricular obrigatório e supervisionado, propiciando a vivência do processo de estágio e de extensão.

No curso de Serviço Social, o estágio supervisionado realizado em grupos de extensão ganhou destaque, por meio da Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010, p. 38):

O Estágio em Extensão nos cursos de Serviço Social historicamente é desenvolvido como estratégia de aproximação da academia com a realidade social, busca-se nessas experiências o aperfeiçoamento de práticas profissionais em campos diversificados, geralmente envolvendo atividades de ensino e pesquisa.

Como salientado anteriormente, a Política Nacional de Estágio, traz essa indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ressaltando que os estágios realizados através da extensão universitária, envolvem também, a dimensão de ensino e pesquisa.

A extensão universitária proporciona o aprendizado para os integrantes do grupo, colocando-os em contato com a população, colaborando com a socialização de conhecimentos, fazendo a mediação necessária entre a teoria e a prática, permitindo que o ensino ultrapasse as salas de aula. Contribui para a comunidade de modo significativo, em uma relação de troca de conhecimentos e experiências, onde ambos são sujeitos do processo de aprendizagem.

Para que os projetos de extensão universitária constituam-se como campos de estágio no curso de Serviço Social fazem-se necessário:

Explicitar objetivos e funções desempenhadas pelo Serviço Social em conformidade com artigo 4º e 5º da Lei que regulamenta a profissão;
Indicar que os projetos e planos de intervenção do estágio estejam articulados ao exercício profissional do Serviço Social, considerando a análise e a apropriação crítica do contexto sócio institucional;
Que o docente envolvido na atividade de extensão assuma o processo de supervisão de campo, quando não houver outro assistente social devidamente registrado no Conselho;

Que não haja acúmulo nas funções de supervisor (a) de campo e de supervisor (a) acadêmico (a). O (a) docente, ao assumir a função de supervisor (a) acadêmico (a) de um grupo de estudantes, não poderá acumular a função do supervisor de campo junto aos mesmos. (ABEPSS, 2010, p. 40).

A Política Nacional de Estágio deixa evidente o que deve ser respeitado e efetivado para que os projetos de extensão sejam campos de estágio, não perdendo de vista o que é o estágio supervisionado em Serviço Social, que a extensão por si só, não é o mesmo que estágio supervisionado, mas que, pode tornar-se um locus de realização de estágio, desde que, siga corretamente as legislações e requisitos para o cumprimento do mesmo.

Os projetos de extensão são caracterizados como locus de estágio, somente quando previstos no projeto pedagógico do curso, conforme preconiza o § 3º do art. 2º da Lei 11.788 de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

O estágio realizado dentro da extensão universitária, como em qualquer campo de estágio, deve possibilitar a instrumentalização e mediação necessária entre a teoria e a prática, viabilizando o processo de estágio supervisionado para os discentes – estagiários. Não podemos perder de vista a formação profissional do estudante, assim como também, os requisitos necessários para realização de estágio supervisionado, como cumprimento de disciplinas, supervisão acadêmica e de campo, realização do plano de estágio, e todas as exigências para realização do processo de estágio.

Pudemos observar também que os projetos de extensão têm aberto um espaço de formação profissional de qualidade, onde os acadêmicos trocam conhecimento com docentes e discentes de diferentes áreas do conhecimento. Os acadêmicos também podem experimentar a tomada de decisão. Perceber-se como profissionais. Desenvolver qualidades e habilidades relevantes para o desenvolvimento da prática, compreendendo a mesma como práxis, ou seja, não a desvinculam da teoria social aprendida. Assim, os acadêmicos ampliam sua capacidade de conhecer uma realidade social e através de uma consciência crítica, passam a pensar em estratégias político-profissionais de transformação desta. (SILVA; QUIMELLI, 2006, p. 289).

O que não deve acontecer é uma generalização, onde todo e qualquer projeto de extensão pode ser considerado como espaço para realização do estágio supervisionado, em especial no curso de Serviço Social, que estabelece requisitos para o cumprimento da carga horária exigida para efetivação do estágio supervisionado. Os projetos de extensão que recebem estagiários devem ser campos de estágio, ter estrutura organizacional compatível com as exigências, e principalmente efetivar as supervisões acadêmicas e de campo, como em

qualquer outro local de realização do estágio supervisionado. Para tanto, devem ter uma sistematização e acompanhamento permanente, o supervisor deve estar sempre presente, acompanhando de perto as atividades desenvolvidas e refletindo sobre as possibilidades.

Os Projetos de Extensão que articulam o Estágio Supervisionado têm e podem proporcionar aos estudantes a vivência de novas práticas, subsidiando a avaliação de sua formação profissional e da inserção social da profissão. Possibilitam, também, a reformulação de conceitos a partir da realidade sobre a qual intervêm e a identificação das necessidades sociais, tendo em vista a busca de respostas e soluções conjuntas. São experiências enriquecedoras, que estimulam a vivência social, política e técnica através de ações multidisciplinares e interinstitucionais. (UERJ, 2008, p. 2).

Portanto, a realização de estágio supervisionado em projetos de extensão, pode ser uma experiência enriquecedora, que vai proporcionar aos discentes todo o conhecimento e vivência de um processo de estágio, como em qualquer outra instituição, observadas as peculiaridades do processo de estágio supervisionado. Tem um componente impulsionador, que é a relação direta com a população, e a articulação entre ensino e pesquisa, favorecendo a experiência do estagiário.

Constitui-se também, importante campo de estágio, para os trabalhadores estagiários, que necessitam de horários alternativos e mais flexíveis para o cumprimento do processo de estágio supervisionado.

Diante da literatura pesquisada, encontramos muitos desafios contemporâneos para concretização do estágio supervisionado, por isso acreditamos ser necessário evidenciar tais desafios.

2.4 Desafios para realização do estágio supervisionado

Por tudo que foi refletido até aqui, certamente encontramos muitos desafios para efetivação do processo de estágio supervisionado que atenda as legislações e que esteja em consonância com o Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social.

De acordo com a literatura analisada, elencamos alguns desafios que acreditamos serem dificultadores para a realização do processo de estágio supervisionado e para formação profissional do (a) assistente social, os quais serão aqui apresentados de forma separada, apenas para fins didáticos, porque fazem parte do mesmo contexto e muitas vezes acontecem de forma simultânea.

Uma questão que perpassa o estágio supervisionado é a falta de entendimento do mesmo como processo de ensino e aprendizagem. O estágio deve ser compreendido como um espaço formativo, uma extensão do conhecimento, que vai além dos muros da unidade de formação acadêmica, e relaciona os conhecimentos teóricos, práticos e a realidade profissional.

Não deve ser concebido pelo estagiário como um mero cumprimento de carga horária para obtenção de diploma, e muito menos como mão-de-obra barata pela instituição campo de estágio: “[...] a utilização do (a) estagiário (a) como força de trabalho barata, bem como a não existência de acompanhamento didático-pedagógico no processo do estágio supervisionado [...]” (ABEPSS, 2010, p. 6), pode acarretar uma transferência de papéis, enxergando o estagiário como um profissional, e essa situação se agrava quando não é realizada a supervisão de campo sistemática, prejudicando o aspecto educativo e pedagógico do estágio.

O estagiário é um sujeito em processo de formação, ainda não é um profissional, deve ter acompanhamento sistemático do profissional supervisor de campo e supervisor acadêmico, para que assim, possa apreender todos os aspectos que envolvem esse processo educativo e pedagógico:

Um dos principais problemas a ser enfrentado na materialização do estágio como processo formativo e da instituição social como possibilitadora desse exercício acadêmico-pedagógico encontra-se no conflito e tensão existentes entre a exigência pedagógica e a determinação do mercado que amplia sua tendência em substituir o processo pedagógico de ensino e aprendizagem concebido como diretriz na formação profissional pelas unidades de ensino [...]. (ABRAMIDES apud ABEPSS, 2010, p. 6).

Nesse sentido, a formação profissional não deve ser restrita ao mercado de trabalho, deve sim, estar atenta às necessidades desse mercado, porém restringir a educação aos ditames mercadológicos é retirar da universidade o seu potencial crítico e criativo, fazendo com que ela responda apenas aos anseios econômicos.

Infelizmente, com a lógica neoliberal, que faz dos nossos direitos sociais um amplo mercado, as universidades também estão inseridas nesse fundamento, e muitas vezes têm funcionado como uma preparação de mão-obra qualificada para ingresso no mercado de trabalho. Lewgoy (2009, p. 42), nos alerta para essa tensão:

A universidade, ao ser concebida como entidade administrativa regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível e estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional

– e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos -, ao ser definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual, não irá questionar a sua existência e a sua função social.

Uma universidade que não faz questionamentos, que não reflete sobre a sociedade, é interessante para a política neoliberal mercadológica, e a ideologia burguesa, não questionando os seus pressupostos e fundamentos, apenas aceitando as suas imposições.

Sem dúvida que a formação profissional em Serviço Social e o estágio supervisionado devem estar conectados ao mercado de trabalho, porém deve-se ter clareza que a formação não se limita a esse mercado, e está comprometida com a construção de uma nova ordem social:

Esta imprescindível articulação da formação profissional com o mercado de trabalho deve, entretanto, considerar que a concepção que norteia o projeto de formação profissional dos (as) assistentes sociais não está direcionada apenas às demandas postas pelo mercado de trabalho, tendo como eixo norteador o projeto ético-político profissional, com o intuito de formar profissionais capazes de transcender as exigências e os limites estabelecidos pelo contexto de sua inserção profissional e implementar estratégias voltadas para atender às demandas dos (as) usuários (as) dos serviços, na defesa da consolidação e da ampliação dos direitos sociais. (IAMAMOTO apud VASCONCELOS, 2009, p. 65).

Portanto, o papel da formação em Serviço Social é formar profissionais críticos e propositivos, para enfrentar a realidade com vistas à efetivação de direitos. Nesse sentido, Santos (2013, p. 96) salienta que a formação profissional do (a) assistente social não deve focar-se apenas no mercado de trabalho:

A formação competente é aquela que conhece o mercado de trabalho, mas que não se limita a ele. É nessa direção que caminham as novas diretrizes curriculares. A formação profissional deve oferecer um conjunto de referências aos alunos que incorpore o conhecimento das exigências postas, mas que seja mais vasto ao que ele instrumentaliza, de imediato, na sua intervenção profissional, antecipando demandas.

Dando sequência a esse contexto, outro desafio que merece destaque quando o assunto é estágio supervisionado, é a efetivação da relação de unidade entre teoria e prática, como já foi salientado anteriormente, reportando-se à discussão do paradigma de que na prática a teoria é outra.

Para o entendimento da relação teoria e prática é fundamental a utilização da razão crítico dialética, que acredita no movimento da realidade e é capaz de desvendar a essência dos fenômenos, sempre atenta às contradições presentes em nossa sociedade, e efetivando uma prática voltada para classe trabalhadora:

Portanto, na contra-corrente da colagem da formação profissional às leis do mercado, a formação deve dirigir-se para a construção de alternativas e estratégias profissionais que contribuam para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Tal direção opõe-se à redução da formação ao mero desenvolvimento da racionalidade técnico instrumental, o que exige do estágio supervisionado curricular, possibilitar experiências que ultrapassem o atendimento exclusivo das novas demandas do mercado de trabalho, ampliando os horizontes da formação do profissional com o desenvolvimento de competências técnico-operativas, compromisso ético-político e sustentação teórico metodológica [...]. (ABEPSS, 2010, p. 10).

Dentro dessa perspectiva, o estágio supervisionado em Serviço Social efetiva de modo concreto essa relação de unidade entre teoria e prática, sendo muito comum os discentes estagiários sentirem que a teoria aprendida na universidade não se aplica no campo de estágio, ou seja, na realidade social. Porém, devemos ter cuidado ao chegar nessa consideração, pois:

[...] os limites da prática não podem ser considerados problema da teoria, posto que a realidade é síntese de múltiplas determinações que conformam condicionantes econômicos, sociais, políticos e culturais em muitos contextos, limitadores da garantia de liberdade e do atendimento às necessidades humanas, que não podem ser facultadas a problemas de determinada teoria. (RAMOS, 2009, p. 30).

Ressaltando também que a relação pode se dar da teoria para a prática ou da prática para teoria, sendo um processo complexo e que não se efetiva de forma imediata: “[...] as relações entre teoria e prática não podem ser encaradas de maneira simplista ou mecânica [...]. Essa relação não é direta e nem imediata, fazendo-se através de um processo complexo, no qual algumas vezes se passa da prática à teoria, e outras desta à prática.” (VAZQUÉZ apud RAMOS, 2009, p. 30).

Por ser o estágio supervisionado o primeiro momento que o estudante tem contato com a realidade social e os instrumentais da profissão, é muito comum nesse período surgir esse questionamento da unidade teórico prática, por tal motivo, as supervisões sistemáticas e diretas são essenciais para auxiliar o estagiário com essas questões.

Entretanto, muitas vezes, acompanhamos a falta de articulação entre o campo de estágio e a unidade de formação acadêmica, ou seja, a distância entre supervisão de campo e

acadêmica. Esse distanciamento acaba fragmentando a formação profissional do discente, que não recebe respaldo para realização do estágio supervisionado.

A universidade como locus de ensino deve promover essa articulação com as instituições campos de estágio, deve estar atenta ao que está acontecendo nos campos de estágio, da mesma forma que as instituições devem estar conectadas ao aprendizado efetivado nas unidades de formação acadêmica, em uma relação de troca de conhecimentos e experiências, onde ambos têm a ganhar. Santos (2013, p. 97) explicita a desarticulação entre a academia e os supervisores de campo:

Não há uma dicotomia entre teoria e prática, mas uma ausência de comunicação entre academia e supervisores de campo, entre academia e campos de estágio. Há uma incompreensão, por parte dos profissionais supervisores de campo e demais, de seu papel na formação profissional; há uma desarticulação entre formação e exercício profissional e entre disciplinas e prática profissional. Cabe à universidade contribuir para que os profissionais originários dela não se afastem, mas retornem a ela, agora de forma diferenciada, também como formadores e informadores.

Para efetivação dessa articulação, é fundamental a realização do Fórum de Supervisores, prevista na Política Nacional de Estágio da ABEPSS, destacado entre as atribuições da coordenação de estágio, sendo um espaço para troca e reflexão do processo de estágio:

O fórum de supervisores deve ser entendido como um espaço de resistência e de luta para a defesa e consolidação da qualificação do estágio supervisionado como espaço privilegiado da formação profissional, além de constituir um espaço propício para fomentar as trocas de experiências e discussões que perpassam o estágio e promover a interlocução entre os profissionais, estudantes e docentes [...]. (ABEPSS, 2010, p. 36).

A consolidação desses Fóruns de supervisores é essencial para a articulação entre campo de estágio e universidade, para aproximar as realidades e contribuir para formação dos discentes estagiários. Um espaço destinado para o diálogo entre as diferentes realidades, de aproximação entre supervisor de campo e supervisor acadêmico, que não deve acontecer apenas na realização do convênio ou do plano de estágio.

O que aproxima essas duas realidades, é o processo de ensino e aprendizagem que ambas realizam, assim sendo:

Urge, portanto, buscarmos mecanismos de comunicação, de relação pedagógica, de inter-relação entre estes polos (por vezes antagônicos) e os espaços para o debate do saber – fazer organizado, se quisermos que os sujeitos em formação aprendam as relações sociais que ocorrem em seu meio e criem um pensar próprio sobre o mundo. Nesta perspectiva, as prioridades de ensino-aprendizagem, por serem o núcleo aglutinador que dá existência ao ensino teórico e prático, deverão ser e permanecer a preocupação de fundo, geradoras das diversas medidas ocorrentes e compartilhadas por todos. (BURIOLLA, 2009, p. 46).

No entanto, muitas vezes há ausência da supervisão de campo e da supervisão acadêmica, ou quando ocorrem são ações pontuais para resolver problemas imediatos, isso se deve ao não entendimento da importância e das atribuições da supervisão de campo e acadêmica, e também da precarização do trabalho do (a) assistente social profissional do campo de estágio e do (a) assistente social na condição de docente:

[...] revelando as limitações da Instituição e do Serviço Social pela fragmentação dos serviços prestados aos usuários pela estrutura organizacional, pelas normas, pela ideologia e a política partidária por vezes permeando a atuação profissional, pela escassez de recursos humanos e econômicos, pela competição entre os técnicos, travando lutas, conchavos, alianças pelo poder e pelo trabalho, pelas dicotomias existentes, exemplificando as diferenças de salários entre os técnicos, gerando conflitos, pelas contradições entre o ensino e o serviço, entre os diversos objetivos da instituição, entre outros. Tais nuances se agravam quanto mais complexa for a instituição. (BURIOLLA, 2009, p. 66).

Apesar dos desafios para realização das supervisões, elas devem acontecer, pois são de fundamental importância para o estagiário, é um momento de reflexão, deve ser planejada gradativa e sistematicamente, ter um horário destinado a ela, não ficar restrita a atender questões pontuais e imediatas. As supervisões de campo e as supervisões acadêmicas devem acontecer de forma conjunta:

Ressaltamos, ainda, o princípio que prevê a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, em que o estágio, enquanto atividade didático pedagógica, pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do (a) estudante, na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social. (ABEPSS, 2010, p. 13).

Dessa forma, se faz imprescindível a articulação da esfera campo de estágio e da unidade de formação acadêmica, desde o início do processo de estágio supervisionado, até o momento final de sua avaliação.

Outra questão a ser problematizada é a realidade dos trabalhadores estagiários, que dependem do vínculo empregatício para se manterem, não tendo condições de se dedicarem apenas aos estudos, o que dificulta a conciliação do horário de trabalho com o processo de estágio supervisionado.

No que se refere aos trabalhadores estudantes e as instituições de ensino, eles têm buscado alternativas para o cumprimento da carga horária exigida para o estágio supervisionado. Uma alternativa encontrada na literatura pesquisada foi a inserção desses discentes em projetos de extensão que oferecem vagas para estagiários, podendo participar dos mesmos em períodos diversos do horário de trabalho.

Outra alternativa encontrada, é a inserção desses trabalhadores em atividades de monitoria e iniciação científica, podendo assim receber bolsas que garantam a saída do emprego, durante a realização do estágio supervisionado, além da procura de estágio remunerado e instituições que ofereçam vagas aos finais de semana.

Uma questão levantada também é o trabalhador estudante se formar após a data prevista pelo curso, ou seja, ficar mais alguns anos para que consiga cumprir a carga horária exigida, para a realização do estágio supervisionado.

Essas alternativas propiciam a vivência do estágio supervisionado e a instrumentalidade do estagiário. Leva em consideração a importância e a obrigatoriedade do estágio supervisionado em Serviço Social e, ao mesmo tempo, a permanência desse estudante no curso.

É preciso, também, garantir a qualidade formativa desse estágio, não como um mero cumprimento de carga horária, mas como uma aprendizagem significativa para formação profissional.

Por tudo que foi exposto, procuramos compreender no terceiro capítulo se a extensão universitária é uma alternativa viável para realização do estágio supervisionado vivenciado por trabalhadores estudantes.

CAPÍTULO 3

O ESTÁGIO PARA TRABALHADORES ESTUDANTES: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO ALTERNATIVA?

3.1 Conhecendo o município de Franca e a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

O município de Franca localiza-se no nordeste do estado de São Paulo, atualmente possui aproximadamente 318.640 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010. A cidade de Franca ficou conhecida mundialmente como a “capital do calçado masculino”, devido a sua produção calçadista ter sido o maior polo de geração de empregos.

“O nome Franca dado ao nascente arraial foi em homenagem ao então governador e capitão geral da capitania de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, foi ele quem incentivou a fixação dos mineiros em nosso território.” (CHIACHIRI FILHO, 2010, p. 1).

No início o comércio de gado e sal era a principal atividade econômica do município: “A condição de entreposto comercial da região, por localizar-se próxima à “Estrada dos Goiazes”, fez com que o comércio de gado e de sal se constituísse na principal atividade econômica durante boa parte do século XIX.” (REZENDE, 2006, p. 28).

Portanto, a sua privilegiada localização, fez com que a cidade fosse o único caminho que conectava São Paulo ao centro do país. Se desenvolvendo a partir dessa consideração, fez parte do caminho dos bandeirantes, que permaneciam na cidade para descansar das viagens que realizavam em busca de ouro no interior brasileiro.

Pesquisadores afirmam que um componente importante da cidade, que a tornou polo calçadista, é a oferta de matéria-prima, especificamente o couro, devido à predominância da pecuária no município.

Outra importante atividade laborativa que se desenvolveu em Franca, foi o setor cafeeiro: “A economia cafeeira trouxe para o território paulista uma grande infraestrutura de serviços, possibilitando uma maior concentração populacional nas cidades, ampliando o mercado de consumidores.” (FARINELLI, 2003, p.81).

Um componente importante para o progresso e desenvolvimento da cidade, foi a chegada da ferrovia, que fazia ligação entre a periferia e a região central, sendo utilizada pela economia, como meio de transporte ágil para distribuição de mercadorias.

Dessa forma, Franca passou a ser uma cidade, na qual, não paravam mais apenas para descansar, mas muitos se fixaram aqui para trabalhar e residir no município. Ampliando as atividades realizadas na cidade, e desenvolvendo outros ramos de produção e comércio.

A produção de calçados que começou com artesãos, em 1930 com o processo de industrialização e urbanização do país, passou a ser efetivada através da produção fabril, com maquinaria, ocasionando a divisão do trabalho, controle de tempo, e as pequenas oficinas se transformaram em grandes centros industriais.

Dai em diante, houve o incremento de novas tecnologias na produção, o surgimento de muitas indústrias de calçado, e a exportação de calçados para outros países, ganhando fama internacional.

Atualmente o município não produz apenas calçado masculino, como também, infantil e feminino. Entretanto, o setor calçadista enfrenta uma crise, que não faz parte apenas do contexto francano, mas do Brasil como um todo.

As grandes multinacionais acabam enfraquecendo e diminuindo a produção das pequenas e médias indústrias, que não tem o mesmo recurso financeiro para investir em novas tecnologias e qualificação profissional, não tendo o mesmo grau de competitividade.

Também encontramos muitos trabalhadores na informalidade, na costura manual de calçados na própria residência, onde podemos encontrar o trabalho feminino e até infantil. Expressões da questão social que são frutos das desigualdades sociais existentes em nossa cidade.

Essa terceirização, não garante direitos trabalhistas, dificulta a articulação dos sindicatos e da categoria, enfraquecendo o poder de luta e resistência dos trabalhadores.

Na atualidade, Franca investe em outros setores de produção, como o café, que ainda é uma atividade importante, a lapidação de joias, a confecção de lingerie, que tem ganhado destaque nos últimos anos, e a expansão do comércio, em áreas diversificadas.

A região administrativa da cidade compreende 23 municípios, sendo eles, Franca, Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Guará, Igarapava, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São José da Bela Vista, Ipuã, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra.

A cidade também conta, com importantes unidades de formação acadêmica, como, o Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF), a Faculdade de Direito de Franca, a Universidade de Franca (UNIFRAN), e a Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Sendo a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) Campus de Franca, o nosso universo de pesquisa, cabe a nós enfatizarmos a sua trajetória.

A Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP) Campus de Franca, denominada assim atualmente, foi fundada em 1962, ainda como instituto isolado, e tinha como título “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”:

Fundada pelo decreto nº 6814 de 20 de junho de 1962 sob a forma de instituto isolado de ensino, com a denominação de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (FFCL), sua instalação solene se deu aos 19 de junho de 1963 com os cursos de História, Geografia, Pedagogia e Letras, tendo como primeiro diretor o Sr. Alfredo Palermo e professores oriundos do Ensino Secundário francano. (GUELLI, 2012, p. 95).

Já em 1968, a Faculdade foi transferida para um importante prédio histórico, no centro da cidade de Franca, ganhando maior visibilidade e acesso, no entanto, em 1976 a Faculdade foi incorporada a Universidade Estadual Paulista (UNESP):

Em 1968, o Estado comprou o prédio do educandário Nossa Senhora de Lourdes na Rua Major Claudiano 1844, no centro da cidade, para onde a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) foi transferida e em 1976, com a política de reunião dos institutos isolados de ensino superior do estado de São Paulo numa única Universidade, a faculdade passou a vincular-se à estrutura da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), remanejando os cursos de Geografia, Pedagogia e Letras para outras localidades. (GUELLI, 2012, p. 95).

Com a transferência dos cursos de Geografia, Pedagogia e Letras, vamos ter no ano seguinte, a instalação do curso de Serviço Social, e em 1984 o curso de Direito, uma conquista importante para cidade de Franca:

No ano seguinte foi instalado o curso de Serviço Social, tornando-se Instituto de História e Serviço Social (IHSS) e, em 1984, foi a vez do curso de Direito, depois das fracassadas tentativas de encampar a Faculdade de Direito de Franca (FDF), adquirindo a denominação de Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS). (GUELLI, 2012, p. 95).

Com a chegada dos novos cursos de graduação, a Faculdade passou a ser denominada como Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS), e com a chegada em 2002 do curso de Relações Internacionais, o nome já não expressava a totalidade de cursos que haviam

se instalado, por tal motivo, alguns anos depois, a Faculdade foi nomeada Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Com o crescimento dos cursos, e dos estudantes, algumas reivindicações e protestos aconteceram em decorrência da exigência de um espaço físico maior, que acomodasse todos os cursos, e departamentos da Faculdade, diante de tal contexto, em 2008 foi inaugurado um novo campus:

Em 2008, foi inaugurado o novo campus composto de estrutura de 2 (dois) prédios destinado para fins administrativos (um relativo a graduação e pós – graduação e outro para gerência do campus) e outros para atividades de ensino e pesquisa, biblioteca, restaurante universitário, Unidade Auxiliar - Centro Jurídico Social (CJS) – e o Centro de Convivência Infantil (CCI), não dispendo de espaço específico para as atividades de extensão. (GUELLI, 2012, p. 95).

Na atualidade a Faculdade possui uma estrutura composta por noventa docentes e discentes de graduação e pós-graduação:

Atualmente “A FCCHS possui 90 professores – a maioria com dedicação integral à docência e à pesquisa – e cerca de 1.900 alunos de graduação e pós-graduação.

Além das atividades curriculares, a faculdade garante uma boa estrutura para a realização de estágios e fornece uma série de incentivos, como bolsas para atividades científicas, desde a graduação.” (UNESP, 2014b, online).

O curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, foi fundado em 1977, é um curso que se destaca na região, estando em consonância com as diretrizes estabelecidas pela ABEPSS:

O Curso de Graduação em Serviço Social, matutino e noturno, foi implantado na Unidade da Unesp em Franca em 1977, com a ocorrência de duas revisões curriculares em 1982 e 1993. De 2000 a 2003, foi implantado o novo currículo, sendo objeto de revisões anuais com a finalidade de ajustar o projeto pedagógico às necessárias condições para formar profissionais com competência teórico / metodológica ao fazerem frente às demandas sociais e redimensionar seu espaço ocupacional. (UNESP, 2014b, online).

O curso tem duração mínima de quatro anos, e prazo máximo para se formar em sete anos, sendo que forma profissionais bacharéis, são ofertadas através do vestibular, quarenta vagas para o período matutino e cinquenta vagas para o período noturno.

O currículo é composto por disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso, e atividades complementares.

A partir de nove de janeiro de 2015, a grade curricular, definida pelo projeto político pedagógico do curso de Serviço Social da UNESP – Campus de Franca, ficou estabelecida da seguinte forma:

Disciplinas obrigatórias: Fundamentos Teóricos – Metodológicos do Serviço Social: a gênese da profissão; Trabalho profissional: Serviço Social e a categoria trabalho; Fundamentos sociológicos; Antropologia; Pesquisa social: iniciação científica; Realidade nacional; Fundamentos Teóricos – Metodológicos do Serviço Social: institucionalização e desenvolvimento da profissão Serviço Social; Trabalho profissional: elementos constitutivos; Economia; Pesquisa em Serviço Social: tipologia; Fundamentos filosóficos I; Fundamentos Teóricos – Metodológicos do Serviço Social: o debate fenomenológico; Ética profissional I; Política social: gênese; Economia II, Fundamentos psicológicos I; Fundamentos Teóricos – Metodológicos do Serviço Social: a renovação modernizadora; Fundamentos psicológicos II; Fundamentos filosóficos II; Fundamentos sociológicos II; Pesquisa social: abordagem qualitativa; Processo educativo em Serviço Social: introdução ao estágio supervisionado; Fundamentos Teóricos – Metodológicos do Serviço Social: a perspectiva marxiana e o projeto ético político profissional; Trabalho profissional: a categoria mediação no exercício profissional; Indicadores sociais; Serviço Social e legislação social; Processo educativo em Serviço Social: aproximação ao exercício profissional; Ética profissional II; Fundamentos Teóricos – Metodológicos do Serviço Social: a construção teórica da mediação; Trabalho profissional: instrumentalidade e a dimensão educativa; Pesquisa social: a construção do projeto de pesquisa; Serviço Social: organização e gestão do trabalho profissional; Política social no Brasil; Processo educativo em Serviço Social: problematização e exercício profissional; Fundamentos Teóricos – Metodológicos do Serviço Social: o debate marxista contemporâneo na profissão; Trabalho profissional: inserção nos processos de organização social; Gestão social e planejamento em Serviço Social; Política social: seguridade social; Serviço Social e realidade regional; Processo educativo em Serviço Social: as dimensões do exercício profissional; Fundamentos Teóricos – Metodológicos do Serviço Social: tensões e desafios contemporâneos do Serviço Social; Trabalho profissional: trabalho e formação profissional em Serviço Social; Serviço Social e legislação social II; Serviço Social e realidade regional II; Política social: proteção por segmentos específicos. (UNESP, 2014b, online).

Assim sendo, a grade curricular tenta garantir um currículo que está atento à realidade social e profissional, com amplo arcabouço teórico- metodológico, que instrumentaliza o estudante para o enfrentamento das expressões da questão social. Segundo dados do próprio site de 1980 a 2013, foram formados 1.779 bacharéis em Serviço Social, sendo um número bem expressivo para categoria profissional.

O curso conta ainda, com um Conselho de Curso ativo, que se reúne todos os meses, para acompanhar questões acadêmicas e que dizem respeito ao Projeto Pedagógico, é formado

por Coordenador e Vice-coordenador, docentes e representantes discentes do curso de Serviço Social.

Ressaltando também, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, que oferece cursos de Mestrado e Doutorado, tendo como área de concentração Serviço Social: trabalho e sociedade, e apresenta, ainda, duas linhas de pesquisa: Serviço Social: mundo do trabalho; Serviço Social: formação e prática profissional.

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social foi instituído em 1992, depois de um longo período de estudo:

No dia 22 de novembro de 1990, a então chefe de Departamento de Serviço Social Prof.^a Neide Aparecida de Souza Lehfeld, encaminhou ao diretor da FHDSS, Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira, um ofício com o projeto do curso de pós-graduação em Serviço Social, explicitando ser ele resultado de amplo estudo departamental e da síntese das propostas discentes e docentes analisadas com base no estabelecido, a fim de que fossem tomadas as providências formais para implementação do curso na unidade. (MARTINS, 2001, p. 184).

Lembrando que em 1992 havia apenas um curso de pós-graduação em sentido stricto em Serviço Social no estado de São Paulo, sendo o curso oferecido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), um programa particular, portanto, o programa de pós-graduação em Serviço Social da UNESP, foi o primeiro público no estado de São Paulo.

Rapidamente a Comissão de Ensino da Faculdade se mostrou adepta à abertura do programa de pós-graduação:

Logo em seguida, no dia 22/11/90, a Comissão de Ensino da FHDSS manifestou-se favorável à criação do programa e, em 7/12/90, a Congregação da Unidade também deliberou pela aprovação da proposta. Em 17/12/1991, o diretor, Dr. Paulo Tarso Oliveira, encaminhou-a à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UNESP. O então presidente da PROPP, Dr. Antonio Manoel dos Santos Silva, enviou à faculdade dois professores da Comissão Central de Pós-Graduação e Pesquisa para visitarem a FHDSS a fim de verificar “in loco” as suas condições e apreciarem a possibilidade de concretização do programa de pós-graduação. (MARTINS, 2001, p. 185).

Depois de realizadas as visitas, foi encaminhado um relatório descrevendo a estrutura organizacional da Faculdade, bem como a importância e consistência da proposta de criação do programa, sendo favoráveis a instalação do mesmo:

O programa começou a funcionar, efetivamente, em 1º de março de 1992. Devidamente implantado, compôs-se o primeiro Conselho de Curso, sob a responsabilidade dos seguintes membros titulares: Prof.^a Dr.^a Neide S. Lehfeld, Prof. Dr. José Walter Canôas e Prof. Dr. Mariano Baraglia. (MARTINS, 2001, p. 187).

A partir de então, o programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais foi sendo consolidado e reconhecido nacionalmente, com a sua área de concentração atualizada e voltada para realidade social:

A área de concentração “Serviço Social – Trabalho e Sociedade” analisa o trabalho no contexto das transformações societárias contemporâneas e das políticas sociais. A abordagem do “trabalho” tendo em vista sua trajetória histórica abrange os processos de organização e gestão recorrentes à evolução das relações estabelecidas na sociedade. (UNESP, 2014b, online).

Conta com uma coordenadora e vice - coordenadora, o Conselho é composto por quatro professores titulares, e quatro suplentes, além da ativa participação discente, com representante e suplente.

Os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social são explicitados, da seguinte forma:

- I - contribuir para a formação de pesquisadores, de docentes universitários, supervisores e profissionais em Serviço Social e áreas afins;
- II - estimular atividades de pesquisa;
- III - desenvolver a capacidade para o ensino, a pesquisa e a produção científica em Serviço social;
- IV - aperfeiçoar a formação de bacharéis, cientistas e profissionais do Serviço Social, objetivando a expansão qualitativa do referido curso e sua maior integração com a sociedade e os agentes sociais, contribuindo para a formação de recursos humanos especializados. (UNESP, 2014b, online).

Portanto, o Programa está voltado essencialmente para a formação de pesquisadores que possam atuar na realidade concreta.

Sendo assim, observamos que a Faculdade vem ao longo do tempo efetivando conquistas, porém com todo contexto em que vivemos ainda é necessário caminhar em direção de uma formação profissional gratuita e de qualidade, pois a conjuntura atual nos impõe desafios e limitações para concretização de uma política educacional efetiva e permanente.

No que se refere ao estágio supervisionado no curso de Serviço Social, evidenciamos a trajetória da política de estágio interna da Faculdade, para compreendermos a forma como está estruturada na atualidade.

3.2 O estágio supervisionado na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

O curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais possui Setor de Estágio desde 1979, quando foi contratada uma assistente social para organizar e coordenar o mesmo. Posteriormente, iniciou-se o processo de abertura e convênio com as instituições campos de estágio, onde se realizavam visitas institucionais para conhecer o local de realização do estágio supervisionado. O Setor de Estágio passou a ter regimento próprio em 2001, após a efetivação da proposta pedagógica do curso. Entretanto, em nove de setembro de 2014, foi instituído conforme previsto no novo projeto político pedagógico, o Núcleo de Estágio do Serviço Social (NESS), que substitui a Comissão de Estágio e o Setor de Estágio em Serviço Social.

O NESS é responsável por proporcionar e coordenar as atividades relacionadas ao processo de estágio supervisionado do curso de Serviço Social. Está em consonância a LDB; Lei Federal 11.788/2008, art. 1º; Resoluções do CNE 492/2001, 1363/2001 e a 15/2002 deliberam sobre as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social; além da Política Nacional de Estágio (PNE), que prevê as atribuições da Coordenação de Estágio:

Além das atribuições dos sujeitos que constroem o estágio, a PNE elenca as atribuições da Coordenação de Estágio, vista como esfera de organização e gestão da política de estágio; indicando a necessidade de todas as UFAs possuírem essa instância, fundamental para o encaminhamento de um estágio com qualidade. Cabe à esta Coordenação atuar diretamente articulada às coordenações de curso ou departamentos, de modo a viabilizar as novas demandas de qualificação do Estágio como elemento central da formação profissional. (ABEPSS, 2010, p. 24).

A organização do Núcleo foi uma conquista relevante para o curso de Serviço Social, pois é composto por coordenador, supervisores acadêmicos, apoio técnico administrativo, e representante discente, que estão atentos para realidade e legislação do estágio supervisionado, fazendo cumprir todos os requisitos necessários para sua realização.

O Regulamento do Núcleo de Estágio do Serviço Social discorre sobre a composição do Núcleo, as atribuições da coordenação, as competências e atribuições da supervisão acadêmica, e as atribuições do apoio técnico administrativo.

O NESS traz ainda, o Regulamento do Estágio Supervisionado, que legisla sobre a organização do Núcleo, as modalidades e finalidades do estágio, os campos de estágio, as modalidades de supervisão, credenciamento da supervisão de campo, as competências do supervisor de campo, dos alunos estagiários, da seleção do aluno para o campo de estágio, do

encaminhamento e permanência do aluno no campo de estágio, da avaliação da aprendizagem, disposições transitórias e disposições gerais, informações essas que ficam de fácil acesso no site da Faculdade.

No Regulamento fica explícito o que são os campos de estágio, e quais requisitos para realização de convênio, no artigo 7º que fala sobre os campos de estágio, fica aberta a possibilidade de realização do mesmo em projetos de extensão universitária:

Art. 7º - São denominados Campos de Estágio:

II - Programas, projetos e/ou serviços, na área social, desenvolvidos pela UNESP e supervisionados por docente assistente social ou assistente social habilitado às funções de supervisor de campo. (UNESP, 2014c, online).

Dessa forma, há a possibilidade de realização do estágio supervisionado em projetos de extensão universitária, desde que, atendam todos os requisitos, principalmente no que tange a supervisão de campo, que é realizada exclusivamente por um (a) assistente social.

A extensão universitária na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) é coordenada pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária, que é responsável pela Política de Extensão Universitária da UNESP.

De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) da UNESP, a extensão é o meio que viabiliza a interlocução com a comunidade:

A Extensão possibilita que a comunidade acadêmica encontre na sociedade conhecimentos enriquecedores pra sua formação, ao mesmo tempo em que beneficia esta sociedade, com os conhecimentos acadêmicos adquiridos nos bancos da Universidade. (UNESP, 2008, p. 10)

É efetivada por meio da troca de conhecimentos e experiências diversificadas entre acadêmicos, docentes e comunidade.

Em seu Regimento Geral da Extensão Universitária, Resolução UNESP nº11, de 02 de fevereiro de 2012, traz a concepção e objetivos da extensão, as ações extensionistas, a competência da extensão universitária, o desenvolvimento das atividades de extensão universitária, dos projetos de extensão, dos cursos de extensão, dos eventos e programas, prestação de serviços, recursos financeiros, e avaliação.

O Regimento Geral da Extensão Universitária deixa evidente qual o papel das ações extensionistas:

Art. 10 – As ações extensionistas da UNESP devem propiciar o desenvolvimento profissional de docentes, discentes e técnicos administrativos envolvidos nos programas, projetos e atividades, visando a melhoria da qualidade do ensino, a integração com a comunidade e o fortalecimento do princípio da cidadania, bem como o intercâmbio artístico – cultural. (UNESP, 2012a, p. 32).

Também esclarece e determina o que são os projetos de extensão universitária:

Art. 23 – É considerado projeto de extensão universitária o conjunto de atividades de caráter educativo, cultural, artístico, científico e tecnológico, que envolva docentes, pesquisadores, discentes (bolsistas ou voluntários) e servidores técnico-administrativos, desenvolvidas junto à comunidade, com prazo mínimo de duração de 01 (um) ano, mediante ações sistematizadas. (UNESP, 2012a, p. 32).

No que se refere à extensão universitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, temos ao todo 59 projetos de extensão, de acordo com pesquisa realizada no Banco de Dados da Extensão Universitária da UNESP, que apresenta dados referentes ao ano de 2015, são eles:

Quadro 1 – Extensão universitária na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Título do Projeto	Departamento/Unidade Auxiliar
Formação dos Coletivos de Educadores Ambientais para Sociedades Sustentáveis	Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas.
Coral da UNESP de Franca	Departamento de História.
Grupo de Elaboração de Cenários Prospectivos	Departamento de Relações Internacionais.
Novo Observatório de Política Exterior	Departamento de Relações Internacionais.
SEU (Serviço de Extensão Universitária dos Alunos da UNESP - Cursinho Pré-Vestibular Gratuito)	Departamento de História.

Título do Projeto	Departamento/Unidade Auxiliar
GINGA - Grupo de Incentivo à Educação e ao Esporte	Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas.
O Necria e o ECA na escola	Departamento de Serviço Social.
Auxílio Reclusão: atendimento às famílias dos presos da Comarca de Franca	Departamento de Direito Público.
Orientação sociojurídica itinerante	Departamento de Direito Público.
Projeto de Extensão: UNATI: construindo cidadania	Departamento de Serviço Social.
Centro Jurídico Social: espaço de formação profissional.	Departamento de Serviço Social.
Projeto de educação popular com adolescentes que cumprem medida socioeducativa no Programa de Liberdade Assistida (L.A.) em Franca-SP.	Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas.
Anexo do juizado especial cível: uma democratização do acesso à justiça	Departamento de Direito Público.
Grupo de Estudos e Extensão em Marketing Internacional (MkI)	Departamento de Relações Internacionais.
Política para jovens	Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas.
AIESEC em Franca	Departamento de Relações Internacionais.
Projeto de Educação Popular com mulheres atendidas no Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad)do município de Franca/SP.	Departamento de Serviço Social.
Fundamentos da cidadania para professores fundamentais	Departamento de Direito Público.
Catálogo Digital de tipologias e assuntos dos documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo	Departamento de História.
Falar de família: é familiar	Departamento de Serviço Social.

Título do Projeto	Departamento/Unidade Auxiliar
Espaços de Cidadania. Trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes e suas famílias - CPEUSS - Centro de Planejamento e Extensão Universitária em Serviço Social.	Departamento de Serviço Social.
Trabalho social com acampamentos e assentamentos rurais na região de Ribeirão Preto – SP	Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas.
Educação - orientação nas escolas- contra a prática do Bullying	Departamento de Direito Privado.
Elo: escola-família	Departamento de Serviço Social.
GROTE – Grupo de Oficinas Temáticas	Departamento de Serviço Social.
Projeto de intervenção sociojurídica na cadeia pública feminina de Franca-SP	Departamento de Direito Público/Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social.
Processo de Análise Socioeconômica	Departamento Serviço Social.
A universidade na comunidade	Departamento Serviço Social.
A Universidade, a comunidade e a prática profissional com reflexos nas Políticas Públicas	Departamento de Direito.
Arte de ser mulher: prevenção e enfrentamento da violência doméstica na perspectiva interdisciplinar	Departamento de Direito Privado.
Atividades de Extensão do Grupo Pet/História para o ano de 2015	Departamento de Educação Ciências Sociais e Políticas Públicas.
Conservação, digitalização e difusão das Atas dos congressos do Instituto Histórico e Geográfico	Departamento de História.
Direitos da Propriedade Intelectual e o combate à pirataria.	Departamento de Direito Privado.
Empresa Júnior Jurídica - EJUR	Departamento de Direito Privado.

Título do Projeto	Departamento/Unidade Auxiliar
Formação de agentes adolescentes comunitários para a tutela dos Direitos Humanos Fundamentais. Educação de crianças nos Direitos Humanos Fundamentais.	Departamento de Direito Público.
Gestão escolar e qualidade na educação: construindo a escola que queremos	Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas.
Gestão integral do patrimônio cultural de São Luíz do Paraitinga	Departamento de Direito Público.
Grupo de Incentivo à Educação Ambiental - GEIA	Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas.
Laboratório de Conservação e Preservação: ações de intervenção e educacionais/culturais na preservação de acervos em papel.	Departamento de História.
Liga Universitária do Direito UNESP – Estudos e Prática em Direito Marítimo e Arbitragem	Departamento de Direito Privado.
Material Didático como ferramenta de apoio pedagógico no Ensino Fundamental II: Recuperando o conhecimento sobre Biomas Brasileiros	Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas.
Mediação familiar: integração entre justiça e processos conversacionais	Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas.
Núcleo de ação e estudo: Saúde e Arte - (NAE – Saúde e Arte).	Departamento de História.
Núcleo de Ação e Estudos – Cultura Urbana e Popular	Departamento de História.
Núcleo de Ação e Estudos – Educação Popular, Solidária e Ambiental	Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas.
Núcleo de Ação e Estudos – Pré Incubação	Departamento de História.
Núcleo de Ação e Estudos – Resíduos Sólidos	Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas.

Título do Projeto	Departamento/Unidade Auxiliar
Núcleo de cidadania ativa da UNESP/Franca	Departamento de Direito Público.
Núcleo de Estudos e Ações Educacionais	Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas.
O trabalho do Serviço Social do INSS e a saúde do trabalhador	Departamento de Serviço Social.
Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas	Departamento de Relações Internacionais.
Oficina da família: uma análise interdisciplinar sobre a efetivação dos direitos dos idosos	Departamento de Direito Privado.
Orbe - Relações Internacionais, empresa júnior dos estudantes de Relações Internacionais do campus de Franca	Departamento de Relações Internacionais.
Ouvindo Histórias: Registro de sons e memória da Música Popular	Departamento de História.
Preservação da memória - história da imprensa periódica do município de Barretos: procedimentos de higienização e digitalização	Departamento de História.
Projeto de Educação Popular com alunos da Escola Estadual Júlio César D'Elia, do município de Franca/SP	Departamento de Serviço Social.
Projeto de extensão com trabalhadores de saúde: aprendizagem de integração ensino-serviço	Departamento de Serviço Social.
Trabalho com Mulheres: contribuindo com processos de emancipação de mulheres das classes populares	Departamento de Serviço Social.
Trabalho, justiça e cidadania: a efetivação dos direitos humanos sob o olhar da comunidade	Departamento de Direito Privado.

Fonte: Elaborado por Ana Flávia Luca de Castro em 2015.

Podemos observar a diversidade de projetos de extensão oferecidos pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, distribuídos entre os cursos disponíveis, e alguns projetos interdisciplinares, que integram mais de um curso e a comunidade francana.

Essa diversidade de projetos demonstra a capacidade organizativa da Faculdade em relação à extensão universitária, e a preocupação da mesma com a formação profissional e a efetivação do tripé ensino, pesquisa e extensão.

No que se refere aos projetos de extensão ligados ao Departamento de Serviço Social, segundo levantamento do Banco de Dados da Extensão Universitária da UNESP, em 2012 existia 48 projetos de extensão, sendo que dezesseis pertenciam ao Departamento de Serviço Social, já no ano de 2013 havia 52 registros de projetos de extensão, no qual, quatorze pertencia ao Departamento de Serviço Social.

No tocante ao estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes do curso de Serviço Social, de acordo com pesquisa realizada no antigo Setor de Estágio, foi possível identificarmos seis projetos de extensão que ofereceram esse estágio nos anos de 2012 e 2013.

Se refletirmos sobre a quantidade de projetos de extensão que ofereceram estágio supervisionado para trabalhadores estudantes, vamos perceber que de acordo com o número de projetos que pertenciam ao Departamento de Serviço Social, temos uma quantidade expressiva, pois devemos ressaltar que nem todos os projetos de extensão têm perfil, capacidade e estrutura institucional para se constituírem em campo de estágio, lembrando todas as exigências estabelecidas para realização do estágio supervisionado em Serviço Social.

Portanto, os dados e informações apresentados nos mostram a realidade da estrutura organizacional da UNESP/Franca no que diz respeito ao estágio supervisionado e à extensão universitária.

Para compreendermos essa realidade em sua totalidade, além da estrutura organizativa da Unidade, procuramos conhecer a realidade dos trabalhadores estagiários, demonstrada através do levantamento do perfil desses discentes.

3.3 Perfil dos trabalhadores estagiários do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do ano de 2013

Apresentamos, a seguir, os gráficos que nos permitem visualizar o perfil dos trabalhadores estagiários do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP - Campus de Franca.

Como primeira aproximação, realizamos uma conversa com os estudantes do terceiro e quarto ano de Serviço Social, porque é justamente nesse período que os discentes realizam o estágio supervisionado. Explicamos o objetivo da pesquisa, os procedimentos, o sigilo em relação ao nome, e a importância da participação de todos.

Posteriormente, passamos uma lista para ser preenchida por todos os estudantes. Nessa lista, continha o nome, local que realizava o estágio supervisionado e se o discente trabalhava ou não. De acordo com os dados informados na listagem, podemos constatar que existiam 56 trabalhadores estudantes.

Logo após, entregamos um questionário com 24 questões aos 56 trabalhadores estudantes, que foram utilizadas para traçar o perfil dos trabalhadores estagiários do curso de Serviço Social. Explicamos novamente aos discentes que as informações são sigilosas e utilizadas apenas com esse fim, e que os mesmos não seriam identificados. Aqueles que se dispuseram, foram devidamente informados e atestaram que estavam participando livremente e de forma esclarecida sobre esta participação, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para segurança dos participantes e da pesquisadora.

Entregamos os 56 questionários, porém obtivemos a resposta de 24 trabalhadores estagiários. Os discentes tiveram cerca de uma semana para responderem as perguntas, além de passarmos nas salas de aula durante um mês para verificarmos se mais alguém tinha respondido.

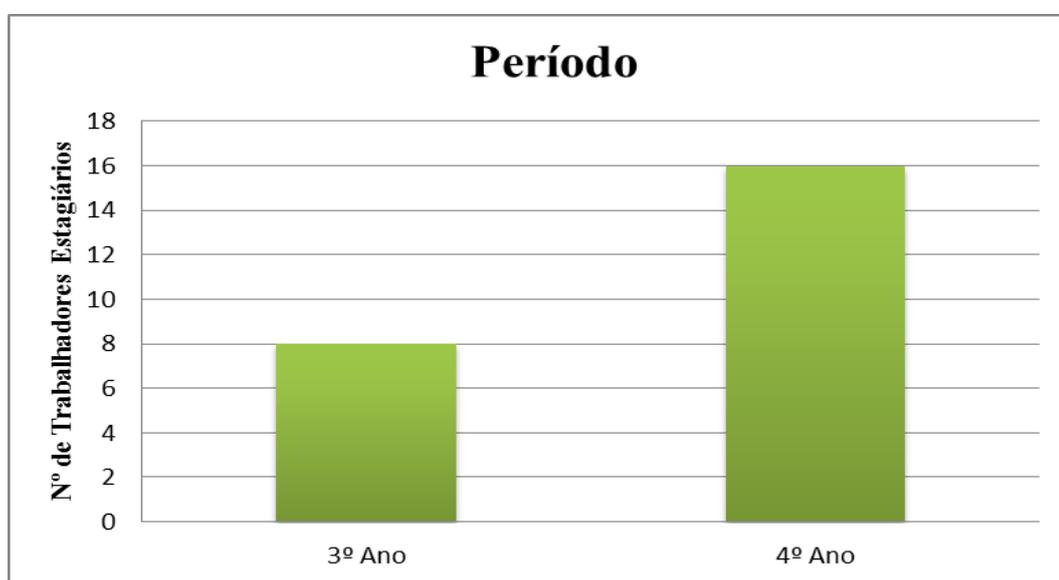
Não obtivemos respostas concretas em relação aos estagiários que não quiseram participar da pesquisa, pois a participação era espontânea e não obrigatória.

É importante ainda ponderar que os resultados dessa pesquisa não têm a intenção da representatividade e de generalização. Os dados analisados não contemplaram critérios quantitativos que permitam a generalização dos resultados. Apesar disso, acreditamos que os princípios detectados podem indicar algumas tendências principalmente no que se refere ao perfil dos trabalhadores estagiários do curso de Serviço Social da UNESP Campus de Franca.

Escolhemos o ano de 2013, pois foi justamente nesse ano que a pesquisadora ingressou os seus estudos na Pós-Graduação, e era latente a preocupação por parte do curso com o aumento significativo de trabalhadores estudantes.

Primeiramente, as questões dizem respeito à vida dos trabalhadores estagiários, nas quais, questionamos sobre o ano que estavam cursando na graduação, o gênero dos participantes, faixa etária, naturalidade, região que reside, com quem reside, estado civil, se possui filhos e formação do segundo grau.

Gráfico 1 – Período



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Dentre os 24 trabalhadores que responderam a pesquisa, dezesseis pertenciam ao 4º ano de Serviço Social, e apenas oito estavam cursando o 3º ano.

É importante recordar que entramos em contato com todos os educandos do terceiro e quarto ano de Serviço Social, do período diurno e noturno, onde foi constatada a ocorrência de 56 trabalhadores estagiários e posteriormente entregue o questionário para todos os trabalhadores estagiários identificados.

De acordo com a listagem preenchida pelos discentes, podemos afirmar que 31 trabalhadores pertenciam ao quarto ano de Serviço Social e 25 ao terceiro ano, possivelmente por isso que a maioria dos sujeitos que responderam ao questionário pertence ao quarto ano.

Em relação ao período, 43 estudantes frequentavam o período noturno, e apenas treze pertenciam ao turno diurno. Geralmente os trabalhadores estudam no período noturno, pois trabalham em turno integral, e dedicam-se aos estudos apenas a noite.

Essa é também uma responsabilidade da universidade: - levar em conta a condição desses educandos, o que não significa lamentar ou aceitar a situação. A universidade deve prever em seu projeto político pedagógico esta situação, organizar a sua metodologia de ensino, o seu planejamento pedagógico e didático, para atender a necessidade desses trabalhadores estudantes. O que não corresponde a rebaixar o nível de qualidade da formação profissional, muito pelo contrário, deve-se adequar à formação da melhor forma possível, para que esses discentes não tenham prejuízo quanto à qualidade.

A promoção de ensino noturno regular é prevista na Constituição Federal de 1988, Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I da Educação: “VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.” (BRASIL, 1988).

Como especificado na própria Constituição, o ensino noturno deve considerar as condições do estudante, respeitando e atendendo as suas necessidades.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Título III Do Direito à Educação e do Dever de Educar, expressa que:

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996).

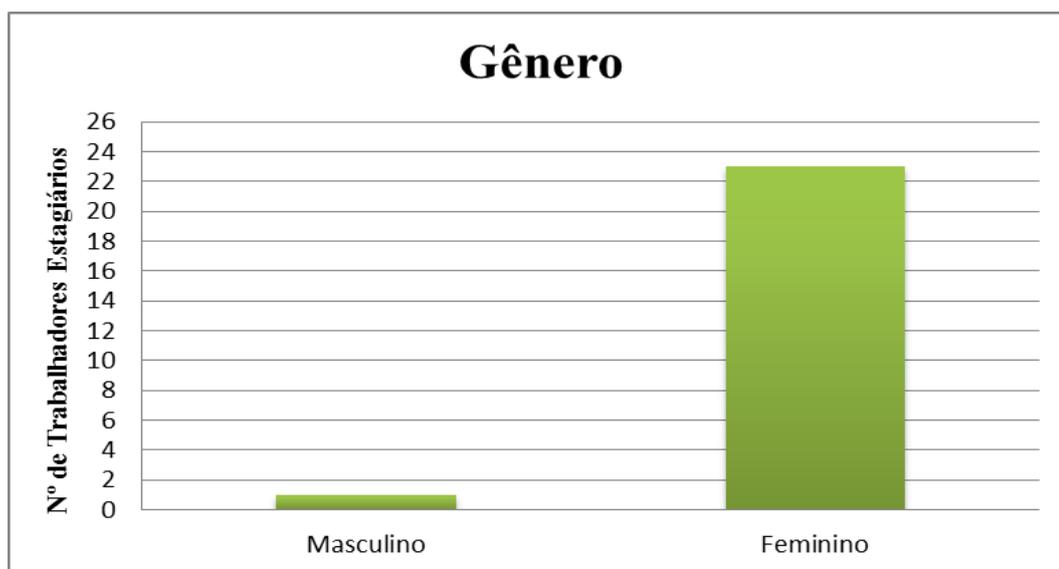
A LDB expressa que a oferta de ensino noturno deve assegurar o acesso e a permanência dos trabalhadores educandos, indo além do que é estabelecido na Constituição Federal.

Encontramos ainda, no Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, de nove de janeiro de 2001, uma ressalva que deixa claro a relevância dos cursos superiores noturnos, que o acesso e a qualidade do ensino não se resumem às salas de aula, mas inclui acesso a laboratório, biblioteca e tudo que faz parte de uma universidade:

Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais possuem espaço para este fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno. (BRASIL, 2001).

Portanto, a qualidade da educação superior em período noturno é assegurada em lei, os estudantes devem ter uma formação profissional de excelência, sem prejuízo devido a sua condição de trabalhador.

Gráfico 2 – Gênero



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Em relação ao gênero, tivemos apenas um homem que respondeu ao questionário. Nós atribuímos essa realidade não só aos trabalhadores discentes do curso de Serviço Social da UNESP/Franca, esse fato faz parte de um contexto mais amplo, que reflete as questões históricas e as relações de gênero, desde o surgimento do Serviço Social, com a predominância feminina, até os dias atuais. Mas, não podemos deixar de assinalar que, é cada vez mais frequente o número de homens que ingressam no curso de Serviço Social.

A ideia de que o Serviço Social é uma profissão composta em sua maioria por mulheres, se dá por uma totalidade de determinações sócio-históricas, que não fazem parte apenas do cotidiano dos (as) assistentes sociais, mas está inserida em toda sociedade, demonstrando a desigualdade de gênero.

Podemos constatar essa desigualdade, quando esperamos certos comportamentos femininos ou masculinos, como se as pessoas tivessem um modelo a seguir. Romper com essa construção histórica e cultural é um desafio para as mulheres, que muitas vezes, têm os seus direitos negligenciados, pelo simples fato de serem mulheres.

Se olharmos para história do surgimento do Serviço Social, veremos que, ele constitui-se em uma profissão de mulheres para mulheres:

[...] essa predominância deve-se ao fato de a subjetividade feminina, na forma como foi e é construída socialmente, apresentar a mulher como "um ser para os outros", que tende a desprezar o próprio desejo frente aos do marido e filhos, que aceita um lugar secundário na distribuição de recursos e benefícios grupais, sacraliza as funções de mãe e esposa, associando a estas as qualidades de fragilidade, intuição, abnegação, docilidade, sensibilidade, entre outras (Rocha-Coutinho apud LIMA, 2014, p. 47).

Assim, a mulher é compreendida como um ser sensível, dotado de uma imensa docilidade, que trabalha em prol da felicidade e satisfação alheia, que se abstém das suas necessidades para atender quem precisa. Portanto, são conceituadas profissões femininas ou masculinas, aquelas que apresentam características pré-estabelecidas que se espera de um homem ou de uma mulher.

Dessa forma, o Serviço Social surge atrelado à questão feminina, com a ideia de que as mulheres eram perfeitas para assumir o papel de consenso, de moralismo, de caridade, seguindo os preceitos da Doutrina Social da Igreja Católica. Observamos que, com a institucionalização do Serviço Social como profissão, tentou-se romper com essa característica, mas ela ainda se faz presente, devido às determinações históricas e sociais da nossa cultura patriarcal.

Em relação à predominância feminina no curso de Serviço Social hoje, Iamamoto (1998, p. 104) enfatiza: “Com tal perfil (feminino), o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto às discriminações a ela impostas no mercado de trabalho [...]”

Assim sendo, as assistentes sociais também estão expostas as desigualdades de gênero, como aponta Ávila (2014, p. 4):

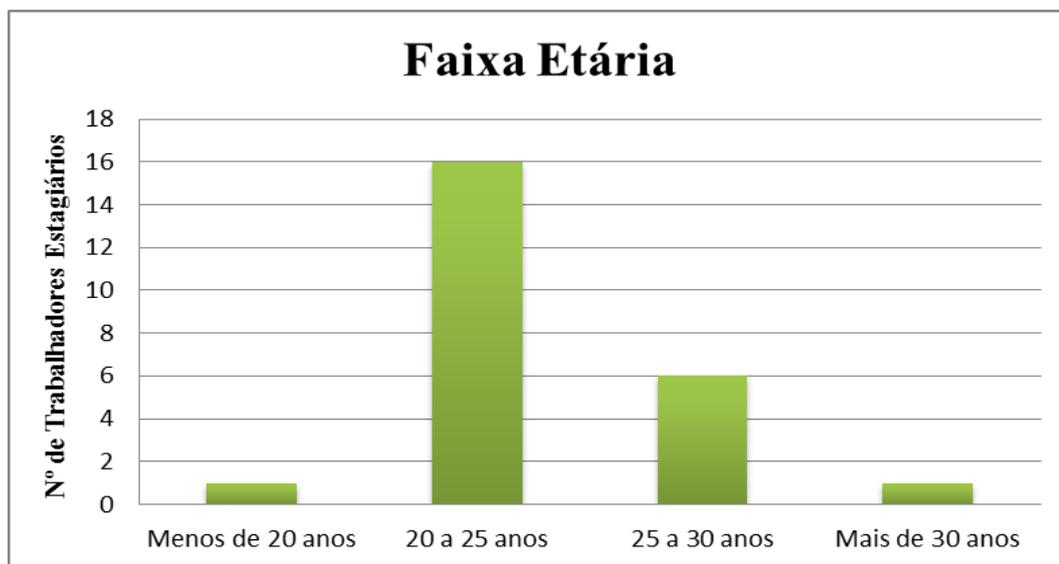
A precarização do trabalho amplia, entre outras coisas, as hierarquias dentro da profissão. Já há uma divisão sexual de funções na profissão que dirige os homens para atividades mais identificadas com a gestão, docência e coordenação de processos. Às mulheres, são reservadas aquelas voltadas às ações que desdobram em acompanhamento sociofamiliar.

Portanto, é possível perceber que, a predominância feminina entre os trabalhadores estagiários do curso de Serviço Social não é uma realidade isolada da UNESP - Campus de Franca, mas está presente na história do curso como um todo e, mais ainda, está presente em nossa sociedade, e temos um longo caminho a percorrer para romper com essa desigualdade.

Outra questão que refletimos ao olharmos para essa realidade, é que muitas vezes, essas mulheres exercem uma jornada tripla, pois, trabalham, estudam e ainda realizam tarefas

domésticas. O que dificulta ainda mais, a realização do estágio supervisionado, no que diz respeito, a conciliação do tempo disponível.

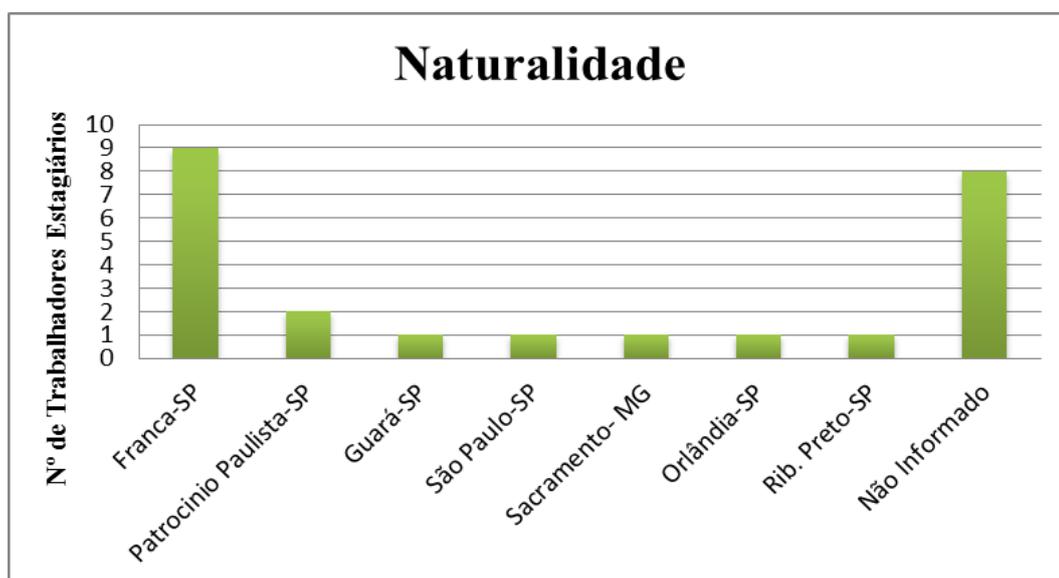
Gráfico 3 - Faixa Etária



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

No que diz respeito à faixa etária, a maioria dos participantes tinham em torno de vinte a 25 anos de idade, demonstrando que o perfil desses estagiários é de jovens trabalhadores.

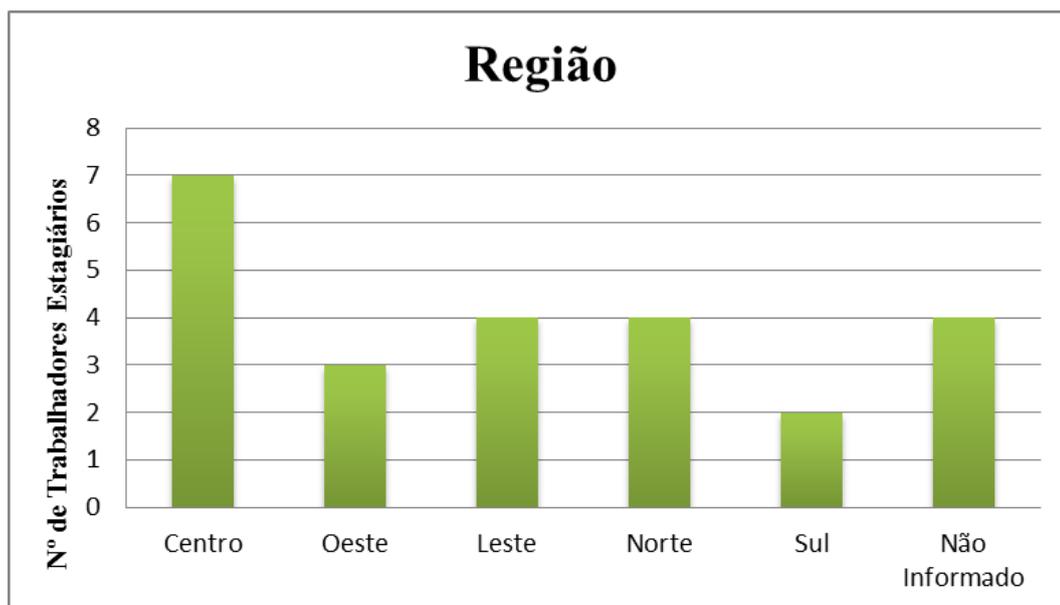
Gráfico 4 – Naturalidade



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

No tocante à naturalidade, que evidencia a cidade de origem, nove pessoas nasceram na cidade de Franca, e consideramos que oito não informaram, pois constatamos a confusão em relação à nacionalidade, que diz respeito ao país de origem. Portanto, essas oito pessoas, colocaram Brasil, ao invés do nome da cidade onde nasceram.

Gráfico 5 – Região

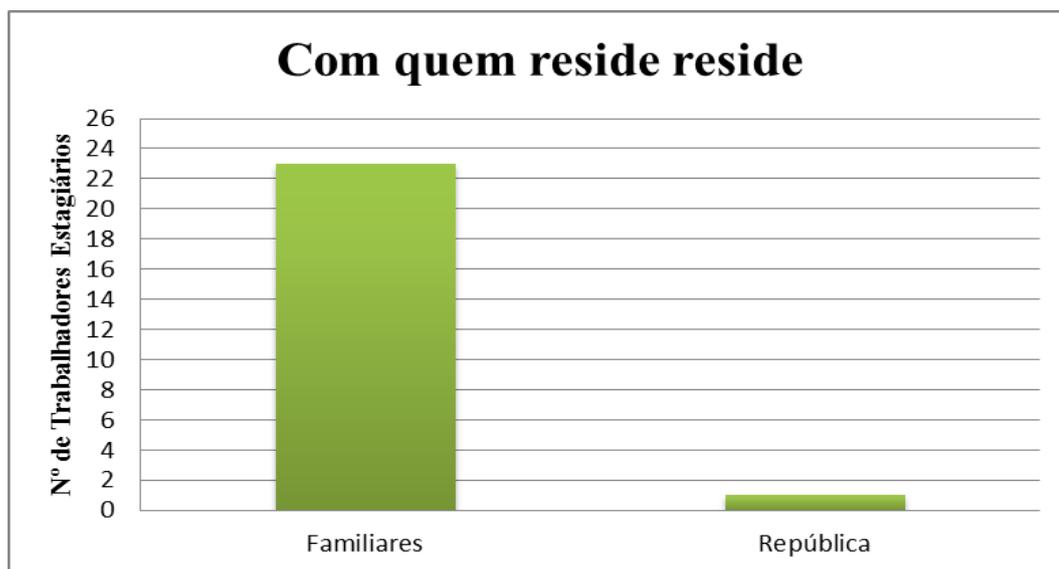


Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

De acordo com os dados obtidos, a maioria reside na região Central, totalizando o número de sete trabalhadores estagiários, seguidos de quatro na região Leste, quatro na região Norte e quatro discentes que não informaram a região em que residem.

Além disso, a Universidade encontra-se localizada na região Norte da cidade de Franca, sendo muitas vezes, um trajeto longo do local onde reside até a Universidade, o que faz com que, muitos trabalhadores não tenham tempo para se alimentar antes das aulas, ou até mesmo, ir para casa, saindo direto do trabalho para Universidade.

Gráfico 6 – Com quem reside



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

A maioria dos trabalhadores estagiários reside com algum familiar, apenas um mora em república, isso decorre do fato que a maior parte dos trabalhadores participantes da pesquisa, nasceu na cidade de Franca e, ainda moram com seus familiares.

Essa realidade que os jovens brasileiros saem da casa dos seus familiares cada vez mais tarde, reflete a pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que traz a Síntese de Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira do ano de 2014, baseado em números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

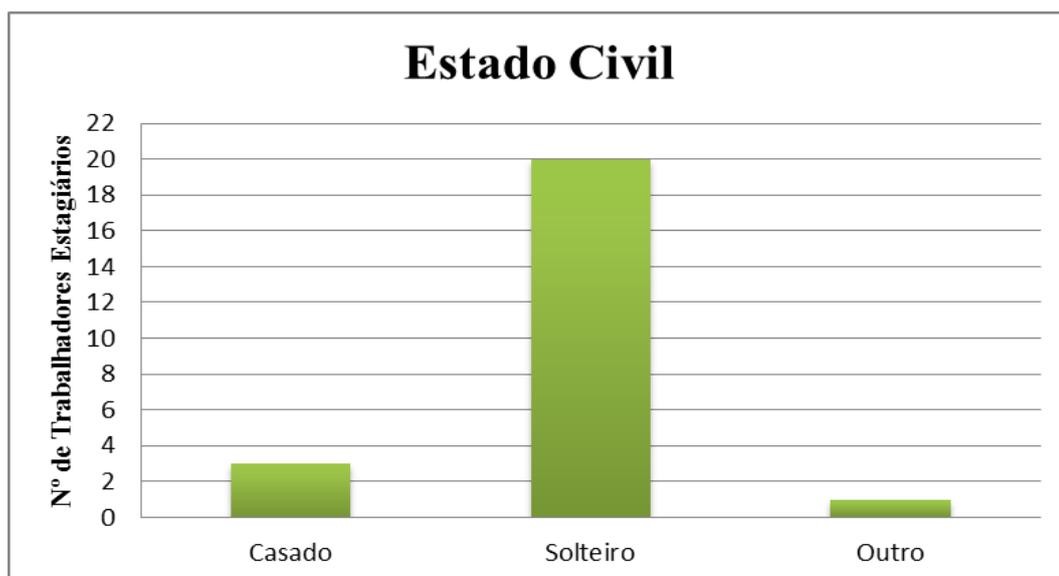
A pesquisa mostra que os jovens de 25 a 34 anos de idade ficam mais tempo convivendo com a família de origem, esse número chegou a 24, 6%, enquanto que, em 2002 esse número era de 21, 2%.

A pesquisa não aponta os motivos pelos quais os jovens prolongam a convivência familiar, apenas mostra a porcentagem e aponta que esses jovens possuem um maior grau de escolaridade, em relação aos demais:

[...] indicando que a opção de viver na casa dos pais pode estar ligada ao prolongamento e à maior dedicação dos estudos. Outros fatores importantes são aqueles relacionados às questões financeiras – que podem manter os filhos dependentes dos pais por períodos mais longos-, o casamento mais tardio e mesmo fatores emocionais. (IBGE, 2014, p. 76).

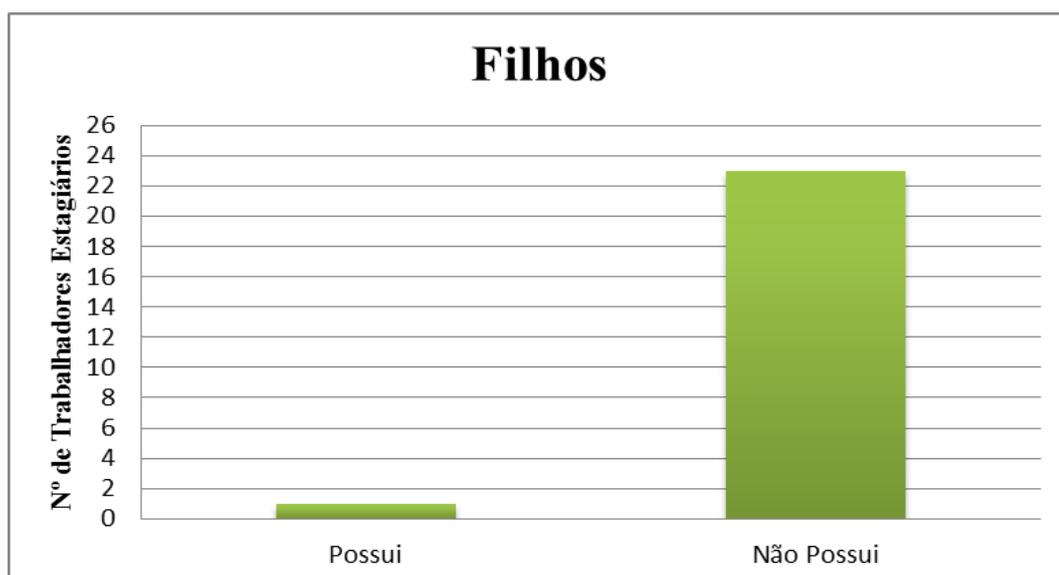
Portanto, podemos refletir que os jovens muitas vezes permanecem na casa de seus familiares para se dedicarem aos estudos, além de observamos que o casamento e a maternidade acontecem cada vez mais tarde, somados ao aumento do custo de moradia e vida, fazendo com que esses jovens demorem mais tempo para sair de casa.

Gráfico 7 - Estado Civil



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Gráfico 8 – Filhos



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Referente ao estado civil, observamos que, a maioria dos sujeitos estão solteiros e não possuem filhos.

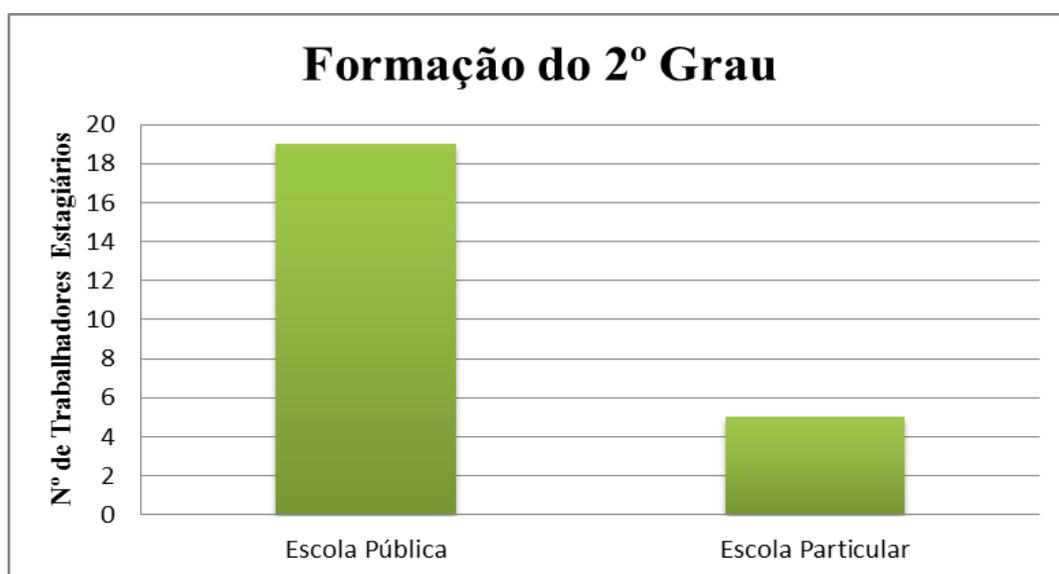
Vinte trabalhadores estagiários estão solteiros, três casados e um em outro tipo de relação não especificada. Apenas um sujeito partícipe da pesquisa possui filhos.

Esses dados evidenciam a realidade mencionada anteriormente, na qual, os jovens saem da casa dos seus familiares cada vez mais tarde, e, conseqüentemente optam por se casarem e terem filhos também mais tardiamente.

Portanto, por meio dessa realidade evidenciada nos gráficos, podemos inferir que os trabalhadores estagiários sujeitos da pesquisa moram com seus familiares, e, por conseguinte não possuem filhos e estão solteiros.

Essas questões referentes à vida dos trabalhadores nos auxiliaram para conhecer mais de perto quem são os trabalhadores estagiários do curso de Serviço Social, contribuindo para elaboração do perfil desses trabalhadores.

Gráfico 9 - Formação do 2º Grau



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

No que diz respeito à escolaridade dos estagiários sujeitos da pesquisa, a maioria concluiu o Ensino Médio em escolas públicas, totalizando dezenove pessoas, e cinco em escolas particulares.

Estes dados demonstram um avanço na inserção de trabalhadores provenientes de escolas públicas em universidades públicas, evidenciando um maior acesso à educação superior, sem entrarmos no mérito da qualidade, e da permanência estudantil.

É o que nos mostra a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2014, p. 107):

Em relação ao ensino superior, é importante verificar a redução da participação relativa dos estudantes mais ricos entre 2004 e 2013 nas duas redes de ensino. Em 2004, eles representavam 55,0% e 68,9% dos estudantes nas redes de ensino pública e privada, respectivamente. Em 2013, esses valores caem para 38,8% e 43,0%, respectivamente. Como resultado, os estudantes com maiores rendimentos deixaram de ser maioria nas duas redes do ensino superior, aumentando o acesso de estudantes provenientes dos demais estratos de rendimento, inclusive dos mais pobres.

Ingressar em uma universidade pública não é uma missão fácil para estudantes egressos de escolas públicas. Durante muito tempo, a educação superior no Brasil se configurou por uma educação elitista.

A universidade reflete as contradições e as desigualdades da nossa sociedade, não está isenta de problemas sociais, como salienta Chauí (2003, p. 5): “[...] a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo.”

Portanto, essa desigualdade presente nas universidades públicas, onde a maioria dos estudantes é proveniente de escolas particulares, são reflexo do sistema educacional brasileiro. Os discentes do sistema público de educação enfrentam muitos problemas, desde o acesso a escola, até o nível de aprendizado.

De acordo com Chauí (2003, p. 13) “[...] a universidade pública deixará de ser um bolsão de exclusões sociais e culturais quando o acesso a ela estiver assegurado pela qualidade e pelo nível dos outros graus do ensino público.”

Para tanto, a escola pública também deve preparar os estudantes para o vestibular, deve fornecer informações a respeito das universidades, dos cursos disponíveis, das bolsas de estudo, ou seja, deve fornecer subsídios para que o estudante tenha condições de prestar um vestibular.

Destacando que não acreditamos ser o vestibular uma forma justa de avaliação, mas enquanto esse processo seletivo não se modifica é através dele que é possível ingressar em uma universidade pública.

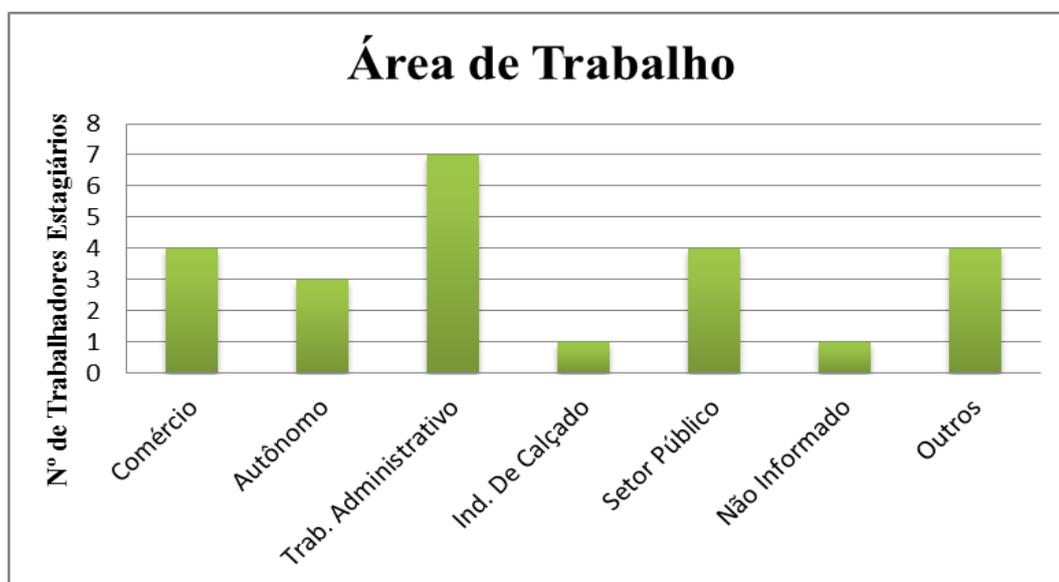
Algumas medidas têm sido efetivadas para que esses estudantes egressos da rede pública curse uma universidade, como por exemplo, as cotas e os financiamentos, mas o que deve ser levado em consideração é a permanência desses discentes no ensino superior. Não é suficiente aumentar o número de vagas, é preciso acompanhar esse aumento, através da qualidade do ensino e de políticas públicas de permanência estudantil.

É preciso promover uma reforma radical no sistema brasileiro de educação, para que assim, as camadas mais populares possam ingressar nas universidades públicas.

Sem dúvida alguma, esse gráfico nos traz um avanço, mesmo que de forma incipiente, nos mostra que uma parcela de estudantes das escolas públicas está cursando o ensino superior em uma universidade pública.

Nessa segunda parte, abordamos questões que dizem respeito ao trabalho que exercem os trabalhadores estagiários do curso de Serviço Social da UNESP/Franca. Indagamos sobre a área que trabalha, a jornada de trabalho, tempo no atual emprego, idade que começou a trabalhar, a faixa salarial e a renda familiar.

Gráfico 10 - Área de Trabalho



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Dentre os 24 trabalhadores estagiários, sete declararam exercer atividades administrativas, quatro trabalhavam no comércio, quatro no setor público, três como autônomos, um na indústria de calçado e quatro declararam trabalhar em outras áreas não especificadas.

As atividades administrativas, geralmente dizem respeito, a planejamento, organização, avaliação, coordenação e supervisão, na maioria das vezes, estão ligadas a uma empresa ou escritório.

Enquanto que, o comércio abrange diversas áreas e setores diferentes, que se relacionam com a venda de mercadorias, produtos e serviços. Sendo que, as jornadas de

trabalho no comércio exigem do trabalhador uma dedicação maior, pois trabalham aos finais de semana, e o horário comercial se estende até às 18h00min, dificultando a chegada desses discentes à universidade, uma vez que, as aulas noturnas se iniciam no período das 19h00min às 19h30min.

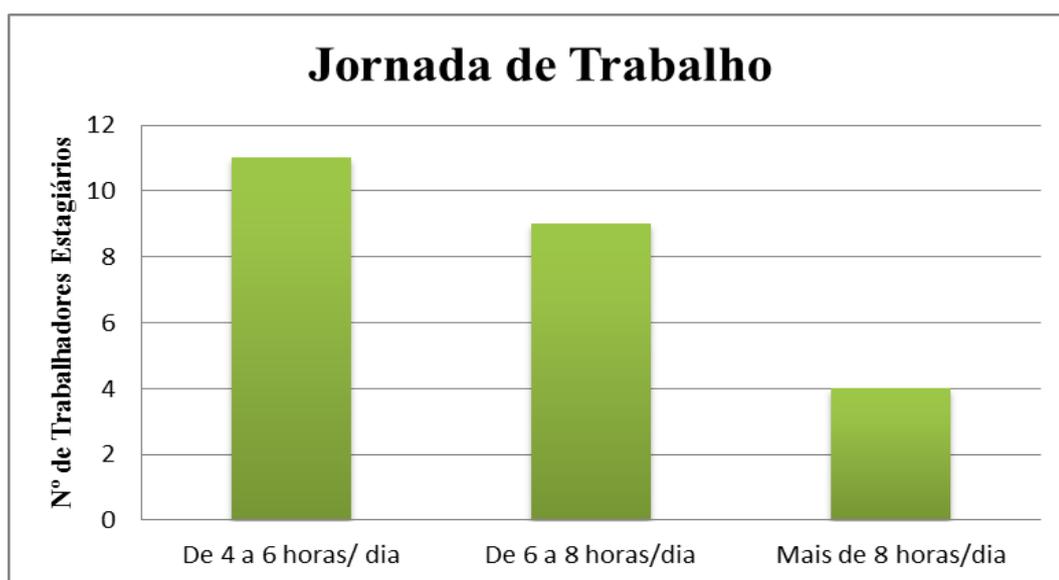
As atividades desempenhadas no setor público são inúmeras, dependendo do local de trabalho, assim como as jornadas de trabalho, que se diversificam de acordo com ambiente em que trabalham.

Já os trabalhadores autônomos, exercem uma atividade laborativa por conta própria, sem vínculo empregatício, podendo exercer horários mais flexíveis e compatíveis com os estudos.

No tocante as indústrias calçadistas, a cidade de Franca, é um polo industrial de referência do calçado masculino, empregando grande parte da sua população, que desempenha atividades variadas, que correspondem à produção de calçados, em suas diversas etapas.

Os trabalhadores educandos sujeitos da pesquisa, desenvolvem diversas atividades laborativas, contabilizando cinco grandes áreas de trabalho, sendo que um estagiário não informou o trabalho que realiza, e quatro não especificaram a área de trabalho.

Gráfico 11 - Jornada de Trabalho



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

No que se refere à jornada de trabalho, a maioria trabalha de quatro a seis horas por dia, porém, também encontramos quatro estagiários que trabalham mais de oito horas por dia,

dificultando assim, a dedicação aos estudos e ao processo de estágio supervisionado, evidenciando a tão discutida precarização do trabalho.

As extensas jornadas de trabalho ainda se fazem presentes, o que evidencia claramente o retrocesso dos direitos trabalhistas na contemporaneidade.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto Lei nº 5. 452, de 1º de maio de 1943 (BRASIL, 1943), traz em sua redação que a jornada de trabalho não excederá oito horas diárias, se efetivando como uma conquista para classe trabalhadora, que há anos reivindicava por melhores condições de trabalho, salário digno, férias e redução da jornada de trabalho.

Já se passaram mais de setenta anos da aprovação da CLT, e ainda encontramos condições subumanas de trabalho, salários abaixo do valor mínimo fixado, jornadas de trabalho exaustivas, condições precárias de segurança, trabalho infantil, entre outras formas da precarização e exploração do trabalho.

Sem dúvida, a Consolidação das Leis Trabalhistas foi um avanço para os trabalhadores brasileiros, porém, ainda temos que continuar na luta pela sua efetivação, pois apenas a lei na redação, não é suficiente, ela precisa se materializar na vida dos trabalhadores.

Com o atual contexto em que vivemos de flexibilização, fragmentação e retrocesso dos direitos trabalhistas, é cada vez mais comum, encontrarmos contratos de trabalho temporários, informais, terceirizados, que não garantem todos os direitos aos trabalhadores.

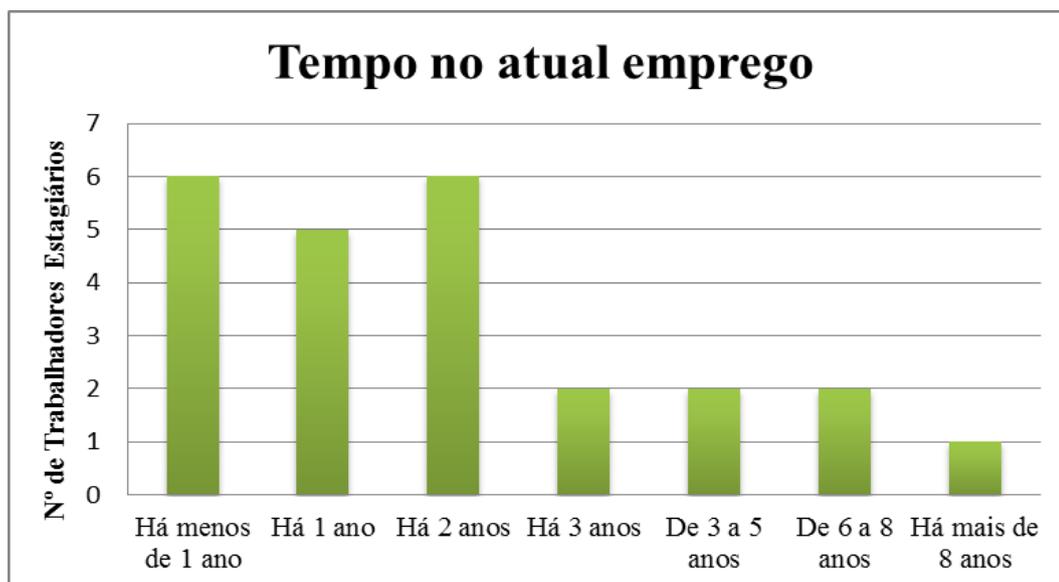
A legislação trabalhista acaba sendo flexibilizada juntamente com as condições de trabalho, e que em última instância, quer dizer precarizada:

A vigência do novo capitalismo flexível, com o surgimento de novas modalidades de contratação salarial, desregulação da jornada de trabalho e instauração de novos modos da remuneração flexível, seriam consideradas formas de precarização da força de trabalho. (ALVES, 2011, p. 1).

E quem sofre com todas essas alterações são os trabalhadores, que dependem desses empregos precários para garantirem a sua sobrevivência.

No que diz respeito, aos trabalhadores estagiários, essas jornadas extensas de trabalho, dificultam ainda mais, a dedicação aos estudos, e as atividades relacionadas com a universidade, como o estágio supervisionado, a participação em grupos de estudo e pesquisa, projetos de extensão, e todas as atividades que dizem respeito à vida acadêmica.

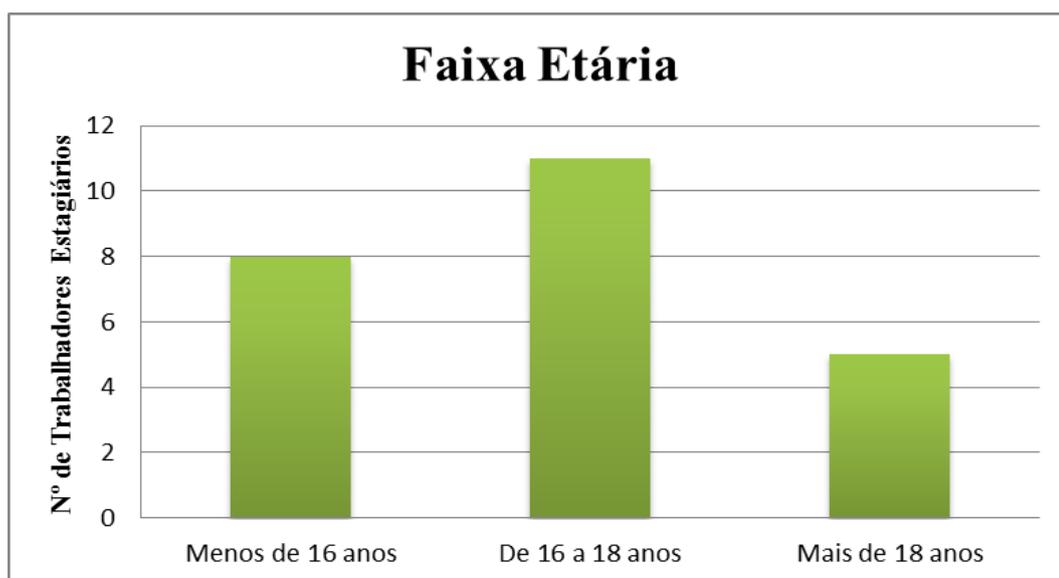
Gráfico 12 – Tempo no atual emprego



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Assim também, ao questionarmos o tempo no atual emprego, seis estagiários estão há menos de um ano no emprego atual, igualmente seis discentes estão há mais de dois anos, cinco há um ano e os demais divididos entre três a oito anos no atual emprego.

Gráfico 13 - Idade que começou a trabalhar



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Quando o assunto é a idade que os sujeitos da pesquisa começaram a trabalhar, verificamos que a maioria começou a trabalhar entre os dezesseis e dezoito anos (onze estagiários), mas também, encontramos pessoas que começaram a trabalhar com menos de dezesseis anos (oito estagiários).

O trabalho precoce é algo existente na nossa sociedade, muitos adolescentes ingressam no mercado de trabalho para auxiliar nas despesas de casa, outros para conquistar a independência financeira, além de muitos ingressarem no mercado de trabalho influenciado pela ideia de que o trabalho dignifica o homem.

Certamente, o trabalho desenvolve a criatividade e as potencialidades humanas, mas não o trabalho que presenciamos na sociedade capitalista contemporânea, transformado em emprego, que tem como objetivo apenas garantir a sobrevivência.

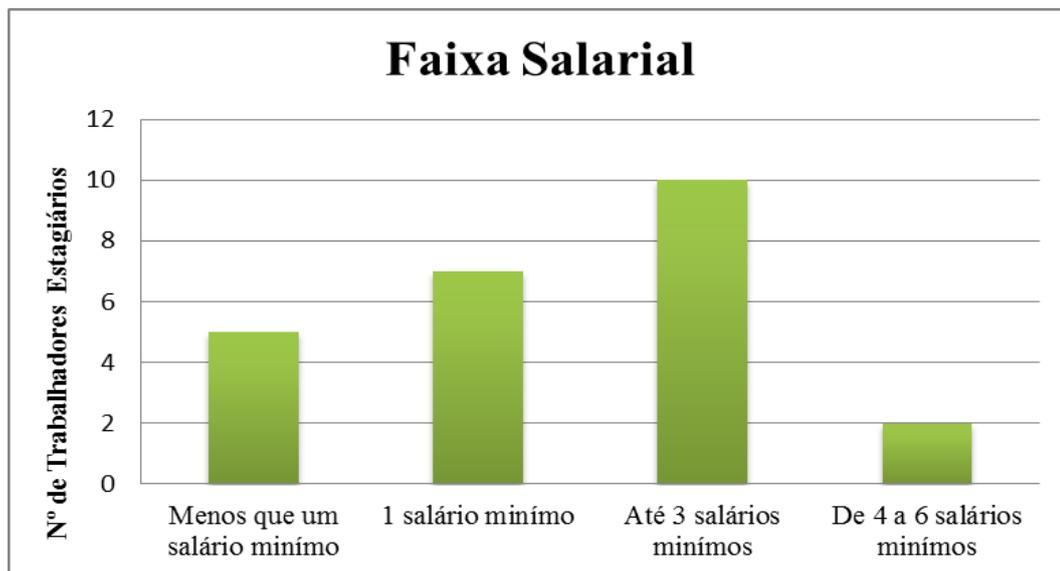
Portanto, esses adolescentes que ingressam precocemente no mercado de trabalho, têm que aprender desde cedo, a conciliar o emprego com a educação, dividir o pouco tempo que resta fora do local de trabalho, com as atividades relacionadas à família, ao lazer e a educação.

A legislação brasileira proíbe qualquer forma de trabalho realizado por crianças e adolescentes menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Mas, infelizmente ainda é possível encontrar crianças nessa situação.

O trabalho infantil é apenas uma manifestação da questão social, que vem na maioria das vezes acompanhado de outras expressões da questão social, que foram negligenciadas e culminaram com a entrada dessas crianças no mercado de trabalho.

O gráfico nos mostra que, oito estagiários começaram a trabalhar com menos de dezesseis anos, o que não configura trabalho infantil e nem infração, mas já é um fator que dificulta os estudos.

Gráfico 14 - Faixa Salarial



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Em relação à faixa salarial, ou seja, o valor aproximado que o trabalhador recebe, fizemos a pesquisa com base no salário mínimo vigente na época (R\$678,00). Observamos que, a maioria recebe em torno de três salários mínimos (dez trabalhadores estagiários), porém, constatamos que alguns trabalhadores recebem menos de um salário mínimo (cinco trabalhadores estagiários).

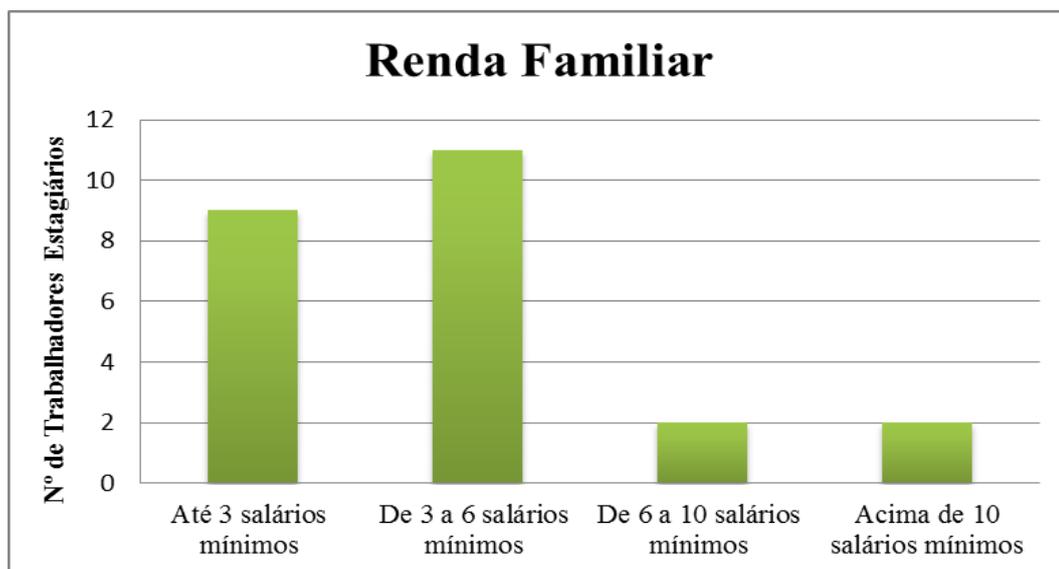
A instituição do salário mínimo foi uma conquista da classe trabalhadora, efetivado por meio do Decreto Lei 2162, de 1º de maio de 1940 (BRASIL, 1940), que fixou os valores mínimos a serem recebidos pelos trabalhadores e entrou em vigor dois meses depois.

A Constituição Federal em seu Capítulo II, que fala dos direitos sociais, também trata da obrigatoriedade do salário mínimo, inciso IV:

Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim. (BRASIL, 1988).

Entretanto, o valor fixado do salário mínimo, na maioria das vezes não condiz com as necessidades dos trabalhadores, ficando muito abaixo do valor necessário. Além de encontrarmos muitos trabalhadores que não recebem nem o valor mínimo, assim como mostrou a nossa pesquisa.

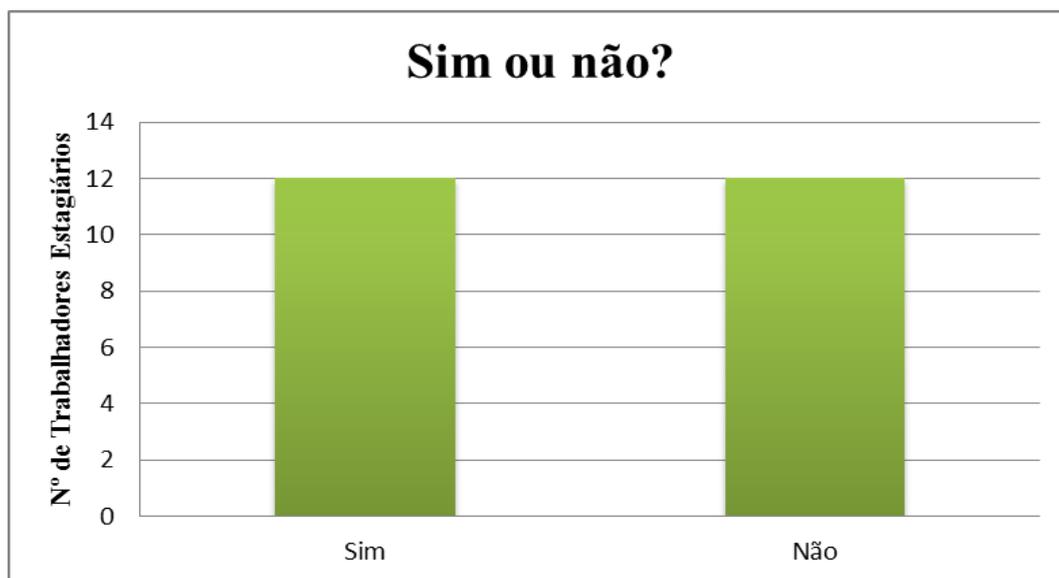
Gráfico 15 – Renda Familiar



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

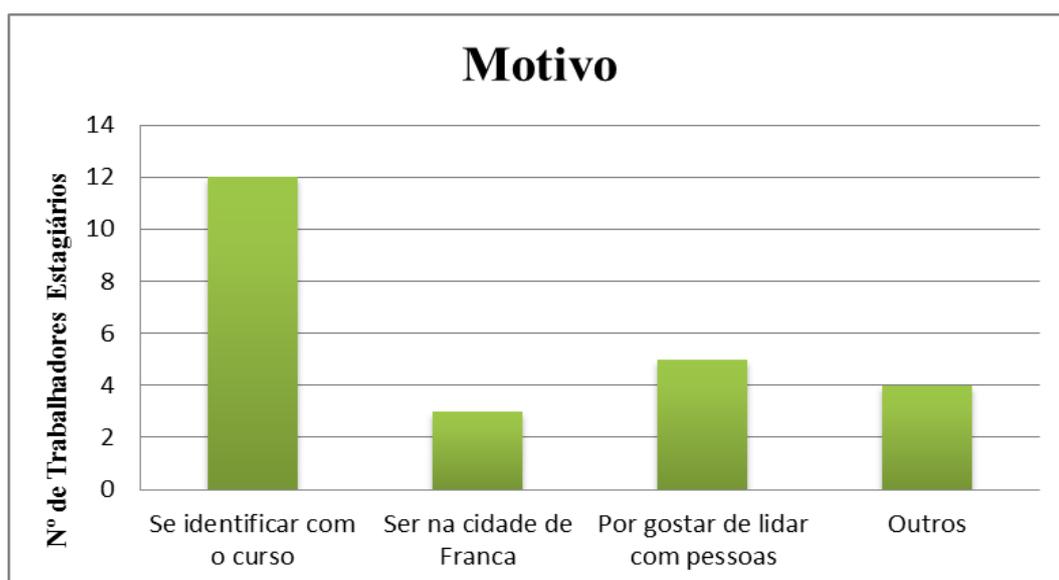
No que se refere à renda familiar, isto é, o somatório da renda individual dos moradores do mesmo domicílio, também calculada com base no salário mínimo em vigência na época (R\$678,00), a maioria recebe de três a seis salários mínimos (onze trabalhadores estagiários), logo em seguida, temos nove estagiários que recebem até três salários mínimos.

Ao final, indagamos sobre a formação profissional, abordamos questões sobre a escolha do curso de Serviço Social, o tempo que dedicam aos estudos, questionamos se o fato de ser um trabalhador estudante influencia a formação profissional e de que forma exerce essa influência. Perguntamos para o discente se ele não estivesse trabalhando conseguiria manter os seus estudos, além da dificuldade em conciliar trabalho e estágio supervisionado, importância do estágio para formação profissional e local onde realizam estágio.

Gráfico 16 - Serviço Social era a sua 1ª opção de curso

Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Em relação à escolha do curso de Serviço Social, doze estagiários afirmaram que não era a primeira opção de curso, ou seja, que de início gostariam de escolher outro curso, igualmente doze sujeitos alegaram que o curso de Serviço Social era sua primeira opção no vestibular.

Gráfico 17 – Motivo que levou a escolher o curso de Serviço Social

Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Quando questionados sobre o motivo que os levaram a escolher o curso de Serviço Social, a maioria declarou que se identificava com o perfil do curso (doze trabalhadores estagiários), em seguida, por gostar de trabalhar diretamente com pessoas (cinco trabalhadores estagiários).

Provavelmente, esses estudantes que se identificaram com o perfil do curso, já haviam feito uma pesquisa prévia sobre o que seria o curso de Serviço Social, quais as matérias oferecidas pela universidade, duração da graduação, mercado de trabalho, entre outras informações, que ajudaram na escolha do curso e na identificação com o perfil.

Gráfico 18 - Tempo que se dedica aos estudos



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Verificamos que a maioria dos trabalhadores estagiários só estuda quando têm que fazer algum trabalho ou prova (quatorze trabalhadores estagiários), constatando a dificuldade que esses trabalhadores discentes possuem em conciliar trabalho e estudo.

O trabalho e a educação são atividades características dos seres humanos. É através do trabalho que o homem se torna um ser social, juntamente com a educação, sendo uma categoria derivada do próprio trabalho.

Assim sendo, essas duas categorias ontológicas e históricas são essenciais para a constituição do ser social, fazem parte da vida de todos os seres humanos.

É pelo processo de trabalho que o homem se educa, ou seja, é lidando com a natureza que os homens se educam, passando os seus ensinamentos para as próximas gerações.

O processo de trabalho e o processo educativo devem possibilitar o desenvolvimento das capacidades humanas, despertar a criatividade, promover as relações sociais. Entretanto, o modo como está configurado o trabalho e a educação na sociedade contemporânea, faz com que percam esse sentido, se tornando atividades obrigatórias, que ao invés de libertarem os homens, os aprisionam.

Equilibrar o trabalho com as atividades acadêmicas, não é tarefa fácil, como nos mostra o gráfico, a maioria dos sujeitos participantes da pesquisa, estudam apenas para provas e trabalhos. Podemos compreender que a falta de tempo e o cansaço interferem significativamente na dedicação aos estudos.

Muitos estudantes trabalham para conseguir manter os seus estudos em uma universidade, que mesmo sendo pública, possui gastos com transporte, alimentação, livros, entre outros. Alguns jovens também trabalham para auxiliar nas despesas familiares.

O fato é que, o motivo que leva esses jovens a ingressarem no mercado de trabalho e no ensino superior pode ser variado, e a pesquisa não pode afirmar com certeza quais são esses motivos, mas podemos ratificar que esses trabalhadores estudantes possuem dificuldades em conciliar trabalho e estudo, estudando de fato, apenas quando é exigido.

O trabalho e a educação são atividades que deveriam acontecer simultaneamente, para promover o bem estar físico e intelectual dos seres humanos, mas infelizmente, não é isso que acontece atualmente:

O trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, junto à educação, sua categoria derivativa, pode promover mudanças consideráveis na realidade social do modo de produção contemporâneo, não sob a perspectiva economicista que prioriza uma educação alienada e submissa aos ditames capitalistas, mas no interior de uma práxis emancipatória que transcenda a lógica do capital. (ALVES; PUZIOL, 2010, p. 11).

Dessa forma, é possível visualizarmos uma transformação social, aliada ao trabalho e ao processo educativo, para isso é preciso romper com a alienação que o sistema capitalista nos impõe.

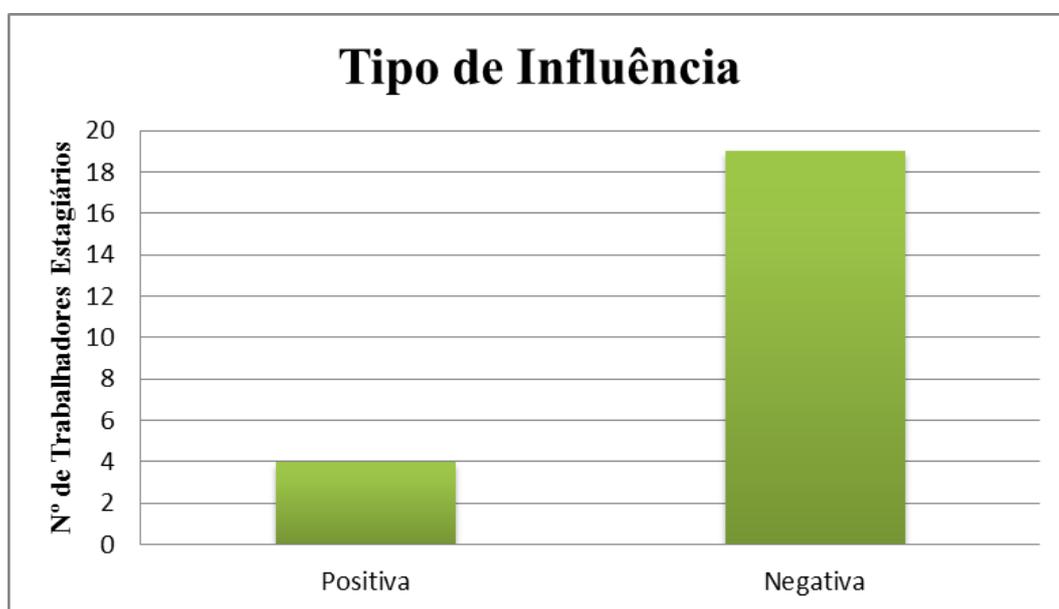
Trabalhar e estudar deveriam ser motivo de satisfação, não uma imposição necessária da sociedade capitalista vigente.

Gráfico 19 - O fato de ser um trabalhador estudante é um aspecto que influencia sua formação profissional



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Gráfico 20 – Influência em ser um trabalhador estudante



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

No tocante à formação profissional, questionamos os estagiários a respeito da influência de ser um trabalhador estudante, se esse aspecto influenciava ou não a sua formação. Vinte e três estudantes disseram que influencia, e apenas um disse não influenciar. Quando perguntamos como eles avaliavam essa influência, a maioria diz ser negativa

(dezenove trabalhadores estagiários), demonstrando novamente a dificuldade em conciliar trabalho e estudo.

Acreditamos que os sujeitos partícipes da pesquisa, consideram o fato de ser trabalhador um aspecto negativo no que diz respeito à formação profissional, justamente pelo que já refletimos em relação ao tempo disponível para se dedicarem as atividades acadêmicas.

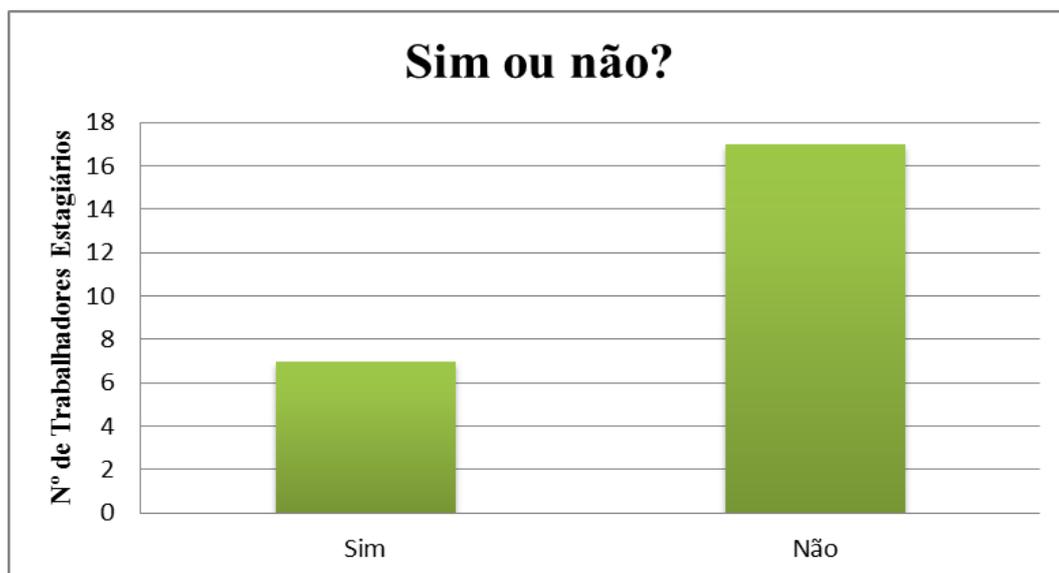
Uma universidade pública proporciona muito mais que o ensino em sala de aula, oferece grupos de estudo e pesquisa, projetos de extensão que colocam os discentes em contato com a realidade social, articulando teoria e prática de forma indissociável. Além da realização de inúmeros eventos científicos, que contam com a promoção de palestras, oficinas, e minicursos.

Muitas vezes, esses trabalhadores estudantes não podem participar dessas atividades, ficando restritos ao ensino dentro das salas de aula, por tal motivo, muitos consideram a realidade de ser um trabalhador estudante algo que influencia de forma negativa a sua formação profissional.

Durante a análise dos questionários, foi possível perceber que esses trabalhadores estagiários vivenciam muitas questões semelhantes a dos usuários de Serviço Social, isso porque essa realidade não faz parte apenas da vida desses discentes, mas é produto do momento histórico, político, econômico e social que estamos vivenciando:

Nas narrativas de estagiários sobre suas histórias de vida, é possível identificar pontos comuns no que se refere aos acontecimentos, aos desafios, aos obstáculos e as suas possibilidades de estudo, de trabalho, pois vivem o mesmo tempo histórico, as mesmas questões pedagógicas, políticas e econômicas da categoria profissional que escolheram. Em suas histórias, estão as marcas características da sociedade em que estão inseridos. (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 67).

Assim também, os rebatimentos das atividades laborativas, enquanto trabalho assalariado dentro da sociedade capitalista recai sobre toda a classe trabalhadora, que sofre não só com a conciliação entre trabalho e educação, conforme estamos evidenciando, mas, sobretudo com a precarização de todos os setores da sua vida, não sendo essa uma realidade exclusiva dos estudantes do curso de Serviço Social da UNESP Campus de Franca.

Gráfico 21 - Se não estivesse trabalhando conseguiria manter os estudos

Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Verificamos também, a necessidade que esses discentes possuem de trabalhar, sendo que dezessete estagiários afirmaram não conseguir manter os estudos se não estivesse trabalhando, mesmo sendo uma universidade pública, onde não é cobrada uma mensalidade, o estudante tem diversos outros gastos.

Aqui podemos afirmar que a maioria dos trabalhadores estagiários que participaram da pesquisa trabalha para manter os seus estudos, ou seja, se não estivessem trabalhando teriam dificuldades em continuar frequentando o curso de Serviço Social.

Sem dúvida alguma, se faz urgente à elaboração e efetivação de políticas públicas de permanência estudantil, principalmente para aqueles discentes que pertencem à classe trabalhadora.

O ensino superior no Brasil tem assumido constantemente uma vertente economicista, ou seja, aliados aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Banco Mundial (BM), exigem uma educação aligeirada com vistas à formação apenas para o mercado de trabalho.

Ampliam-se as vagas no ensino superior, mas não fornecem condições suficientes para esses estudantes permanecerem até o final da graduação, ou até mesmo se dedicarem exclusivamente aos estudos, através de bolsas de pesquisa, estágio, extensão, de políticas efetivas que garantam a permanência estudantil.

O investimento público na educação está cada vez mais escasso diante da política neoliberal, que pretende transformar nossos direitos fundamentais em serviços, como a saúde, educação, segurança, entre outros.

Ingressar no ensino superior já é uma grande conquista para muitos trabalhadores provenientes de escolas públicas, concluir o curso é outro êxito ainda maior.

As políticas públicas brasileiras de educação não favorecem os trabalhadores estudantes, não leva em consideração a particularidade dessas discentes, mesmo afirmando em lei a igualdade de acesso e permanência: “Art. 206 inciso I: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.” (BRASIL, 1988).

Afirma ainda, em seu artigo 208 inciso V: “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.” (BRASIL, 1988).

Mas infelizmente não é o que presenciamos na sociedade vigente, apesar de algumas iniciativas do governo em ampliar o acesso desses jovens ao ensino superior, o que encontramos foi uma massificação e não a sua democratização:

Se a palavra de ordem da década passada foi expandir, a desta década precisa ser democratizar. E isto significa criar oportunidades para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta mais expandir o setor privado – as vagas continuarão ociosas; não basta aumentar as vagas no setor público – elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais aquinhoados. (RISTOFF apud VARGAS; PAULA, 2013, p. 463).

É preciso investir na qualidade da educação desde os níveis primários, para que todos tenham condições iguais para acessar o ensino superior, assim sendo, também é necessário investir em políticas de permanência estudantil, para garantir que esses estudantes concluirão o curso, como coloca Vargas e Paula (2013, p. 464):

A nossa principal hipótese é que a ênfase na política de ampliação do acesso não esgota o projeto de democratização da educação superior. Esse processo só se completará se tivermos igual proporção de crescimento na taxa de concluintes, com inclusão crescente das camadas marginalizadas socialmente, sobretudo dos estudantes de baixa renda. É necessário visar com igual ênfase o final do processo: a conclusão, com êxito, dos cursos superiores, incluindo nesses índices as camadas subalternizadas da população.

Verificamos que, as atividades laborativas influenciam na formação profissional, muitas vezes de modo negativo, mas por outro lado, a ausência do trabalho também dificulta ou até mesmo impede a formação profissional.

Esse dilema entre estudo e trabalho se faz presente na nossa pesquisa, evidenciado pela ilustração dos gráficos que refletem as condições de vida, trabalho e estudo dos trabalhadores estagiários do curso de Serviço Social do ano de 2013 da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, mas também pode ser o reflexo de muitas outras unidades de formação acadêmica.

Gráfico 22 - Dificuldades em conciliar trabalho e estágio supervisionado



Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Gráfico 23 – Importância do Estágio Supervisionado

Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Para ilustrar a nossa premissa que os trabalhadores encontram maior dificuldade para realizar o estágio supervisionado, no que diz respeito ao pouco tempo de dedicação a formação profissional, verificamos que 21 trabalhadores estagiários possuem essa dificuldade.

Como já salientamos equilibrar as atividades laborativas com a formação acadêmica não é tarefa simples, esse dever acaba ficando sobre responsabilidade apenas do estudante. Em conformidade com essa complexidade, nos deparamos com a dificuldade de conciliação entre o trabalho e o estágio supervisionado.

O estágio supervisionado é de fundamental importância para formação profissional em Serviço Social, não deve ser visto como um empecilho, ou simplesmente como cumprimento de carga horária obrigatória.

É durante o processo de estágio supervisionado que o discente vai fazer a ligação entre a teoria e a prática de forma indissociável, vai aprender os instrumentais da profissão e conviver de perto com as expressões da questão social.

Portanto, o estágio supervisionado é um momento único da formação profissional, que possibilita o estagiário um processo de aprendizagem complementar ao da sala de aula.

Outra questão que devemos levar em consideração quando o assunto é estágio supervisionado, é o desenvolvimento da identidade profissional do estudante:

Além do mais, o estágio, por ser o *locus* propício para o treinamento prático-profissional, é também o espaço apropriado para o aluno traçar sua matriz de identidade profissional, por ser aí que ele desenvolve a sua aprendizagem, a sua responsabilidade, o seu compromisso e demais atitudes e habilidades profissionais. (BURIOLLA, 1995, p. 24, grifo da autora).

A identidade profissional do discente carrega grande influência do que foi vivenciado no período de estágio supervisionado, porém devemos salientar que a mesma não é construída apenas com o estágio supervisionado. Sendo assim, consideramos que a identidade se constitui através de variadas relações sociais, assim como a identidade profissional, que é produto das interações sociais do estudante durante todo processo de formação, não é resultado apenas de uma variável.

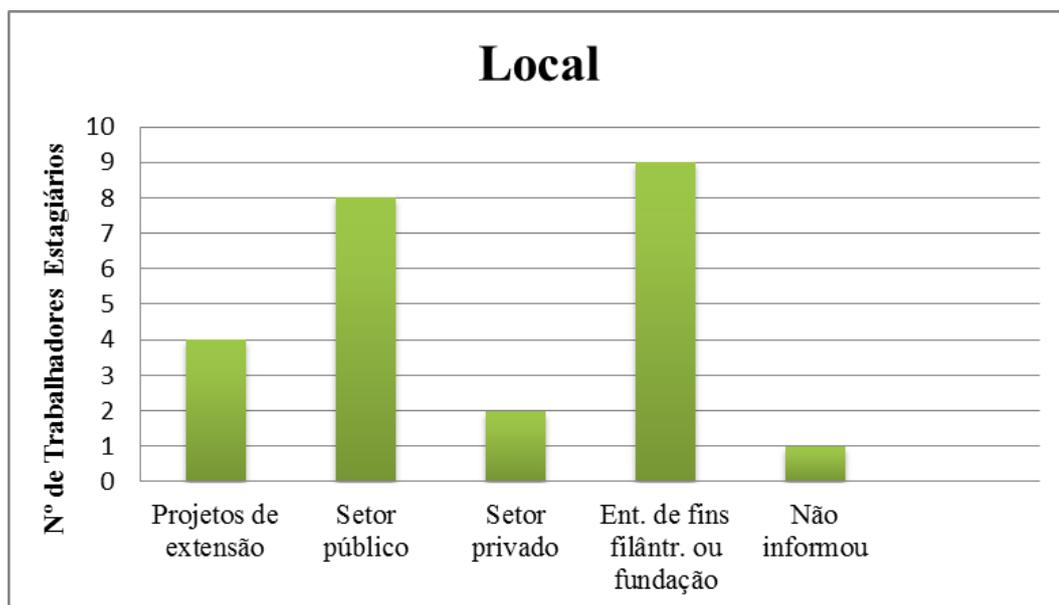
Compreendemos a dificuldade que esses trabalhadores estagiários possuem para realização de estágio supervisionado, uma vez que, alguns cumprem extensas jornadas de trabalho, o que dificulta o horário de realização do estágio.

Muitos conseguem realizar horários flexíveis no trabalho para cumprir o estágio supervisionado, outros realizam o estágio em horários alternativos, como final de tarde ou finais de semana, muitos procuram os estágios remunerados, o fato é que, a conciliação entre trabalho e estágio se dá de maneira singular para cada trabalhador estudante.

Entendemos essa dificuldade que os trabalhadores estagiários possuem, mas também entendemos a importância do estágio supervisionado para a formação em Serviço Social, não podemos omitir nenhuma das duas realidades.

Os trabalhadores estagiários sujeitos da pesquisa também compreendem a importância do estágio, pois quando questionados sobre a importância do estágio supervisionado para formação profissional, todos afirmaram que o estágio é de suma importância, como nos mostra o gráfico 23.

O que fica evidente é que mesmo com todas as dificuldades encontradas pelos trabalhadores estudantes durante a graduação, sendo o estágio uma dessas dificuldades, eles reconhecem a relevância do estágio para o curso de Serviço Social, e tentam de alguma forma, equilibrar as tarefas laborativas com o processo de estágio.

Gráfico 24 - Local que realiza estágio

Fonte: Investigação realizada por Ana Flávia Luca de Castro, em dezembro/2013.

Constatamos que nove trabalhadores estagiários realizam o estágio supervisionado em entidades de fins filantrópicos ou fundações, oito realizam no setor público, e os demais divididos entre projetos de extensão e setor privado.

Segundo pesquisa articulada pelo Conselho Federal de Serviço Social, tendo como referência o ano de 2004, 78,16% dos (as) assistentes sociais trabalham em instituições públicas de origem estatal, em seguida temos as empresas privadas com 13,19% e posteriormente o chamado terceiro setor com 6,81%.

Essa pesquisa nos mostra que os (as) assistentes sociais no Brasil, são majoritariamente funcionários (as) públicos, com uma grande diferença dos demais setores.

Já a realidade que o gráfico nos mostra pode ser compreendida, pelo fato que as entidades muitas vezes possuem um horário mais flexível para realizar o estágio supervisionado. Trata-se de entidades de fins filantrópicos e fundações, que não têm fins lucrativos e podem se destinar a tarefas religiosas, culturais, morais ou de assistência.

Logo depois, temos o setor público, com oito trabalhadores estagiários, sendo as instituições públicas os maiores contratantes de profissionais do Serviço Social, que trabalham em áreas de habitação, educação, saúde, assistência, entre outras.

Posteriormente, temos quatro educandos que realizam o estágio supervisionado em projetos de extensão, que se configuram como campos de estágio, possuindo o dever de atender todas as legislações referentes ao estágio supervisionado, possibilitando ao estagiário

vivenciar o mesmo de forma integral. Essa também pode ser uma opção, no que diz respeito aos horários flexíveis e a diminuição de campos de estágio, ressaltando que o estágio em grupos de extensão não é destinado apenas para trabalhadores discentes.

Por fim, dois estudantes realizam o estágio supervisionado em empresas privadas, sendo também um locus de estágio, que possibilita o aprendizado dos instrumentais da profissão.

Mediante o exposto, e de acordo com os dados obtidos através do questionário, podemos observar que o perfil do trabalhador estudante do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais UNESP – Campus de Franca no ano de 2013 configura-se dessa forma:

Os trabalhadores estagiários cursam majoritariamente o 4º ano de Serviço Social, são do sexo feminino, têm entre vinte e 25 anos de idade, nasceram na cidade de Franca – SP, reside na região central da cidade, mora com familiares, são solteiros, não possui filhos e cursaram o 2º grau em escola pública.

Quanto ao trabalho, a maior parte exerce atividades administrativas, trabalham de seis a oito horas por dia, estão no atual emprego de um a dois anos, começaram a trabalhar entre os dezesseis e dezoito anos, ganham em média até três salários mínimos, sendo que, a renda familiar gira em torno de três a seis salários mínimos.

Já em relação à formação profissional, a escolha do curso de Serviço Social se deve a identificação com curso, metade dos trabalhadores estagiários escolheu o curso como primeira opção, a outra metade tinha outro curso em mente. Dedicam-se aos estudos apenas para trabalhos e provas, afirmam que ser um trabalhador estudante influencia de forma negativa na formação profissional, porém, se não estivessem trabalhando não conseguiriam se manter na universidade. Alegam que possui dificuldades em conciliar o trabalho e o estágio supervisionado, concordam que o estágio é importante para formação em Serviço Social, e por último, realizam estágio supervisionado em entidades de fins filantrópicos ou fundações.

Ao escolhermos esse tema para dissertação, buscávamos desenvolver o levantamento e a análise do perfil dos trabalhadores estagiários do curso de Serviço Social da UNESP – Campus de Franca, para caracterizar esses sujeitos e evidenciar-los, no intuito de dar visibilidade ao aumento do número de trabalhadores estudantes na universidade. Até porque é recente a conquista dos trabalhadores diante do ingresso em uma universidade pública, que durante muito tempo ficou restrita a elite.

Porém, diante do contexto em que vivemos, necessitamos sobreviver à ofensiva do capital, e muitas vezes, conciliar trabalho e educação, nesse caso específico, trabalho e estágio supervisionado, se torna uma missão quase inexecutável.

Sem dúvida alguma, para o trabalhador estudante conseguir conciliar o trabalho e o estágio supervisionado é um esforço muito grande, não por falta de vontade do discente, mas pelas condições que lhe são impostas pelo mundo do trabalho, e até mesmo, pela universidade.

Ao realizarmos esse levantamento de dados através dos questionários, ficou claro que é preciso voltar à atenção para esses estudantes e desenvolver alternativas para realização do estágio supervisionado, e também, para permanência desse estagiário no curso.

Não ignoramos a importância do estágio supervisionado para formação profissional, muito pelo contrário, reconhecemos a sua relevância para formação em Serviço Social, porém, também não desprezamos a importância e a necessidade do trabalho para esses estudantes.

Conseguimos atingir o nosso objetivo, que era o de conhecer melhor esse trabalhador estagiário, e dar visibilidade ao estágio supervisionado realizado por trabalhadores discentes. Por tal motivo, acreditamos que através desse levantamento foi possível identificar algumas características e angústias que as respostas ao questionário nos forneceram.

É importante enfatizar que, os resultados relatados não foram apurados em condições percentuais, nem interpretado como uma manifestação exata e perfeita da realidade do curso de Serviço Social da UNESP/ Franca. Formalizamos essa ressalva porque nossa intenção desde o início não foi de aguardar dados exatos e fechados, mas sim fornecer informações que nos auxiliem a pensar sobre o nosso objeto de estudo, a formação profissional, mais precisamente o estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes dentro dos grupos de extensão universitária.

Dessa forma, também nos dedicamos à análise das entrevistas para compreendermos o estágio supervisionado para trabalhadores estudantes do curso de Serviço Social, a partir da fala dos sujeitos integrantes desse processo de estágio.

3.4 O estágio supervisionado para trabalhadores estudantes do curso de Serviço Social da FCHS/Franca

Para análise dos dados em uma abordagem qualitativa e fundamentada em uma proposta dialética, procuramos inserir a fala dos sujeitos da pesquisa em seu contexto, articulando a teoria evidenciada ao longo da dissertação.

Para interpretação do material obtido por meio das entrevistas semiestruturadas, empregamos a análise de conteúdo, utilizando assim, as categorias que articulam trabalho, educação e estágio supervisionado, possibilitando compreender a fala dos sujeitos articuladas com o estudo teórico referente ao objeto de pesquisa.

As categorias escolhidas se referem ao estágio supervisionado e à realidade do trabalhador estudante, evidenciando a experiência de estágio realizada na extensão universitária. Sendo assim, propomos as seguintes categorias: o ingresso dos trabalhadores estudantes no curso de Serviço Social; o significado do estágio supervisionado para a formação profissional; a organização estrutural da política de estágio do curso de Serviço Social na UNESP/Franca; estratégias e alternativas para realização de estágio supervisionado para trabalhadores estudantes; supervisão de campo e supervisão acadêmica; experiência de estágio supervisionado para trabalhadores estudantes na extensão universitária.

Ressaltamos que definimos como sujeitos da pesquisa, quatro trabalhadores estudantes que realizaram estágio em grupos de extensão universitária, quatro supervisores de campo de grupos de extensão, um membro da comissão de estágio, um representante discente da mesma comissão e o coordenador do curso de Serviço Social.

A escolha entre os trabalhadores estudantes e os supervisores de campo dos grupos de extensão foi realizada de forma aleatória, ou seja, por meio de um sorteio. Primeiramente, identificamos os trabalhadores estagiários através de uma lista preenchida pelos discentes do terceiro e quarto anos do curso de Serviço Social, noturno e diurno, na qual, constava se o estudante trabalhava e onde realizava o estágio supervisionado. Dessa forma, posteriormente foi possível realizarmos o sorteio dentre os trabalhadores estagiários dos projetos de extensão universitária.

Para nos aproximarmos dos supervisores de campo, realizamos uma pesquisa no Setor de Estágio, por meio dos planos de estágio, no qual, constatamos que havia seis projetos de extensão que ofereceram estágio supervisionado para trabalhadores estudantes. Nos planos de

estágio continha também o nome do supervisor de campo, portanto realizamos um sorteio dentre esses supervisores mencionados nos planos de estágio.

O coordenador da comissão de estágio, o representante discente da mesma comissão e o coordenador de curso, são cargos definidos, portanto a escolha não foi realizada de forma aleatória, atentamos apenas para o nosso recorte temporal, que compreende os anos de 2012 e 2013, e em seguida procuramos esses sujeitos para apresentar os objetivos da nossa pesquisa, e fazer o convite para serem partícipes da mesma.

A identificação dos sujeitos da pesquisa está realizada através de nomes fictícios, para preservar a identidade dos entrevistados e para que possam falar abertamente sobre o tema em estudo.

Os nomes utilizados foram escolhidos para fazer uma homenagem aos usuários atendidos pela autora enquanto estagiária, utilizando, dessa forma, apenas o primeiro nome para preservar o sigilo profissional, mas ao mesmo tempo demonstrar respeito e consideração a alguns usuários que fizeram parte da formação profissional, e que foram de suma importância no momento de realização do estágio supervisionado.

Acreditamos que é importante reconhecer a função que o sujeito da pesquisa representa para contextualizar a sua fala, portanto a caracterização ficou da seguinte forma:

Quadro 2 – Caracterização dos sujeitos

Responsabilidade	Nome fictício
Coordenadora de curso	Maria das Graças
Coordenadora da Comissão de estágio	Isabel
Representante discente da Comissão de estágio	Nilda
Supervisor	Mauricio
Supervisora	Fabiana
Supervisora	Sandra
Supervisora	Irene
Estagiária	Rosana
Estagiária	Flor
Estagiária	Therezinha
Estagiária	Ana Maria

Fonte: Elaborado por Ana Flávia Luca de Castro em 2015.

3.5 Trabalho, educação e estágio supervisionado

3.5.1 O ingresso dos trabalhadores estudantes no curso de Serviço Social

Ressaltamos ao longo da pesquisa o trabalho na sociedade capitalista contemporânea, que assume a sua configuração particular em decorrência do modo de produção vigente, portanto acreditamos ser fundamental analisarmos a forma como têm se efetivado o ingresso dos trabalhadores estudantes no curso de Serviço Social da UNESP/Franca.

Nesta ocasião gostaríamos de refletir sobre a inserção dos trabalhadores no ensino superior e mais precisamente em uma universidade pública. No tocante aos trabalhadores estudantes do curso de Serviço Social, questionamos os entrevistados sobre a opinião deles a respeito dessa realidade:

Eu acho que o aumento de alunos trabalhadores é uma característica das novas possibilidades de entrada em uma universidade pública e isso é muito bom. Por outro lado, mostra também que esse aluno trabalhador vem geralmente de um trabalho extremamente precarizado, com jornadas muito intensivas ou mesmo extensivas, então eles têm muita dificuldade para estudar, mas por outro lado, ele tem a vantagem de pela experiência compreender mais fácil algumas coisas. Às vezes o aluno que não vivenciou a exploração do trabalho precisa ler mais para entender a mesma coisa do que aquele que vivenciou, então ele tem a vantagem de um certo amadurecimento, sem contar que significa democratização do acesso à universidade pública pelos trabalhadores. Quais transtornos que geram esse processo eles são infinitamente menores do que a alegria da presença dos filhos dos trabalhadores e dos trabalhadores aqui no curso. (Sandra).

Essa reflexão demonstra a ampliação de acesso à educação, com a possibilidade de inserção dos trabalhadores em unidades de formação acadêmica de ensino superior, entretanto, é importante ressaltar que o acesso nem sempre tem garantido a permanência desse estudante nas universidades, que se depara com entraves para continuidade nos cursos de graduação, principalmente por falta de políticas estudantis permanentes.

Sandra ainda faz menção ao trabalho precarizado a que são submetidos esses discentes, os quais enfrentam extensas jornadas de trabalho, que acabam por dificultar ainda mais a dedicação aos estudos, o que também foi possível verificarmos por meio dos gráficos apresentados anteriormente, evidenciando jornadas de trabalho que ultrapassam oito horas diárias, sendo extremamente desgastante.

Ao mesmo tempo, a supervisora aponta uma facilidade que o trabalhador tem em relação aos estudos teóricos do curso de Serviço Social em decorrência da sua vivência, assimilando de forma mais rápida o conteúdo ministrado nas aulas e nas leituras. Conclui afirmando que receber os trabalhadores na universidade é motivo de comemoração, pois evidencia uma conquista para classe trabalhadora.

Verificou-se também mediante a fala dos sujeitos da pesquisa, o aumento do ingresso dos trabalhadores no curso de Serviço Social via programas de financiamento, cotas e reestruturação do ensino superior, estratégias essas que possibilitaram a chegada dos trabalhadores à universidade, mas que é analisada sob o viés da qualidade, e de uma visão crítica do assunto, assim como discorre Mauricio:

Agora, inegavelmente, nesses últimos 10 anos, com essas bolsas que foram disponibilizadas, FIES e etc., ou mesmo o REUNI nas Federais, mesmo que discutindo a qualidade de tudo isso e os recursos imensos transferidos ao “negócio educação”, uma camada da população melhorou o padrão de consumo (nada mais do que isto). Esse ciclo acabou e a “nova classe média” (um termo muito infeliz) mostrará sua verdadeira face. Teríamos, por exemplo, plenas condições de utilizar os recursos do FIES e os demais que incharam a iniciativa privada, na ampliação das universidades federais com maior qualidade, com melhores condições e ampliando o patrimônio público. O caminho não foi esse. Houve uma expansão precarizada das universidades federais e uma expansão brutal do ensino privado presencial e a distância com amplo apoio dos fundos públicos. Oferece um tipo de ascensão social, mas uma ascensão qualitativamente questionável seja pelo EAD, pelo ensino presencial precário, cotas, entre outras formas.

O supervisor prossegue a sua reflexão, expressando acreditar que o advento dos trabalhadores nas universidades é um avanço inegável, no entanto é preciso rever a qualidade do ensino ofertada à classe trabalhadora, igualmente as condições de vida e de trabalho que enfrentam cotidianamente:

Veja: ótimo que os filhos dos trabalhadores venham! O que eu quero discutir é outra coisa. Quero discutir sob quais condições estão chegando (suas condições reais de existência) e quais as condições das universidades para garantir uma formação profissional de qualidade. Esse é o ponto. Quero discutir a qualidade da universidade para atender esse aluno, para formar inclusive esse aluno; quero discutir as condições de vida deles próprios. Note que isso é bem complexo e lidaremos com isso de uma forma ou de outra, gostemos ou não, por meio de demandas cotidianas: moradia estudantil, restaurante universitário, bolsas de estudo, transporte público, etc... Sabe qual o caminho: lutar! Não há alternativa. (Mauricio).

Paralelamente Maria das Graças afirma que sempre houve trabalhadores nos cursos de Serviço Social, porém com a expansão das possibilidades de ingresso na universidade, esse número tem aumentado. Destaca, ainda, que tem sido visível porque acabou se tornando uma problemática, principalmente no que diz respeito ao estágio supervisionado, analisando assim, o contexto desse aumento de trabalhadores estudantes:

Primeiro que desde a minha graduação sempre houve alunos trabalhadores no curso de Serviço Social, então não é uma novidade para o curso. Agora, o aumento se deve mesmo a essa questão da expansão da possibilidade da classe trabalhadora acessar o ensino superior, que são as cotas, e outras questões que acabam aumentando o número de alunos trabalhadores no curso de Serviço Social, mas sempre foi uma problemática do curso, o que talvez tenha se complicado é que a Política Nacional de Estágio que é de 2010 trouxe outras questões, que vão rebater na questão do aluno trabalhador, principalmente a questão do número de estagiários por número de assistentes sociais supervisores, e que coincidiu no mesmo período da lei de 30 horas para os trabalhadores assistentes sociais, então também diminuiu a carga horária dos assistentes sociais, e tanto a possibilidade de estágio. (Maria das Graças).

A Política Nacional de Estágio é citada por Maria das Graças para se referir a uma dificuldade relacionada à concretização do estágio supervisionado. A supervisora faz alusão ao número de estagiários por supervisores de campo, uma vez que posteriormente à PNE ficou definido que o (a) assistente social supervisor (a) de campo deverá ter um estagiário a cada dez horas de trabalho.

Igualmente menciona a lei de 30 horas, que é a Lei nº 12.317 de 26 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre a duração da jornada de trabalho dos (as) assistentes sociais, que na presente data deixa de ser quarente horas e converte-se em trinta horas semanais.

Em conformidade com a temática referida, a coordenadora considera importante a reflexão da Política Nacional de Estágio, no sentido de corresponder às particularidades do estágio supervisionado em diferentes localidades, porém enfatiza que não podemos retroceder:

Essas questões que estão permeadas na Política de Estágio tem que ser repensadas, revisitadas, com todo respeito que eu tenho a PNE, eu concordo plenamente com todas as linhas traçadas lá, porque é o ideal para o estágio, só que nós estamos nos deparando com uma conjuntura diferente, então vamos ter que reorganizar para ver que dentro das condições concretas e objetivas da realidade de hoje como poderia fazer adaptações, entendendo adaptações não no sentido de então vamos agora flexibilizar, ai voltaria o

que era antes da política, não nesse sentido, mas de encontrar estratégias, encontrar alternativas, formas de viabilizar esse mesma política que nós lutamos para conseguir. (Maria das Graças).

No mesmo sentido, Fabiana também traz as suas considerações a respeito da Política Nacional de Estágio, considera que a Política veio para regulamentar o estágio e garantir a unidade formativa e educativa do mesmo, entretanto acredita que a PNE precisa se aproximar mais da realidade concreta:

É claro que com a Política Nacional de Estágio, muitas questões foram alteradas, muitos estudantes, eu acredito que foram beneficiados com a política, porque também se tinha o estágio como um momento pontual e algumas universidades passavam por cima do estágio, então a política veio regular tudo isso. Agora o que eu acredito que foi errado é pensar como que nós montamos uma política e não olhamos para realidade, a gente que critica tanto as leis, e acaba sendo legalista também, bem positivista na aplicação dessas sanções, porque realmente eu acredito que nós precisávamos ter um olhar mais aberto, se a gente luta tanto por um olhar mais aberto para acesso aos direitos, a gente teria que também ter essa abertura dentro do acesso aos estágios, essa falta de abertura, ela realmente prejudicou e muito os estudantes, prejudicou bastante. (Fabiana).

A PNE foi uma importante conquista para o estágio supervisionado e a toda categoria profissional, o documento é detalhista e defende a qualidade do estágio comprometido com a dimensão educativa e formativa do estudante, ela é fruto de reflexões e resultado de uma construção coletiva baseada em estudos da realidade concreta.

Como os próprios sujeitos mencionaram, antes da Política o estágio, em algumas universidades, era compreendido apenas como requisito para obtenção do diploma, portanto a PNE veio para regularizar essas e outras situações que comprometiam a qualidade do processo de estágio supervisionado.

Enquanto política indica um conjunto de normas e regras que precisam ser efetivadas, esses princípios se referem à realidade do estágio supervisionado e todo contexto que o permeia, portanto é algo dinâmico tendo em vista que a realidade está em constante movimento e apresenta as suas particularidades, ou seja, a política pode ser revista e reformulada, porém deve ser fiel a sua proposição inicial, que é a defesa do estágio supervisionado enquanto processo educativo, e que garanta uma formação profissional de qualidade.

Nesse sentido, os trabalhadores estagiários também comentaram sobre as dificuldades que enfrentam durante a graduação, e podemos observar que as questões que mais dificultam a permanência no curso são: o estágio supervisionado, a quantidade de leituras exigidas para

as aulas, o fato de não poder participar de grupos de pesquisa e extensão e a dificuldade em realizar o Trabalho de Conclusão, acreditam que esses obstáculos são em decorrência do cansaço e desgaste que o trabalho provoca:

Eu acho que o trabalho atrapalha um pouco os estudos porque você tem que ler muito, tem muita teoria, então é preciso dispor de um tempo para leitura e reflexão, e quando você está trabalhando suga todo o seu tempo, você chega em casa cansada, não quer ler, não tem vontade, você quer descansar, porque o trabalho é desgastante, então essa pra mim foi uma dificuldade. (Ana Maria).

Maria das Graças também comentou sobre as dificuldades que observa em relação aos trabalhadores discentes, mas enfatizou que essa é uma problemática que precisa ser bem estudada, pois não pode diminuir a qualidade do curso para facilitar os estudos, e dessa forma diferenciar os trabalhadores do restante da turma:

Mas temos que manter a qualidade, não dá para diferenciar dizendo que é aluno trabalhador então vamos relevar, vamos colocar menos horas, eu sou contra isso, acho que tem que ter a mesma formação para todos os alunos, então é uma questão de difícil resolução. (Maria das Graças).

Dessa forma, concordamos com a coordenadora, porque se houver uma diferenciação entre os estudantes estaríamos mais uma vez afirmando a exclusão dos trabalhadores na universidade e subjugando- os.

Nesse sentido, Sandra admite que os trabalhadores estudantes são os que mais necessitam de um trabalho como assistente social, sendo uma oportunidade de ascensão. Prossegue discorrendo sobre a construção de estratégias de aulas que contemplem a classe trabalhadora, sublinha que a diferença é que os discentes que não trabalham dispõem de um tempo maior para realizar as leituras e reflexões necessárias, ainda observa que é preciso realizar alguns sacrifícios, como estudar aos finais de semana, se comprometendo com a formação profissional:

O que precisa do meu ponto de vista não é baixar o nível, porque se eu diminuo o texto, se eu pego um texto mais de segunda mão, de segunda fonte, eu estou reduzindo a qualidade do curso, aí não é justo, porque na hora que ele for pleitear o trabalho vai sofrer as consequências, eu não posso dar uma qualidade de aula menor, porque ele é o que mais precisa de trabalhar como assistente social, até para ele poder se libertar desse mundo do trabalho que é completamente subjugado, então eu não posso do meu ponto de vista diminuir o nível. O que nós podemos fazer como professores para melhorar, é construir melhores sínteses da relação teoria e prática dentro da sala de

aula, porque isso facilita muito a leitura do texto, eu sei porque eu dou textos muito pesados, e eu não tenho nenhuma preguiça de fazer tradução em sala de aula até todo mundo entender. Outra coisa, quem faz faculdade à noite tem que saber que nessa fase da vida você vai ter parte do seu fim de semana comprometido, não tem jeito, porque eu não acho que a gente tem que reduzir a qualidade, mas nós podemos dar melhores aulas, podemos aproveitar melhor o espaço da sala de aula e começar desde cedo as exigências de textos mais complexos, não pode ser lá no terceiro ano, tem que vir desde o começo para o aluno ir acostumando com a perspectiva mais dialética, porque o estranhamento não é só pela dificuldade do texto, é pela perspectiva dialética e nós somos formados em uma perspectiva positiva e isso traz muita dificuldade, ele precisa se familiarizar, e até se apropriar disso é um processo e a dificuldade faz parte desse processo e não é só do aluno trabalhador, é o que o outro tem mais tempo para ler, reler, ele vai ter que fazer um certo sacrifício, mas eu acho que não dá para reduzir o nível do curso, e acho mais, o aluno trabalhador tem condições, só que enquanto aluno da UNESP ele não vai ter o final de semana livre é isso, agora quem está subjugando ele, não é o curso, é o mundo do trabalho e ele está aí em um processo para tentar se libertar e melhorar suas condições. (Sandra).

Além disso, Sandra aponta uma sugestão, ressaltando que todos os estudantes apresentam dificuldades para entender aspectos teóricos referentes ao curso, e justamente por isso alguns textos com carga teórica mais densa deveriam ser trabalhados desde o início da graduação para que o discente se familiarize com a perspectiva dialética, uma vez que vem de um processo educacional totalmente positivista.

No que se refere às dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores estudantes, nada mais concreto do que conhecer as limitações através da fala das estagiárias:

A minha maior dificuldade enquanto aluno trabalhador foi em questão do estágio mesmo, fazer trabalho, essas coisas a gente dá um jeitinho né, horário de almoço você faz, final de semana você fica por conta de estudar, agora o estágio eu tive que sair do trabalho pra dar conta de fazer, e assim, até foi bem difícil porque eu tinha financiamento de moto, tinha um monte de conta, ajudar em casa, então assim, foi bem difícil, mas eu consegui. (Rosana).

Nossa muita dificuldade. Dificuldade de conseguir ler todos os textos, dificuldade de poder participar dos grupos de extensão na faculdade que eram muito bons e dificuldade de arranjar um estágio que eu demorei, foi só no final do 3º ano, são essas as minhas dificuldades. (Flor).

Encontrei dificuldades durante todo o curso, pelo fato das leituras e da falta de tempo, além disso, tem o cansaço, que às vezes não nos deixa prestar atenção nas aulas. Mas o momento mais desfavorável foi o último ano, por conta do Trabalho de Conclusão, porque era muita coisa pra fazer. (Therezinha).

Eu não tinha a quem recorrer, então eu fiquei meio perdida, falei: - ‘Nossa eu não vou dar conta, vou concentrar tudo em um ano só, não vou terminar o ano e depois vou fazer o estágio...’ Eu sofri muito com isso, porque você vê todos os seus colegas, todos já trabalhando, conhecendo a área, fazendo estágio, então você fica também naquela ansiedade, você quer participar daquilo, você quer conhecer, então assim, eu acho, que os professores, a universidade deveria pensar mais e estar a favor desses alunos. (Ana Maria).

Mediante a fala das trabalhadoras estagiárias podemos ratificar determinadas informações obtidas igualmente nos questionários, como a insuficiência de tempo para dedicação aos estudos, com dificuldades em conciliar trabalho e educação, que deveriam ser categorias inseparáveis.

Como salientamos anteriormente Ana Maria apresenta em seu discurso a questão do trabalho atrapalhar os estudos, o que verificamos também na análise do questionário para compreensão do perfil dos trabalhadores estagiários, no qual, os estagiários acreditam que o fato de trabalhar exerce uma influência negativa, consideramos que isso acontece principalmente pela falta de tempo e o desgaste, que não permitem que esses trabalhadores participem efetivamente das atividades propostas pela universidade.

O estágio supervisionado também aparece nos questionários e nas entrevistas como uma dificuldade, assim como explicitou Rosana, que para realizar as outras tarefas universitárias era possível em horários alternativos, e finais de semana, enquanto que o estágio supervisionado é mais complicado, pois necessita de uma dedicação maior, e um tempo que muitas vezes esses trabalhadores não dispõem.

Aqui novamente aparece o trabalho e a educação como categorias opostas, como se uma dificultasse a realização da outra, e se observarmos a realidade concreta veremos que é isso mesmo, na sociedade contemporânea trabalhar e estudar é tarefa árdua e contraditória.

Efetivar o trabalho e a educação como atividades criativas e indissociáveis é um desafio que exige muito mais que conciliação entre essas duas atividades, exige uma mudança de padrões produtivos, comportamentais, políticos e sociais, que implicariam em uma sociedade mais igualitária em todos os sentidos.

Diante da afirmativa dos sujeitos da pesquisa, que consideram o estágio supervisionado como uma das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores estudantes, acreditamos ser essencial analisarmos qual o significado do estágio supervisionado para formação profissional a partir da fala dos sujeitos envolvidos nesse processo.

3.5.2 O significado do estágio supervisionado para a formação profissional

Consideramos o estágio supervisionado um dos pilares fundamentais para formação profissional em Serviço Social, um componente curricular essencial para o entendimento e materialização da relação indissociável entre teoria e prática.

Quando pesquisamos o significado do estágio supervisionado para formação profissional, uma temática que frequentemente sobressai nas discussões, é a relação teoria e prática:

Eu penso que o estágio, assim até pela minha formação durante a graduação, é o período que a gente tem a oportunidade de vivenciar realmente a prática e tentar fazer a interlocução com a teoria. (Irene).

Assim como aponta Irene, o estágio supervisionado torna a mediação teoria e prática mais nítida, não que ela aconteça somente no processo de estágio, pois essa relação indissociável deve permear todo o curso de Serviço Social, compreendido em uma perspectiva de totalidade.

A reflexão de Sandra ilustra bem essa questão, a qual observa que o campo de estágio não pode ser pensado apenas como aplicação da prática, pois para utilização dos instrumentais é necessário orientar-se teoricamente e politicamente:

Eu acredito que o estágio supervisionado para formação profissional ele é essencial, porque é o momento que o aluno vai ver não só o instrumental, mas todo trabalho profissional que tem uma dimensão técnico operacional que é utilizada a partir de determinada direção e que essa direção é o referencial teórico e a opção ético política, é nesse momento que ele visualiza que ele tem condições plenas de fato evidenciar que a teoria na prática é a mesma teoria, então eu acho que é um momento essencial. (Sandra).

Aqui verificamos a afirmação da supervisora na questão apontada por muitos estagiários que acreditam que no cotidiano profissional a teoria não se aplica. Sandra defende que o estágio supervisionado é o momento oportuno para confirmar que a teoria não se diferencia da prática.

Novamente levantamos essa problemática e acreditamos que as limitações do contexto social e institucional fazem com que ocorra esse questionamento de aplicabilidade da teoria na prática, porém não devemos conceber as dificuldades da realidade concreta como diferenciação entre essas dimensões que fazem parte de um mesmo processo.

De acordo com a concepção de cada um, o estágio foi caracterizado como norteador da formação profissional, essencial, fundamental, e compreendido como interlocução entre teoria e prática:

Eu acho de grande importância, porque é ali que você vai fazer o link da teoria e da prática, você vai conhecer as ações da sua supervisora, do trabalho profissional, vai ter o conhecimento da realidade e vai fazer as aproximações. (Ana Maria).

Pra mim o estágio foi muito importante, apesar de não estar atuando ele permitiu ter uma visão mais ampla da profissão, colocou a gente em contato direto com os usuários, com as famílias, foi bem importante pra mim. (Therezinha).

O estágio foi importante, foi muito bom porque eu cresci muito como profissional, eu consegui me tornar uma pessoa mais crítica com a realidade, abri minha mente para olhar as coisas de acordo com o que acontecia mesmo, sem fantasiar, eu sei um pouco do meu senso comum e eu atribuo muito isso ao projeto de extensão onde realizei estágio. (Rosana).

Todas as estagiárias concordam com a importância do estágio supervisionado, relatando o que absorveram durante a atuação enquanto estagiária. Comentam sobre a aproximação com a realidade social, os usuários, e o amadurecimento da visão crítica que possibilita a saída do senso comum. Na mesma direção, Maria das Graças compreende o estágio como a espinha dorsal do curso:

Um eixo norteador da nossa formação, a questão do estágio no Serviço Social é essencial, não que ele seja mais importante que toda fundamentação teórica que o curso deve dar, mas ele é uma espinha dorsal do curso, ele é essencial na formação profissional do assistente social. (Maria das Graças).

Fabiana considera o estágio como um divisor, no qual, o estudante irá ter contato direto com a realidade social, com os espaços sócio-ocupacionais, considerando central na formação profissional, e ressalta que ainda não recebeu a valorização que deveria:

Eu acredito que ele é uma peça fundamental dentro da formação, na verdade ele é um divisor, no qual o estudante se aproxima da realidade, e a partir do momento que ele se aproxima da realidade mesmo, ele consegue colocar algumas concepções que ele tinha em prática, ou alguns preconceitos ele consegue ir rompendo no momento de estágio. O momento de estágio é um momento que o estudante tem ali, a aproximação do trabalho profissional do assistente social, com os espaços sócio-ocupacionais diversificados, então ele é o momento central, ele é o momento em que o estudante chega com aquela ansiedade de fazer, o fazer profissional de ter essa ação mesmo, de

colocar tudo que ele tem em ação. Então ele é realmente central dentro da formação profissional, e ele não tem sido tão valorizado, ele não ocupa o lugar que ele deveria ocupar dentro da formação profissional. (Fabiana).

Nessa perspectiva é inegável a importância que o estágio supervisionado assume na formação profissional, reconhecida por todos os sujeitos da pesquisa, cada qual ressaltando a concepção que acredita ser mais relevante. De fato o estágio merece destaque no curso de Serviço Social, sendo um momento de ensino e aprendizagem para todos os sujeitos envolvidos no processo.

Dada essa importância, investigamos como está organizada a política de estágio do curso de Serviço Social na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca.

3.5.3 A organização estrutural da política de estágio do curso de Serviço Social na UNESP/Franca

Visando contemplar um dos nossos objetivos que é “identificar como está organizada a política de estágio do curso de Serviço Social da UNESP/ Campus de Franca”, indagamos aos sujeitos sobre a organização estrutural da universidade no que se refere ao estágio supervisionado.

Sendo assim, Nilda nos colocou qual o papel de um representante discente na comissão de estágio, explicitando o atendimento às demandas estudantis:

Integrar a comissão para representar os estudantes e seus interesses com relação ao estágio, sendo o elo entre os estudantes e a comissão. Tendo por papel apresentar as demandas dos estudantes para a realização desta atividade curricular obrigatória, bem como acompanhar as reuniões e repassá-las aos estudantes. (Nilda).

O papel de um representante discente na comissão de estágio é essencial para defender os direitos dos estudantes e dar voz às suas reivindicações, deve ser o elo entre docentes e estagiários, repassando todas as informações e decisões necessárias para os estudantes, para que assim participem efetivamente da política de estágio na universidade.

De acordo com a nossa pesquisa, de forma administrativa e burocrática a estrutura atende o que está preconizado nas Diretrizes Curriculares, assim como menciona Maria das Graças, porém encontra obstáculos para efetivar todas as exigências em decorrência da estrutura organizacional da universidade pública, que acaba por interferir na condução da política de estágio interna, principalmente pela falta de contratação de um profissional que

permaneça responsável somente pela política de estágio, evitando assim o acúmulo de atividades do docente e acompanhando sistematicamente as questões relativas ao estágio supervisionado:

Ele atende as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social, acho que uma coisa que dificulta a questão do estágio aqui na faculdade é a organização da universidade pública, ela tem uma organização administrativa de contratação de profissionais de quarenta horas semanais para certa disciplina, essa estrutura dificulta um pouquinho essa questão de organizar um núcleo de estágio, um setor de estágio, onde tivesse uma coordenação de um professor ou de um assistente social, porque na universidade particular você pode contratar por menos horas e tem um profissional que esteja à frente do estágio, aqui não é possível porque todos são contratados via concurso público por quarenta horas semanais, tem que cumprir atividade de ensino, pesquisa e extensão, então fica meio difícil de você coloca-los em termos de coordenar o estágio. Agora que nós estamos tentando mudar essa realidade, nesse novo projeto pedagógico para atender a PNE. (Maria das Graças).

Nessa direção Sandra aponta que integrar a comissão de estágio não é tarefa fácil, além de ser uma atividade extra que não conta com remuneração e de precária valorização, por tal motivo, muitos docentes não assumem tal função, fazendo com que tenha uma lista com o nome dos professores para realizar um rodízio, no qual, ocorre um revezamento para assumir tal função, evidenciando assim, a precarização do trabalho e as extensas jornadas dos professores, que ultrapassam os limites da universidade:

Tem lista para compor comissão de estágio e tem lista para dar optativa, porque são atividades extras que não têm remuneração, contam pouco ponto e dão muito trabalho. (Sandra).

A falta de professores para assumir a política de estágio interna ainda aparece na fala de Fabiana, que considera o momento presente como propício para mudanças na política de estágio do curso de Serviço Social na UNESP/Franca, uma vez que, foi criado o Núcleo de Estágio e os professores que assumiram essa responsabilidade tem uma dedicação maior à política de estágio, no entanto, acreditamos que ainda não é o ideal, porque esses docentes têm sim outras atividades, e também sofrem com a sobrecarga de trabalho:

Agora eu acredito que ele está tendo um lugar, anteriormente eu acredito que a estrutura organizacional do curso não permitia por conta da quantidade de professores que nós tínhamos. Porém, hoje com a criação do Núcleo de Estágio, eu acredito que vai mudar bastante, porque esses professores basicamente assumiram o Núcleo, e não muitas outras funções, então é isso

que precisa acontecer, na verdade eles têm que assumir e ficar mais por conta dessa questão do estágio para dar conta, porque são muitos campos de estágio, é muita coisa, é muito trabalho, então eu acredito que hoje está começando a ter uma reformulação nessa questão do estágio. (Fabiana).

Compreendemos a partir do exposto, as limitações estruturais para implantação de uma política de estágio que esteja em conformidade com a Política Nacional de Estágio, o Projeto Ético Político Profissional e as demais legislações, mas precisamos ressaltar que algumas conquistas, no curso de Serviço Social da UNESP/ Campus de Franca, já foram efetivadas, como a implantação do Núcleo de Estágio.²

Outra questão que dificulta a efetivação e o desenvolvimento de uma política de estágio eficaz são as condições de trabalho docente, que preservam as suas características particulares, mas ao mesmo tempo, refletem os resultados do mundo do trabalho contemporâneo.

Atualmente os serviços públicos, como saúde, habitação, e inclusive a educação têm se tornado mercadorias, trazendo consigo a privatização dos direitos sociais, sendo a educação atingida diretamente com essa lógica neoliberal de privatizações e de cunho mercadológica, inserindo a universidade pública nesse fundamento.

Sendo assim, o docente que é um trabalhador assalariado e vende a sua força de trabalho em troca da sua sobrevivência, convive com essas questões atuais sofrendo com todas as imposições do capital.

Os trabalhadores são os que mais sofrem, presenciando o desmonte dos direitos trabalhistas e sociais, a repressão às greves, sindicatos inoperantes, questão essas que também são manifestadas na fala dos sujeitos entrevistados:

A tendência, sobretudo nos próximos quatro anos, é cortar gastos. As greves serão retomadas. Nós estamos sentindo aí uma diminuição da liquidez do mercado e do investimento público no mercado, e isso vai repercutir nas bolsas, nos financiamentos dos cursos, nas condições de vida dos alunos trabalhadores, nas ofertas de estágio. Eu mesmo, como livre-docente efetivo, não tenho mais direito à aposentadoria integral, mas uma aposentadoria feita por uma média estabelecida entre o teto da previdência e o que eu contribuir durante toda a minha vida. Porque temos que colocar limites aos direitos dos trabalhadores e não devemos traçar limites ao capital? (Maurício).

² O Núcleo de Estágio foi implantado em nove de setembro de 2014, foi instituído conforme previsto no novo projeto político pedagógico. (Conforme informações do Conselho de Curso de Graduação em Serviço Social, 2015).

A fala de Mauricio nos faz refletir sobre os rebatimentos do mundo do trabalho contemporâneo na educação, como a diminuição de investimentos e cortes orçamentários que atingem diretamente os professores, funcionários e estudantes. Traz também o reflexo da sociedade capitalista no que diz respeito ao retrocesso de direitos trabalhistas, trazendo como exemplo concreto a sua realidade enquanto livre docente, na qual, os direitos trabalhistas estão cada vez mais limitados, sofrendo drasticamente as determinações do capital.

Continua refletindo sobre essas questões e conclui que:

Claro que devemos nos preocupar com nossas condições de trabalho, nossos salários, mas isso deve ser parte de um processo mais amplo de defesa da universidade pública e gratuita. Deve encampar as pautas coletivas. (Mauricio).

Sendo assim, enfatiza que a luta deve ser sempre coletiva para que assim possa alcançar resultado efetivo. Diante da análise da fala dos sujeitos, torna-se nítida a precarização do trabalho docente na universidade.

A supervisora Fabiana comenta sobre essa precarização que ocasiona o acúmulo de funções na unidade de ensino:

O docente acaba assumindo várias funções dentro do seu horário de trabalho, dentro da sua carga horária, e acaba não dando conta mesmo de efetivamente ter um trabalho diferenciado, porque se ele tivesse menos funções seria diferente. As condições de trabalho docente hoje estão tão complicadas, que o docente tira férias, quando tira, e ele realmente não têm férias, tira para colocar o trabalho em dia, o docente fim de semana tem que trabalhar para dar conta de todas as suas funções, então é uma condição um tanto precarizada. (Fabiana).

O discurso de Fabiana elucida a realidade contemporânea de um professor universitário, que admite diferentes funções dentro da universidade, como por exemplo, a função de gestor, de coordenador de projetos de pesquisa, estudo e extensão, coordenador de curso, coordenador de estágio, orientador, supervisor, entre outras atividades que compõem a carreira de um docente universitário.

Porém, muitas dessas atividades que compõem o tripé da universidade não são valorizadas de acordo com a afirmativa de Sandra, que verbaliza um alerta sobre essa problemática:

Nós não podemos achar que o trabalho valorizado é aquele que consta na planilha, porque aí nós estamos deixando que a própria universidade diga o que é importante para gente. (Sandra).

Sandra prossegue descrevendo que os professores universitários estão subordinados ao produtivismo desenfreado:

Vamos falar a verdade, nós estamos submetidos a um regime quase que taylorista de produção. (Sandra).

Sabemos que um dos objetivos do taylorismo é obter o máximo de rendimento e eficiência com o mínimo de tempo, se aplicarmos essa concepção dentro das unidades de formação acadêmica, presenciaremos muitas vezes, trabalhos acadêmicos e científicos realizados apenas para cumprimento de metas e produtividade, sem compromisso ético, político e social.

Nessa mesma direção, o supervisor comenta sobre como combater essa concepção produtivista:

Portanto, uma coisa é a produção na universidade outra coisa é o produtivismo, uma coisa é o “obreirismo”, outra coisa é o compromisso com a universidade pública. Então, por exemplo, mesmo com toda precarização que eu vivo, eu acho que a melhor maneira de cobrar isso é no meu sindicato e na greve, com nossa organização coletiva. Não basta ficar reclamando. Isso envolve alunos, professores e funcionários, envolve um projeto coletivo de universidade. (Maurício).

Ele discorre com clareza sobre a distinção que faz entre produção e produtivismo, explicando que a produção é necessária, sendo um compromisso do docente com a própria sociedade, porém, o produtivismo estaria preocupado com a quantidade de artigos científicos publicados, ou seja, com o máximo possível de rendimento intelectual. Novamente reafirma a necessidade de trabalhar no coletivo, como a única solução para enfrentar a precarização.

Diante do conteúdo apresentado na fala dos sujeitos, torna-se perceptível os rebatimentos do mundo do trabalho contemporâneo no cotidiano de trabalho do docente universitário e na própria universidade pública, o que confirma mais uma vez, a precarização do trabalho, a perda de direitos trabalhistas e sociais, a privatização da educação, e o afastamento entre trabalho e educação, que tem se tornado cada vez mais notório.

Diante das limitações apresentadas, analisamos quais as estratégias e alternativas que a universidade tem proposto para suprir esses obstáculos.

3.5.4 Estratégias e Alternativas para realização de estágio supervisionado para trabalhadores estagiários

Consideramos que a universidade precisa oferecer alternativas e possibilidades para realização de estágio supervisionado para trabalhadores, portanto analisamos as estratégias que a universidade vem executando para tal concretização.

A comissão de estágio teve por estratégia inserir os estudantes trabalhadores nos grupos de extensão (uma vez que a disponibilização do estágio é uma obrigação da instituição de ensino), e orientar aos ingressantes do curso a importância e a obrigatoriedade de se realizar o estágio supervisionado, como incentivo à busca de oportunidades de realizá-lo de forma a conciliar com o trabalho ou outros mecanismos.

A comissão buscou parcerias para que os grupos realizassem atividades em finais de semana e em horários alternativos para que assim pudessem contemplar os estudantes trabalhadores. (Nilda).

Observamos que Nilda compreende a inserção de estudantes nos campos de estágio como uma responsabilidade da unidade de ensino, que também tem por dever informá-los antecipadamente sobre a necessidade da realização do estágio para que assim já possam ir pensando em alternativas.

Ainda fala sobre a opção de estágios aos finais de semana e em horários alternativos, que seriam ideais para trabalhadores estagiários, assim como menciona Sandra:

Além da extensão, eu acho que nós podemos fazer acompanhamento mais sistemático de alguns campos que tem assistente social no final de semana, a gente fazer um acompanhamento mais próximo, se aproximar desses assistentes sociais, talvez oferecer alguma coisa para ele no sentido de formação, para que esses que trabalham final de semana possam se aproximar mais da PNE, para esses que ainda não tem estagiário que possam vim a ter, como os hospitais, que é um local onde as pessoas tem vontade de fazer. Incorporar estágio que possam ser feitos no final de semana e qualificar os grupos de extensão para saber em quais projetos de extensão poderíamos ter esse aluno.

Entretanto, sabe-se que são poucas instituições que oferecem esse estágio aos finais de semana:

O que nós tentamos buscar em vários momentos foram projetos na comunidade, em instituições que tivessem atendimento aos finais de semana, isso nós tentamos muito, mas que também foi um número muito pequeno que nós encontramos. Então isso seria o ideal que tivéssemos instituições

que atendessem aos finais de semana para estar recebendo esses alunos, mas nós não encontramos também. (Isabel).

Além disso, enquanto coordenadora da comissão de estágio, ela relata que a extensão foi uma alternativa pensada para efetivação desse estágio, trazendo experiências anteriores que vivenciou em uma universidade particular, entretanto também cita as dificuldades de realização de estágio na extensão, trazendo a lei das 30 horas, a Política Nacional de Estágio, e a Nova Lei de Estágio, que em sua concepção interferiram significativamente na realização do estágio supervisionado para trabalhadores nos projetos de extensão universitária:

Na verdade em um primeiro momento a extensão foi uma questão de estratégia mesmo para atender os alunos trabalhadores, isso é uma prática que sabemos que vem acontecendo em outros cursos, principalmente nas universidades particulares que os cursos são noturnos, e o perfil do aluno é o aluno trabalhador, então desde a outra instituição que eu já vim, já era oferecido o curso de extensão, só que o que agora mudou muito, é a questão das 30 horas também, a questão da lei do estágio, e ter que ter a cada dez horas apenas um estagiário. Eu já tive projetos de extensão que atendiam dez, quinze alunos, nesse projeto que eles iam fazer entrevista, depois eles faziam relatório, visita domiciliar, enfim, agora também essa questão da lei de estágio interferiu diretamente nos projetos de extensão, então eu falo, eu mesma já tive mais estagiários, e agora eu só posso ter um, por causa da minha carga horária dedicada ao projeto de extensão. Tem se discutido a dificuldade que estamos enfrentando por causa da PNE, eu acho que está no momento de rever mesmo, de discutir, e é muito pertinente você estar discutindo esse assunto. (Isabel)

Isabel explicita que a limitação do número de estagiários, prevista na Política Nacional de Estágio, juntamente com a Lei 12.317, que legisla sobre a jornada de trabalho de 30 horas semanais para assistentes sociais, dificultaram o estágio supervisionado especialmente na extensão universitária, na qual, os docentes têm uma carga horária muito reduzida, podendo exercer a supervisão de campo com poucos estagiários.

É preciso ressaltar que a carga horária dos docentes, destinada à extensão universitária, refere-se ao papel de coordenador dos projetos de extensão, não de supervisores de campo para realização de estágio supervisionado.

A mesma conclui que, efetivamente, ainda não foi materializada nenhuma estratégia para atender os trabalhadores estagiários e que uma alternativa seria o estudante se formar em cinco anos, deixando para cumprir o estágio supervisionado no último ano:

Ainda acho que não foi materializada nenhuma efetivamente, acho que foram apenas tentativas, eu estou aqui há três anos e efetivamente a gente sabe que não foi materializado nenhum tipo de proposta que atendesse

realmente, a gente ainda vê assim, alunos tendo que sair dos empregos, enfim, e ficou determinado mesmo pelo curso, não me lembro se no departamento ou na coordenação, que o aluno trabalhador talvez tivesse que ficar mais um ano mesmo, para cumprir esse estágio se ele não desse conta, acho que isso mostra que não tem nenhuma proposta estratégica de oferta do curso para isso, aluno que não cumpriu fica mais um ano para poder cumprir esse estágio. (Isabel)

Entretanto, Maria das Graças faz uma colocação pertinente a respeito dessa temática:

Eu ouvi uma vez de um professor de uma universidade particular envolvido com debate do estágio, que o aluno trabalhador tem que estar ciente desde o início do curso, que ele não vai fazer o curso em quatro anos, mas sim em cinco anos para terminar de fazer estágio, aí uma aluna falou pra mim que não havia entendido essa colocação, porque ela terminaria o curso e ficaria devendo o estágio, mas continuaria trabalhando o dia todo, e a noite não tem estágio. Então eu acho que isso não resolveria no caso do aluno trabalhador, que trabalha das oito da manhã às seis da tarde, tem duas horas de almoço, um horário de trabalhador normal, sai às seis e entra às sete e meia na faculdade, sai daqui dez e meia, se ele terminar todas as disciplinas vai ficar com horário das sete e meia às dez e meia livre, mas onde ele vai arrumar estágio nesse horário? Agora o que poderia fazer, é o aluno se conscientizar que no último ano, depois de um tempo ele vai ter que parar de trabalhar, mas dada às condições objetivas de vida do aluno isso não é uma opção. (Maria das Graças).

A coordenadora promove uma reflexão sobre o trabalhador estudante se formar em cinco anos, afirmando que essa também não é uma alternativa viável pensando no estágio supervisionado, pois os horários para realização do mesmo continuariam escassos, portanto essa não é uma possibilidade eficaz, não contemplaria o cumprimento do estágio, ao menos que o discente consiga estágio em períodos alternativos.

Diante da problemática apresentada, a extensão universitária foi uma alternativa promovida pela universidade para atender os trabalhadores estudantes que ainda não tinham se inserido no campo de estágio.

Maria das Graças também levanta a questão da monitoria e iniciação científica serem avaliadas como campo de estágio, mas argumenta dizendo que essa modalidade de estágio para o Serviço Social seria inviável uma vez que não proporciona o exercício interventivo da profissão nos espaços sócio-ocupacionais:

Como está na Lei Federal de estágio, a monitoria e a iniciação científica podem ser campos de estágio, em minha opinião não serve para o Serviço Social essa questão, eu acho uma questão muito perigosa, para começar a nossa universidade gira em torno de ensino, pesquisa e extensão, a pesquisa é muito forte na universidade, então é difícil um aluno que não faça iniciação

científica, é difícil o aluno que não faça uma pesquisa, uma monitoria, bolsa BAEE, PIBIC, é muito raro, e se esse aluno resolver dizer que isto conta como estágio, e se está no projeto pedagógico nos vamos ter que validar isso, e aí como fica esse estágio do Serviço Social no exercício da profissão mesmo, como uma atividade interventiva, envolvida com os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social. (Maria das Graças).

Essa é uma problemática que precisa ser refletida, pois o estágio supervisionado precisa cumprir com os seus requisitos, como supervisão de campo e acadêmica, acompanhamento direto de um (a) assistente social e precisa proporcionar o contato direto com a realidade social e os instrumentais da profissão, relacionando as dimensões técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas, que não estariam contempladas nas atividades de monitoria e iniciação científica, diferente de outros cursos que se utilizam desses espaços para realização do estágio e cumprem todos os requisitos necessários para uma experiência de estágio.

Maria das Graças compara a estrutura de uma universidade particular com a universidade pública, falando da importância de se contratar um profissional que fique responsável pelo Núcleo de Estágio, e traz também a estratégia de contratação de um (a) assistente social para ser supervisor de campo nos projetos de extensão, assim esse profissional conseguiria acompanhar de perto as atividades desempenhadas pelos estudantes e também realizaria as supervisões de campo, uma vez que foi contratado para essa função:

Nas faculdades particulares, por pior que pareça, eles colocam um professor assistente social para coordenar o núcleo de estágio, contratado por vinte horas semanais, então de uma forma ou de outra eles estão lá só para coordenar o campo de estágio. A dinâmica de uma universidade pública é muito diferenciada de uma particular, que não tem pesquisa, não tem extensão, e, por exemplo, onde eu trabalhava criou-se uma extensão para campo de estágio de aluno trabalhador, me contrataram por mais dez horas, então além da minha carga horária de docente, além da minha carga horária de coordenação de estágio, eu ainda assumi essa carga horária a mais para orientar os alunos no campo de estágio, e fazíamos em horários alternativos, na hora do almoço e das cinco às seis e meia, e final de semana, mas aí eu era remunerada, muito pouco, mas era remunerada por dez horas para dar acompanhamento no estágio para esses alunos. Aqui não tem porque não dá para contratar profissionais para isso. Na minha intenção futura aqui, minha briga é para que contratem um assistente social e não um docente, um profissional por trinta horas semanais para atuar no campo de estágio, e as supervisoras acadêmicas continuariam com todo trabalho juntamente com esse coordenador. (Maria das Graças).

Aqui observamos uma questão importante, que é a alternativa de contratação de um (a) assistente social para o projeto de extensão com a responsabilidade de supervisionar trabalhadores estudantes, podendo inclusive realizar as atividades em horários flexíveis. Entretanto, esse profissional poderia supervisionar três estagiários, por conta da carga horária de trinta horas semanais, conforme indicado na Política Nacional de Estágio que determina a quantidade de estagiários por horas trabalhadas, não resolvendo assim, a problemática dos trabalhadores estudantes devido à demanda apresentada frente o número limitado de vagas oferecidas nos projetos de extensão, além da quantidade de profissionais para supervisionar o trabalhador estagiário.

Por outro lado, se pensarmos apenas na questão do acompanhamento sistemático do estudante ao campo de estágio, seria uma alternativa positiva do ponto de vista da formação profissional tendo em vista que o (a) assistente social estaria a cargo dessa função de supervisor de campo, dedicando-se às atividades de supervisão.

Outra questão apontada foi o desenvolvimento e efetivação das políticas de permanência estudantil, que possam garantir ao trabalhador condições para permanecer na universidade através de bolsas de estudo, pesquisa e extensão, auxílio para moradia, transporte, alimentação, entre outras possibilidades para que o discente ingresse e conclua a graduação.

Acredito que uma alternativa salutar para os estudantes poderem realizar esta atividade curricular essencial à formação é o aumento de bolsas e auxílios que viabilizem a permanência estudantil e que garantam uma formação profissional de qualidade. (Nilda).

Eu acredito que isso envolveria toda uma política de permanência do estudante na universidade, que é o que a gente realmente precisa, porque se nós tivéssemos uma política de permanência efetiva, nós teríamos menos estudantes trabalhadores, se as nossas bolsas FAPESP, PROEX, Bolsa BAEE, fossem um valor realmente que dessem pro estudante sobreviver sem trabalhar no emprego que ele trabalha, eu acredito que muitos estudantes largariam, e se a demanda não fosse muito além da oferta de bolsas, também nós teríamos uma efetividade nessa questão com relação a esses estudantes, eu acredito que está intimamente ligado com a política de permanência do estudante aqui na universidade. (Fabiana).

Importante ressaltar que a efetivação de políticas públicas de permanência estudantil, é de suma importância para que os trabalhadores estudantes concluam a graduação, pois assim teriam um respaldo maior da universidade e poderiam se dedicar integralmente aos estudos.

As estagiárias trazem como alternativa a conciliação de horários, ficando a cargo do trabalhador essa adequação de tempo:

A alternativa é a conciliação. (Rosana).

Infelizmente penso que, a única alternativa possível de conciliação entre estágio supervisionado e trabalho remunerado são os horários entre os dois e o final de semana. (Therezinha).

Porém, essa questão não deve ser enfrentada de maneira isolada, mas sim de forma coletiva, entre os sujeitos que compõem essa realidade, para que juntos possam construir possibilidades, compreendendo o estágio supervisionado e a realidade dos trabalhadores estudantes.

Uma das supervisoras fala da experiência que vivenciou em outra universidade, onde havia estagiários no próprio Núcleo de Estágio e no setor de saúde da unidade, trazendo a possibilidade da própria universidade oferecer o estágio supervisionado para trabalhadores em horários alternativos:

Mas só os grupos de extensão também não são viáveis, porque a demanda é muito grande né, então não sei. De imediato acho que são os grupos de extensão, nunca parei pra pensar. Outro espaço, igual tem na outra universidade que trabalhei, é o Núcleo de Estágio em Serviço Social, que tem assistente social, talvez seria uma alternativa, e também no setor de saúde. Às vezes daria para conciliar horários alternativos com esses alunos, então assim, eu acho que são algumas alternativas, que talvez pudessem ser pensadas, no intuito da própria universidade oferecer esse espaço. (Irene).

Aqui também envolveria a contratação de um profissional que ficasse responsável pela realização da supervisão de campo e todas as questões relativas ao processo de estágio supervisionado.

Por tudo que foi exposto, podemos observar que a universidade encaminhou a extensão universitária como alternativa e estratégia para realização de estágio supervisionado para trabalhadores estudantes, além da procura por campos de estágio em horários flexíveis e finais de semana.

Pensando nessa preocupação da efetivação das supervisões acadêmicas e as supervisões de campo, visto que aparece na fala dos sujeitos da pesquisa como uma dificuldade a ser concretizada, e até mesmo a alternativa de contratação de um profissional para supervisionar trabalhadores estudantes nos projetos de extensão, consideramos fundamental

analisarmos como as supervisões de estágio nos projetos de extensão foram (ou não) efetivadas.

3.5.5 Supervisão de campo e supervisão acadêmica

Quando pesquisamos sobre a supervisão de estágio, temos claro que a concepção que deve nortear os nossos estudos é a de orientação, no sentido de guiar, estimular e aconselhar, ultrapassando a razão instrumental e imediatista de treinamento de estagiários para o trabalho profissional.

As supervisões de campo precisam ser realizadas gradativa e sistematicamente, reservando-se um horário específico para sua concretização, de forma a ultrapassar aqueles momentos de tirar dúvidas durante o cotidiano de estágio, ela deve proporcionar uma reflexão acerca do trabalho que está sendo realizado, e o supervisor de campo precisa assumir a responsabilidade formativa do estagiário, entendendo o mesmo como sujeito em processo de formação profissional, para que assim compreenda o estágio e a supervisão de campo como uma prática educativa.

A supervisão de campo e acadêmica são fundamentais para realização do estágio supervisionado, contribuem para o amadurecimento do estagiário, proporcionam a construção de identidade profissional, o diálogo, a construção de conhecimentos e estimulam o pensamento crítico e reflexivo, auxiliando na mediação necessária entre teoria e prática.

O debate acerca da supervisão de campo e da supervisão acadêmica enquanto componentes essenciais para formação profissional é fundamental para compreendermos o estágio supervisionado como processo educativo e formativo, por tal motivo, analisamos como foram encaminhadas durante o processo de estágio supervisionado para trabalhadores nos projetos de extensão universitária.

A supervisão acadêmica compõe os princípios norteadores da realização do estágio, preconizados na Política Nacional de Estágio, que prevê a indissociabilidade entre supervisão de campo e supervisão acadêmica:

Desse modo a supervisão acadêmica está imbricada diretamente com a finalidade social da profissão, na prestação de serviços sociais, que consiste, dentre outras questões, em conhecer e refletir com os (as) estagiários (as), em pequenos grupos, a realidade profissional nos campos de estágio, reconhecer os limites e possibilidades das respostas profissionais nas diferentes organizações no enfrentamento das expressões da "questão social", reconhecer e debater os elementos constitutivos do projeto

profissional em curso nos espaços sócio-ocupacionais e sua relação com o projeto hegemônico da profissão. (ABEPSS, 2010, p. 17).

Conforme a própria Política discorre, a supervisão acadêmica é realizada por um docente na universidade, com o objetivo de refletir e discutir sobre o processo de estágio supervisionado como um todo, ainda estabelece o número máximo de quinze estudantes por turma, e que seja dividida em áreas de atuação para facilitar o processo de construção do conhecimento.

O curso de Serviço Social da UNESP até o momento de concretização de nossa pesquisa não possuía supervisão acadêmica em sua grade curricular, o que dificulta em muito a realização da supervisão, Maria das Graças fala que foram criadas estratégias para atender a PNE e efetivar as supervisões acadêmicas:

Fizemos uma proposta alternativa, porque a supervisão acadêmica não consta na grade curricular do nosso projeto pedagógico de 2001 que é o que está vigorando até hoje. Tínhamos uma preocupação de oferecer aos alunos a supervisão acadêmica e tentamos fazer uma proposta alternativa, na qual, alguns professores cederam espaço de aula, aqueles professores que tem mais carga horária, que as disciplinas são anuais, para realização das supervisões acadêmicas. (Maria das Graças).

Nesta fala é possível identificar a realidade e a estratégia efetivada pela universidade para realização da supervisão acadêmica em 2013, posteriormente a coordenadora relata um avanço para o ano de 2014:

Agora para esse ano de 2014 nós estamos reformulando a proposta, apesar de ainda não constar na grade, mas agora como aumentou o número de docentes na faculdade, conseguimos colocar dois professores para cada sala de aula, dividir a sala de aula em dois grupos, que não são 15 alunos, mas dois grupos já diminuí bastante, o professor já vai ter mais tempo em relação a isso, já vai começar desde agora. (Maria das Graças).

Enquanto coordenadora da comissão de estágio, Isabel, no mesmo sentido que Maria das Graças também comenta sobre a estratégia adotada pelos docentes, que ainda não atende as exigências estabelecidas na PNE, fazendo uma ressalva que segundo o seu entendimento a supervisão acadêmica ainda precisa ser revista e estudada, para que possa realmente ser efetivada de maneira uniforme nos cursos de Serviço Social, pois da maneira como está, cada unidade de formação acadêmica efetiva de uma forma, e muitas ainda não têm supervisão acadêmica:

Ainda não tem a supervisão acadêmica, todo ano é montada uma estratégia nova para tentar, mas ainda é de uma forma que não é oficial, não é a mais indicada, então a cada ano, temos propostas de supervisão acadêmica, já começamos a proposta sabendo que não vai atender o que tem que ser supervisão acadêmica. Apesar de que a supervisão acadêmica, e esse é um ponto de vista, ela tem que ser discutida ainda na ABEPSS mesmo, porque foi uma proposta que foi colocada e que hoje em dia ainda, cada universidade faz de um jeito diferente, cada curso faz diferente, então não tem uma proposta que fala é assim que tem que ser. A gente sabe que a supervisão acadêmica em algumas universidades é oferecida em forma de disciplinas, em grupos menores como tem que ser, mas muitas sabemos que não acontece ainda. (Isabel).

Portanto, a supervisão acadêmica também é um obstáculo enfrentado pelos docentes e estagiários do curso de Serviço Social e deve ser concretizada, pois é um componente do processo de estágio supervisionado e que deve estar associada à supervisão de campo.

No que diz respeito à supervisão de campo, também encontramos muitas limitações que dificultaram e por vezes até impediram a sua realização:

Eu acho que não houve tempo, não houve um momento, é até uma falha, a gente deveria reunir esses professores que são coordenadores desses grupos de extensão para conversar como foram essas supervisões de campo. Eu enquanto coordenadora não tenho conhecimento exato como tudo aconteceu, posso falar da minha, mas eu não sei como aconteceu nos outros espaços, se foi positiva ou não, como acontecia. Eu sei que aconteceram, estavam colocadas nos planos de estágio, pelo menos é isso que eu tenho notícia, mas não houve esse momento da gente sentar, conversar e trocar com os professores como foi que realmente aconteceram essas supervisões de campo. (Maria das Graças).

Essa fala demonstra a aparente falta de articulação entre a comissão de estágio, coordenação de curso e supervisores de campo, setores esses que deveriam estar intimamente relacionados. Esse fato aparece em vários momentos do discurso dos sujeitos da pesquisa, evidenciando a falta de integração no curso de Serviço Social, dificultando o encaminhamento de propostas efetivas para concretização da supervisão de campo, e até mesmo da política de estágio como um todo.

As estagiárias comentam como foram as supervisões de campo:

É preciso ter o acompanhamento do supervisor, porque na maioria das vezes isso não acontece. Ele mesmo só passa algumas atividades e não vê a qualidade da supervisão, não vê a qualidade da atividade que ele está proporcionando para os alunos. Então assim, eu acho que quando a supervisão é feita de modo correto, eu acho que é uma excelente

oportunidade pro aluno trabalhador, porque eu acho que às vezes é a única saída que ele tem. (Rosana).

A gente tinha supervisão no sentido que os professores perguntavam o que tínhamos realizado naquele dia. (Flor).

Essas reuniões eram realizadas sob a supervisão de pelo menos um professor responsável pelo grupo, e era onde eles nos orientavam, mas era só na teoria mesmo, na prática eles não ficavam lá, não era toda reunião que tinha professor supervisionando. A gente tinha a nossa reunião que era com os alunos, e depois era pra ter uma vez por semana com todos os professores que eram responsáveis pelo grupo, mas que também não tinha toda semana e não iam todos os professores. (Therezinha).

Então eram agendadas as reuniões que a gente se encontrava, era meio que assim, porque cada um tinha um horário como aluno trabalhador e tem um horário certo para trabalhar né, e geralmente quem trabalha a tarde é aluno do noturno, então era assim, a gente começava aí chegava alguém, ou tinha que sair alguém, era em grupos, então a gente fazia essas reuniões, trazia tudo, as dúvidas, fazia alguns processos reflexivos, era bem interessante. (Ana Maria).

A fala das estagiárias reflete a realidade da falta de supervisão de campo e de supervisão direta, relatando que iam ao campo de estágio sozinhas, não tinham acompanhamento do supervisor de campo, apesar de até constar no plano de estágio, podemos perceber também a falta de compreensão do que é a supervisão de campo, relatada apenas como um momento para sanar as dúvidas e descrever o que foi realizado durante a atividade de estágio, e mais uma vez a questão do tempo foi mencionada, ocorrendo um desencontro nas supervisões grupais.

Quanto à falta de supervisão direta, fica evidente na fala de Isabel:

É porque não tem supervisão direta, não tem esse entendimento de processo educativo. (Isabel).

Aqui ela traz duas problemáticas, o não acompanhamento sistemático do supervisor no campo de estágio e a falta de entendimento da supervisão de campo como processo educativo, mesmo sendo efetivada por docentes da universidade.

Fabiana comenta sobre a diferença entre supervisão direta, que ela denomina cotidiana, da supervisão de campo planejada:

Porque há uma diferença da supervisão cotidiana e da supervisão mesmo agendada, supervisão individual que a gente costuma chamar, há uma diferença, e às vezes as pessoas confundem a supervisão individual com a cotidiana. Então a supervisão ela engloba o estágio de maneira geral, a

relação do estagiário com a supervisão, a relação do estagiário com os usuários, a relação do estagiário com os próprios técnicos que estão ali trabalhando com outros estagiários, então ela engloba também toda essa estrutura, não engloba somente a ação profissional do estagiário, mas engloba tudo, é um todo, então o momento da supervisão, é um momento que você para e reflete, que você consegue romper com aquele cotidiano, é um momento único seu, então ele tem que ser valorizado. Porque na verdade você estar ali todos os dias, é muito bom, porque tem uma dúvida tem um suporte, porém o momento que você para, deixa aquela correria, o silêncio, é diferente, o local onde você faz a supervisão, é diferente. (Fabiana).

Assim sendo, a supervisora ressalta a importância do momento específico para supervisão de campo, um espaço diferenciado do campo de estágio, que rompa com o cotidiano e proporcione o pensar crítico e a reflexão, onde seja possível compreender o trabalho que está realizando, as expressões da questão social e as contradições que permeiam a nossa realidade.

Sandra afirma que o projeto de extensão que coordena cumpre todos os requisitos para acolher estagiários, e que foi possível realizar as supervisões de campo e acompanhar o trabalhador estagiário no campo de estágio, mas alega que nem sempre pode estar presente em todas as atividades desempenhadas pelos estagiários, concluindo que isso ocorre em diversos campos de estágio, não é uma questão exclusiva da extensão universitária.

Entretanto, precisamos ressaltar que não são todos os projetos de extensão que cumprem com os requisitos para realização de estágio supervisionado.

O projeto de extensão cumpre todas as prerrogativas de um campo de estágio, inclusive com acompanhamento sistemático, sim, desse supervisor, fico com ele observando o que ele faz, agora tem encaminhamento que ele faz sozinho, como em qualquer outro campo de estágio, ligar para diretora da escola e marcar uma reunião não é tarefa de secretário, porque se ela perguntar alguma coisa tem que saber, do jeito que eu ligo, ela liga também, tanto faz, sabe essas coisas assim de ter habilidade de marcar reunião, faz sob minha supervisão, não é ela que mobiliza a associação, não é ela que faz a reunião, ela contribui, porque eu que faço, então cumpre todas as prerrogativas, ainda que tenha alguns limites, porque não é toda vez que ela vai que eu estou, eu estou naquilo que seria fundamental.

As supervisões de campo são realizadas depois da minha aula, toda semana eu dou supervisão, porque no ano passado tinham textos que eu não consegui discutir com a minha estagiária, aí esse ano eu estava devendo, por isso nós fazemos a supervisão toda semana com discussão de instrumental, texto, além das atividades que realizamos juntas, então a supervisão nós fazemos uma hora por semana, das outras meninas como eram alunas trabalhadoras nós fazíamos das seis às sete e meia, discutimos instrumental, discutimos plano, objetivos, etc. (Sandra).

Aqui novamente encontramos a supervisão de campo como uma problemática a ser efetivada nos campos de estágio, seja em projetos de extensão, ou em outros espaços sócio-ocupacionais, para que a supervisão de campo seja de fato concretizada é preciso primeiramente que os sujeitos envolvidos nesse processo tenham a clareza de sua importância e de seu significado para formação profissional, para que assim possam assumir tal tarefa se responsabilizando pelo cumprimento efetivo e com qualidade.

A extensão universitária como alternativa para realização de estágio supervisionado para trabalhadores precisa ser analisada criticamente, com todos os seus aspectos formativos e institucionais, portanto, refletimos sobre como foi concretizada essa experiência especificamente para trabalhadores no curso de Serviço Social.

3.5.6 A experiência de estágio supervisionado para trabalhadores estudantes na extensão universitária

Nesta categoria primeiramente vamos analisar como foi encaminhada a proposta do estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes em projetos de extensão universitária.

Nesse sentido, Maria das Graças comenta o contexto em que foi proposta a possibilidade de estágio para trabalhadores na extensão, enfatizando as dificuldades enfrentadas pela faculdade e pelo município:

Quando eu cheguei aqui assumi a coordenação de estágio com o grupo de professores que também estavam chegando na faculdade, e aí nos deparamos mesmo com esse encontro entre número maior de alunos trabalhadores, a dificuldade dos profissionais, porque foi justamente no ano que aconteceu a lei das 30 horas, a PNE que estava sendo aplicada e aqui no município de Franca mais especificamente uma outra realidade difícil, a diminuição de profissionais no município, então na história aqui de Franca, o que estava acontecendo na prefeitura, que é o grande contratador de assistentes sociais, uma demissão de assistentes sociais que tinham sido contratados de forma terceirizada, então eles saíram do município, então concorreu para diminuição dos campos de estágio muitos fatores ao mesmo tempo, então quando essa comissão assumiu o estágio na faculdade nos deparamos com um grande hiato entre número de trabalhadores e falta de campo de estágio para esses trabalhadores atuarem. Ai a nossa proposta foi que alguns grupos de extensão mais tradicionais, que tinham umas atividades mais sistemáticas e mais próximas da população fossem campo de estágio. (Maria das Graças).

Prossegue mencionando que os projetos de extensão que se efetivaram na ocasião como campos de estágio, foram os projetos que estavam consolidados na universidade,

possuíam um trabalho sistemático e estavam mais próximos da sociedade. Do aspecto burocrático e formal, explica como foi realizado o encaminhamento dos trabalhadores estagiários e dos projetos de extensão:

A comissão de estágio junto com o Conselho de Curso mandou um ofício para todos os projetos de extensão, aqueles que demonstraram interesse, esses então acolheram o aluno trabalhador, então não teve um critério, não teve uma análise. A gente sente que teve alguns que vieram porque gostaram do projeto, e outros que vieram mesmo sem gostar do projeto. Quando não há opção de escolha, é uma condição, então acho que isso também foi uma dificuldade. (Maria das Graças).

Ao contrário de Maria das Graças, a qual afirmou que foram os projetos de extensão que manifestaram interesse em receberem esses estagiários, a coordenadora da comissão de estágio manifesta que foi uma proposta impositiva:

Os grupos já existiam, na verdade a gente foi se adequando de acordo com a necessidade desde que tivesse a carga horária cumprida, mas ela não foi muito democrática não, ela foi mais imposta para atender as necessidades dos alunos trabalhadores. (Isabel).

Em conformidade, Sandra também questiona o modo como foi encaminhada essa proposta:

Nessa vez em que o setor de estágio, que ainda não era o Núcleo de Estágio propôs tal alternativa, no meu ponto de vista o maior problema, é que o próprio setor de estágio quis selecionar aqueles candidatos que atenderiam as condições que nós colocamos naquilo que seria necessário para o aluno ter de disponibilidade de tempo, ou de horário, ou de identificação, enfim, mas principalmente tempo.

Então eu acho que o procedimento para seleção dos alunos trabalhadores foi do meu ponto de vista muito equivocado, e isso veio trazer como rebatimento essa dificuldade de identificação. (Sandra).

Aqui é ressaltada a questão da seleção dos trabalhadores estagiários, que foi realizada pelo setor de estágio visando principalmente atender o cumprimento de carga horária exigida, e adequar os horários dos estagiários às atividades desempenhadas nos grupos de extensão, mais preocupados com o cumprimento de uma exigência do que com o estágio supervisionado em si, provocando, segundo Sandra, uma falta de identificação dos estagiários com o projeto, dificultando o desenrolar do estágio supervisionado.

Fabiana também comenta sobre a inserção dos trabalhadores nos projetos de extensão universitária, enfatizando que foi um erro a forma como foi encaminhada essa possibilidade, alertando que nem todos os projetos de extensão estão aptos a receber estagiários, ou seja, além de projetos de extensão precisam ser campos de estágio, cumprindo todas as prerrogativas necessárias:

Então nem todos os projetos de extensão estão aptos a receber esses estudantes, depende muito da característica do projeto de extensão, e o que aconteceu foi que nós colocamos em todos, porque nós fizemos um estudo da realidade, então nós verificamos quantos alunos trabalhadores tinham, quais eram os projetos que nós tínhamos e perguntamos quanto que cada coordenador de projeto poderia receber e distribuimos mais ou menos de maneira igual para todos os projetos, e também conforme o estagiário, porque talvez um estagiário estudava a demanda x, e aí a gente procurava encaminhar para aquela realidade, então nós fizemos todo esse trabalho, porém alguns projetos acabaram não dando certo nesse sentido, então foi isso que aconteceu. (Fabiana).

Outra temática apontada foi a falta de respaldo da faculdade, aqui representada pelo antigo setor de estágio e pela coordenação de curso quanto à promoção de reflexões acerca desse estágio e suporte para os supervisores de campo, Mauricio comenta que houve uma preocupação inicial, mas não houve uma avaliação posterior para discussão e troca de experiências:

Houve, então, uma preocupação do setor de estágio (isso é verdade), com relação a grande quantidade de alunos que estavam sem estágio: ponto (nada mais) [...]. Nunca fui chamado para participar de qualquer instância, seja de Conselho de Curso, de Graduação, de Departamento, para discutir essa experiência. Então você vai dizer: houve uma preocupação do setor de estágio? Houve no sentido que tinham muitos alunos sem estágio e é responsabilidade do setor atuar sobre essa demanda. Mas não houve, posteriormente, a iniciativa para fazer uma avaliação disso, muito menos um convite para aprender com a experiência dos outros e passar a experiência do meu projeto.

Entretanto, outra supervisora afirma que ocorreu uma reunião em nível de departamento e comissão de estágio, onde foi avaliado o estágio supervisionado realizado nos projetos de extensão destinados aos trabalhadores:

Teve uma reunião no departamento de Serviço Social, que na verdade nós avaliamos na reunião de departamento que os projetos realmente não tinham dado o resultado que deveriam ter dado, e teve uma reunião da comissão de estágio também, que avaliou tudo isso, porque nem todos os projetos fizeram

as supervisões, nem todos os projetos o estudante foi a campo, teve projeto que só assinou e que o estudante não teve contato com a realidade. (Fabiana).

Portanto, a reunião, segundo Fabiana, ficou restrita ao departamento e comissão de estágio, de qualquer forma não foi uma reunião que convocou todos os supervisores de campo dos projetos de extensão para pensar coletivamente como tinha sido concretizado esse estágio. Esta fala vem mais uma vez evidenciar a dificuldade relativa à integração entre os diversos setores que fazem parte da política de estágio do curso de Serviço Social.

Para sabermos como realmente foi efetivado o estágio supervisionado para os trabalhadores estudantes nos projetos de extensão, indagamos sobre como foi essa experiência para os diversos sujeitos que compõem esse processo.

As estagiárias destacaram alguns pontos positivos dessa vivência, como a flexibilidade dos horários, a aproximação com o supervisor de campo que também é professor da universidade, facilitando, assim, essa relação e a troca de experiência proporcionada pelo estágio em grupo:

Acho que uma facilidade é a flexibilidade, que se adapta aos horários que a gente pode. Porque tem as reuniões no final de tarde ou em horários vagos, até no final a gente ficou com um projeto de vir um sábado por mês pra discutir texto, pra não ficar tão solto as coisas, então assim, eu acho que é muito bom. (Rosana).

Eu acho que quando você está na faculdade, tem uma aproximação maior com o professor, e isso facilita o esclarecimento de dúvidas. (Flor).

A realização do estágio em grupo me ajudou muito, pois eram várias pessoas com várias ideias, então a gente tinha que ouvir e respeitar a opinião de cada membro e chegar ao consenso do que era melhor para o grupo. Foi uma experiência muito positiva e dinâmica.

Foi bom por causa do horário, que era compatível com o trabalho, então os professores não opinavam, a gente decidia um horário e a gente fazia as reuniões, então foi bem fácil nesse sentido, e dentro do grupo os alunos que estavam fazendo estágio ajudavam muito uns aos outros, então isso foi muito bom. (Therezinha).

Como eu já te disse é de extrema importância essa experiência, você trabalhar com usuário, aprender a desenvolver atividades, você vê o trabalho profissional como ele acontece, então é de extrema importância. (Ana Maria).

Apresentaram também algumas dificuldades, como em qualquer outro campo de estágio os projetos de extensão universitária também apresentam obstáculos, de acordo com a análise realizada as dificuldades que mais instituíram limitações foram à conciliação dos

horários para realizar a supervisão de campo e a presença permanente do supervisor de campo no campo de estágio.

Com relação às dificuldades enquanto supervisor de campo dentro do projeto de alunos trabalhadores, a maior dificuldade que eu acredito que eu tive foi conciliar o horário desses estudantes para fazer a supervisão. (Fabiana).

Fundamentalmente tempo para fazer supervisão de campo nas atividades, a supervisão que você faz discutindo o texto, ele fez um instrumental e você corrige isso é coisa que a gente consegue fazer com muita facilidade, pois estamos habituados a fazer, agora às vezes a ida a campo não tinha a frequência que eu considerava fundamental, era uma frequência possível, acho que essa foi a maior dificuldade. (Sandra).

Olha, foi mais assim, com relação a participar mais intensivamente das atividades, como eu te falei, eu entrei já estava no final do ano e início de semestre, só que eu já tinha me comprometido com outras atividades, porque eu não estava pensando que assumiria essa função de supervisora, então eu deveria ter participado um pouco mais das atividades. (Irene).

Irene comenta que assumiu a função de supervisora de campo já no final do ano letivo e que foi convidada a supervisionar os trabalhadores estudantes justamente pela elevada demanda de estagiários e falta de supervisores de campo. Irene é docente da universidade, no entanto não desempenha a função de coordenadora do projeto de extensão, sendo convidada a supervisionar os trabalhadores estudantes.

Portanto, as limitações apresentadas estão relacionadas com a supervisão de campo, constatando que o fator tempo mencionado nas entrevistas é um fator limitante, mas ao mesmo tempo, temos que refletir que dentre os quatro supervisores de campo sujeitos da pesquisa, três são também coordenadores dos grupos de extensão, trabalhando na gestão desses projetos e não na execução propriamente dita.

Dessa forma, o que acontece é que os coordenadores não executam diretamente as atividades propostas pelos projetos, o que seria diferente se tivesse um (a) assistente social contratado para assumir tal função. Assim, seria ideal que somente aqueles projetos que contam com a contratação de um (a) assistente social para supervisionar os estagiários, teriam condições de ter estágio supervisionado para trabalhadores estudantes.

Ainda nesse sentido, Therezinha encara essa problemática descrita como falta de comprometimento dos professores, pois teve que realizar as atividades de estágio a maior parte do tempo sozinha, sem supervisão direta:

A falta de comprometimento dos professores atrapalhou muito, porque eles marcavam reunião e muitas vezes a gente organizava oficina e eles não iam às oficinas, a gente fazia por conta, então se alguém perguntasse tinha ido algum professor, mas na verdade não tinha ido. As visitas domiciliares que realizei foram sozinhas, não tinha supervisor, a gente não sabia nem o que ia fazer, não sabia nem o que era a visita domiciliar, foi muito difícil. (Therezinha).

A fala da estagiária reflete a falta de supervisão direta de um profissional assistente social, sendo obrigatória a realização dessa supervisão de acordo com a Resolução CFESS nº 533. Esse relato demonstra a realidade de muitos campos de estágio que não possuem supervisão direta de um profissional, fazendo com que os estagiários exerçam funções que não são de sua competência, ressaltando que o estagiário é um estudante em processo de formação, por isso devem ser resguardados todos os preceitos educativos no estágio supervisionado, o discente não está apto para exercer a função de um (a) assistente social, muito menos de exercer funções que não estão relacionadas ao Serviço Social.

Para conhecermos essa realidade questionamos também quais foram as atividades desempenhadas por esses trabalhadores estudantes nos projetos de extensão, sendo mencionadas as seguintes: realização de oficinas, dinâmicas em grupo, documentação referente ao projeto de extensão, visitas domiciliares, estudos sociais e entrevistas, todas atribuições do (a) assistente social.

Aprendemos a elaborar relatório social, fazer entrevista social, porque nas visitas íamos sozinhos, então a gente não tinha ali naquele momento suporte de recorrer ao supervisor, mas assim nós íamos embasados teoricamente para chegar lá e você saber como lidar com a família, e se a gente não soubesse responder ficava de vim falar com os professores, e depois levar uma resposta para as famílias. (Ana Maria).

A gente fazia reuniões na escola, aí a gente realizava dinâmicas, oficinas, visitas domiciliares, era assim. (Therezinha).

Realizávamos oficinas, no primeiro ano teve a visita domiciliar, que é um instrumental muito importante, e fazíamos também os relatórios das atividades que estavam sendo feitas para os professores avaliarem depois. (Flor).

As atividades que eu desempenhava no grupo era preparação, a gente escolhia um tema a ser abordado para as oficinas com as crianças que eram de sexta série, aí a gente preparava, procurava as dinâmicas, os textos, para fazer uma oficina gostosa, que eles sentissem prazer de ir e procurando usar temáticas das escolhas deles, que eles mesmos escolhiam, a gente perguntava o que eles tinham interesse em saber e trabalhava em cima disso né, sempre com a metodologia de Paulo Freire, educação horizontal, que é a educação popular, que a educação em minha opinião tinha que ser assim. E

também em relação à documentação pra fazer a aprovação do projeto para o próximo ano, mais isso assim, divulgação de texto, parte da secretária também. (Rosana).

Quando questionamos os supervisores de campo, a coordenadora do curso e a comissão de estágio a respeito de como avaliam essa experiência de estágio na extensão para trabalhadores, dois sujeitos acreditam que em termos de formação profissional não foi positiva, o restante avalia como válida, necessária e importante, mas que poderia ter sido melhor:

Eu não acho que foi muito positiva não, pela fala dos próprios alunos não só do meu projeto, como dos outros projetos também, eu acho que não atingiu o objetivo que era proposto, eu acho que ficou a dever, pelo acúmulo de trabalho que os professores têm, pela limitada dedicação que eles tem aos projetos de extensão, porque a gente não se dedica integralmente a isso, então você não está ali vivenciando junto com o aluno as atividades próprias do assistente social. Então em minha opinião teve muito mais dificuldades do que pontos positivos de uma maneira geral, pode até ter sido em alguns espaços melhor, mas eu acho que foi muito difícil para o supervisor de campo que era o professor coordenador do grupo de extensão, para o aluno que estava também indo nessa atividade, o fato dele não vivenciar todos os momentos do exercício profissional, eu acho que tudo isso influenciou. (Maria das Graças).

Novamente é refletida a sobreposição de funções do docente universitário e a não realização de supervisão de campo, sendo motivos para Maria das Graças avaliar como uma experiência negativa.

Percebemos que Isabel também qualifica essa vivência como negativa, mais uma vez, menciona o envolvimento dos professores que não foi satisfatório pela quantidade de tarefas que são obrigados a cumprir e por serem coordenadores dos projetos,- o que implica, como já mencionado, em atividades de gestão relacionadas à função de assistente social no exercício da docência e não enquanto assistente social do projeto. Refere-se, ainda, à falta de supervisão direta, ou seja, de acompanhamento sistemático no campo de estágio e não apenas nas reuniões do grupo de extensão na universidade. Conclui que foi uma alternativa proposta para atender esses trabalhadores que estavam sem estágio, porém atualmente o Núcleo de Estágio não tem encaminhado trabalhadores estagiários para os projetos de extensão, como foi feito anteriormente, apenas alguns projetos que têm interesse continuam recebendo esses trabalhadores, mas fazem a sua seleção sem o encaminhamento do Núcleo de Estágio.

Ela não foi nada positiva, a proposta já começou sabendo que não ia dar certo, até porque os supervisores, que somos nós professores, a gente não estava tão envolvido, a gente estava fazendo outras coisas também, então aquela supervisão direta que a gente tinha que ter, a gente percebeu que não era efetivado nos projetos de extensão, enfim, então acho que ela não foi positiva, e a gente já sabia que não seria, na verdade a gente fez mais para poder atender esses alunos e essa necessidade, tanto é que acho que está até extinta, um ou outro projeto de extensão só, que está continuando com essa proposta. (Isabel)

Nesse sentido, Fabiana também comenta sobre as condições de trabalho docente e a reduzida carga horária dedicada à extensão universitária:

Acho que poderia ser melhor, se nós tivéssemos uma condição de trabalho, uma dedicação à extensão universitária diferenciada, porque como a nossa carga horária de extensão universitária é pequena, então isso fica também prejudicado, se nós tivéssemos mais tempo para extensão universitária, eu acredito que a qualidade seria melhor, das supervisões, do estágio, seria diferente. (Fabiana).

Aqui podemos enfatizar novamente a contratação de um profissional para supervisionar os trabalhadores estagiários, visto que os coordenadores dos projetos de extensão não assumem tal função, porque estão engajados na gestão desses projetos, sendo responsáveis pela coordenação e não execução.

Sandra acredita que o seu projeto de extensão cumpriu todas as prerrogativas que um campo de estágio precisa oferecer ao estagiário, entretanto ainda pensa que poderia ter sido melhor encaminhada essa proposta. Ao contrário, Nilda acredita que o estágio na extensão universitária não possibilita a vivência de um contexto institucional e a aplicação de um projeto de intervenção em meio às contradições da sociedade:

Se a gente for pensar do ponto de vista objetivo não foi ruim o estágio, elas discutiram os instrumentais, a própria discussão de projeto, visita domiciliar, fizemos levantamento, em si não foi um estágio ruim, tinha tudo que um campo de estágio tem agora perto do que pode ser foi ruim. (Sandra).

Eu acredito que os grupos de extensão são muito válidos para a formação profissional no âmbito do tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão) e que os estudantes precisam participar destas atividades, porém penso que não é a melhor opção para a realização do estágio supervisionado, pois nesta modalidade os estudantes perdem a possibilidade de viver experiências do contexto institucional e do processo de intervenção do profissional diante das contradições desta conjuntura. (Nilda).

Pensando nas dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e supervisores de campo, Mauricio acredita que nem todo projeto de extensão universitária está apto a receber estagiário, principalmente os trabalhadores:

Eu acho que o estágio curricular, junto à extensão universitária, é um desafio bastante atual. Penso que não podemos reproduzir nem aquela perspectiva que acha que não há possibilidade de pensar o estágio curricular na extensão, mas também não podemos defender aquela outra posição de que extensão e estágio são sinônimos. Eu acho que esse é o grande “pulo do gato”: pensar as possibilidades no interior dessas experiências. Creio que existem experiências de extensão que podem ser também estágio curricular, desde que se pense corretamente essa relação. Porém, existem experiências de extensão que não podem, porque é extensão propriamente dita, com uma diversidade dos alunos. (Mauricio).

Aqui o supervisor ressalta uma ideia importante, que extensão e estágio não são sinônimos, e que para concretizar o estágio na extensão, ela precisa ser pensada como campo de estágio, ou seja, ir além das atividades extensionistas. É preciso apreender a utilização dos instrumentos e técnicas do Serviço Social, orientados pela direção teórica e ético-política, é preciso definir quais são as atividades de extensão e quais são as atividades de estágio, em um limite muito sensível, que deve estar claro para os coordenadores, supervisores e estagiários.

Pensamos que é preciso ir além das vivências comunitárias proporcionadas pela extensão universitária, devemos pensar a particularidade da profissão e da formação profissional, essa questão que poderá fazer a diferença em tornar o grupo de extensão, um campo de estágio.

Mauricio ainda fala sobre como observar quais projetos de extensão têm possibilidade de se tornarem campo de estágio:

Penso que o perfil do grupo, os objetivos dele, suas intencionalidades e as condições objetivas vão determinar esse potencial na direção de um ou outro lado ou ainda articular as duas dimensões ao mesmo tempo. Agora, penso que exercer as experiências como supervisor de campo e acadêmico, ao mesmo tempo, não dá: são atividades incompatíveis para uma mesma pessoa exercer simultaneamente. É bastante complicado mesmo quando o supervisor é experiente e habilidoso. (Mauricio).

Toca ainda em um assunto de extrema importância: as funções de supervisor de campo e supervisor acadêmico são incompatíveis, elas não podem ser exercidas pela mesma pessoa, tal aspecto deve ser bem encaminhado dentro da universidade para que essas funções não se unam.

Ao analisarmos as entrevistas procuramos compreender a realidade concreta do processo de estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes, tendo como campo de estágio os projetos de extensão universitária, procuramos apreender tal realidade por meio da fala dos sujeitos entrevistados observadas a luz da teoria pesquisada.

Podemos perceber, por meio da análise realizada, as dificuldades enfrentadas para concretização de estágio para trabalhadores estudantes, limitações de diversas naturezas, sejam elas institucionais, de tempo, pessoais, e do próprio contexto que vivenciamos.

Dessa forma, nos aproximamos da realidade de estágio vivenciada por trabalhadores estudantes dentro dos grupos de extensão universitária no curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca. Pesquisamos sobre o estágio supervisionado, conhecemos a realidade desses trabalhadores que são estudantes, além de identificarmos a organização estrutural da política de estágio do curso.

De maneira sintética podemos inferir que o ingresso de trabalhadores no curso de Serviço Social da UNESP /Franca faz parte de uma conquista da classe trabalhadora no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, e ao aumento das possibilidades de ascensão por meio das propostas efetivas através das cotas e financiamentos universitários, que são passíveis de uma análise crítica se compreendidos no viés da qualidade e da permanência estudantil.

Podemos considerar também, que esse aumento traz consigo novas problemáticas dentro da universidade e uma delas é o estágio supervisionado, no entanto, também foram mencionadas as questões referentes às dificuldades que os trabalhadores estudantes enfrentam para conclusão do curso de graduação, dificuldades como falta de tempo e cansaço que impedem a participação ativa em todas as propostas oferecidas pela universidade.

Mesmo sendo o estágio supervisionado um fator que dificulta a concretização do curso por parte dos trabalhadores estudantes, ele é analisado pelos sujeitos da pesquisa como fundamental para formação profissional, todos concordam quanto a sua importância e necessidade para o curso de Serviço Social.

Diante de tal importância acreditamos ser necessário pesquisar sobre como a universidade tem materializado essa importância em sua política de estágio interna, e também encontramos dificuldades para sua efetivação, principalmente pelo acúmulo de atividades docentes, e o número reduzido de profissionais.

Mas também, devemos evidenciar a conquista do Núcleo de Estágio e a luta pela concretização da supervisão acadêmica, percebendo que mesmo com todas as implicações

desfavoráveis, os docentes e estudantes estão lutando pela qualidade do estágio supervisionado e conseqüentemente do curso de Serviço Social.

Pensando nos trabalhadores pesquisamos sobre as estratégias e alternativas que estão sendo ofertadas pela universidade para materialização de estágio supervisionado, entretanto, as possibilidades encaminhadas foram no sentido de procurar instituições que ofereçam estágios aos finais de semana e ou em horários alternativos, além da possibilidade de inserção dos trabalhadores nos projetos de extensão, refletindo também sobre a alternativa desse estudante se formar em cinco anos, porém essa alternativa foi questionada pelos próprios sujeitos da pesquisa, que acreditam que não seja viável.

Analisamos como foi realizada a experiência do estágio nos projetos de extensão voltada aos trabalhadores discentes, trazendo consigo as facilidades, dificuldades dos trabalhadores e supervisores de campo, e as atividades desempenhadas enquanto estagiários.

Inicialmente encontramos conteúdo sobre como foi decidida a realização do estágio nos grupos de extensão universitária, e observamos alguns desencontros na fala dos sujeitos, demonstrando ter sido percebida por alguns como impositiva, para outros como desesperada, para atender a demanda de trabalhadores estagiários.

Como pontos positivos os estagiários trouxeram a flexibilidade de horários, a aproximação com supervisor de campo, e a troca de experiências por ser um estágio em grupo. Em contraposição trouxeram algumas dificuldades, como a conciliação dos horários para realizar a supervisão de campo e a presença permanente do supervisor de campo no campo de estágio. Os supervisores também trazem dificuldades referentes ao acúmulo de atividades dentro da universidade.

Quando o assunto é referente às atividades que os trabalhadores estagiários desempenharam nos projetos de extensão, aparecem a realização de oficinas, dinâmicas em grupo, documentação referente ao projeto de extensão, visitas domiciliares, estudos sociais e entrevistas, atribuições compatíveis com as atividades desempenhadas por um (a) assistente social, demonstrando assim, que o projeto de extensão pode proporcionar a vivência de atividades relacionadas ao cotidiano profissional, vivenciadas em um campo de estágio institucional.

Posteriormente ponderamos como os sujeitos integrantes desse processo de estágio avaliaram a experiência, e encontramos discursos insatisfatórios que avaliam como negativa em relação à qualidade da formação profissional, alguns consideram que a experiência foi

válida e principalmente necessária diante da demanda apresentada, no entanto todos concordam que a proposta poderia ter sido melhor encaminhada e efetivada.

Analizamos também, como eram realizadas as supervisões acadêmicas e as supervisões de campo, pois foi uma questão que permeou todo o assunto levantado pelos sujeitos da pesquisa, tanto estagiários, coordenadores e supervisores.

Quanto às supervisões acadêmicas comprovamos que ela ainda não está estabelecida na grade curricular do curso, e para efetivá-la os professores precisam definir estratégias ao longo do ano para contemplar o que está previsto na Política Nacional de Estágio, portanto, ela ainda é uma conquista a ser efetivada na universidade.

No que diz respeito à supervisão de campo, deixa também a desejar, pela análise das entrevistas, observamos que muitas vezes ela não foi concretizada nos projetos de extensão e outras vezes foi realizada de forma pontual, aliada à falta de supervisão direta no campo de estágio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Somos sempre aprendizes da profissão
e estagiários da vida .”

Alves Franco

Consideramos o estágio supervisionado um componente curricular fundamental para formação profissional em Serviço Social, visto que a profissão intervém diretamente na realidade social, articulando suas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

O processo de estágio supervisionado é um momento essencial para o estudante se aproximar das expressões da questão social, objeto de estudo e intervenção do (a) assistente social, dos usuários dos serviços sociais e vivenciar o cotidiano profissional, integrando teoria e prática, sempre em uma relação de ensino e aprendizagem, destacando o aspecto educativo e formativo do estágio.

Nessa perspectiva, procuramos compreender o estágio supervisionado realizado pelos trabalhadores estudantes nos projetos de extensão universitária. Sendo assim, refletimos sobre três aspectos fundamentais relacionados ao nosso objeto de estudo, sendo eles: o trabalho, a educação, e o estágio supervisionado.

Para tanto, evidenciamos a categoria trabalho, ressaltando a sua centralidade, pois ela está intimamente associada ao nosso tema de pesquisa e nossos objetivos.

Analisamos, também, a educação enquanto categoria ontológica e a sua configuração na sociedade contemporânea, destacando a formação profissional em Serviço Social, que está inserida nesse contexto educacional.

Refletimos ainda, sobre as leis que norteiam o processo de estágio supervisionado, enfatizando novamente, a sua importância.

Demonstramos o perfil dos trabalhadores estudantes, através da aplicação do questionário, que nos possibilitou evidenciar e refletir sobre essa realidade.

Para nos aproximarmos da realidade de estágio vivenciada pelos trabalhadores estudantes dentro dos grupos de extensão, foi de suma importância a realização da pesquisa de campo, na qual analisamos, por meio das entrevistas, a realidade a partir da fala dos sujeitos que a vivenciam.

Ressaltamos que dada às condições objetivas de vida na sociedade capitalista, entendemos a necessidade do trabalho na vida desses estudantes, entretanto, também devemos

considerar a magnitude que o estágio supervisionado assume na formação profissional em Serviço Social, não podemos fechar os olhos para essa problemática.

Podemos constatar de acordo com a fala dos sujeitos da pesquisa, que o ingresso de trabalhadores estudantes no curso de Serviço Social da UNESP/Franca tem aumentado consideravelmente, sendo assim, atribuem esse aumento às novas possibilidades de inserção no ensino superior, que fazem parte da política de redemocratização do ensino, mas que se analisadas em sua totalidade, observaremos que são políticas compensatórias que promovem a massificação do ensino superior, e não a sua democratização.

É inegável que a inserção dos trabalhadores estudantes na universidade traz consigo algumas questões particulares, como por exemplo, a dificuldade em relação à realização do estágio, e até mesmo a reestruturação da unidade de formação acadêmica para acolher esse discente, pensando, sobretudo, nas políticas de permanência estudantil, e até mesmo nas dinâmicas das aulas, que segundo os docentes partícipes da pesquisa, precisam ser revistas e adequadas à realidade dos trabalhadores estudantes, mas mantendo a qualidade do ensino ofertado.

As dificuldades apresentadas pelos trabalhadores estudantes estão ligadas basicamente ao cansaço, desgaste e falta de tempo em decorrência do trabalho. Porém, mesmo sendo o estágio supervisionado mencionado entre as limitações enfrentadas, todos os sujeitos reconhecem a sua importância para formação em Serviço Social.

Outra problemática evidenciada pelos docentes supervisores de campo foi a política de estágio interna da faculdade, que enfrenta limitações em decorrência da estrutura organizacional da universidade pública.

Considerando o nosso questionamento inicial, acreditamos que o estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes do curso de Serviço Social da UNESP/Franca, no período que compreende essa pesquisa, ou seja, 2012 e 2013, não proporcionou uma contribuição efetiva do ponto de vista da qualidade da formação, e também não atendeu a demanda apresentada, pois se analisarmos a demanda de trabalhadores estagiários e a oferta de vagas para estágio nos projetos de extensão, essa alternativa também não foi eficaz.

Ressaltamos que a extensão universitária pode ser campo de estágio, porém nem todos os projetos estão aptos para receber estagiários, destacando que extensão universitária e estágio supervisionado não são sinônimos.

Percebemos que essa possibilidade foi realmente uma alternativa encontrada pela Faculdade para atender os trabalhadores estagiários que ainda estavam sem estágio, porém segundo relatos dos próprios docentes, foi uma medida “desesperada”, movida realmente pela necessidade urgente, inserindo os trabalhadores estudantes nos projetos de extensão que aceitaram recebê-los, de forma essencialmente baseada no fator tempo e disponibilidade de horários, acarretando uma falta de identificação dos estagiários com as atividades desempenhadas nos projetos.

Constatamos que o maior problema foi em relação à supervisão de campo, que em alguns projetos de extensão não aconteceram, porque não foi viabilizada a supervisão direta, isto é, a falta de acompanhamento direto de um profissional no campo de estágio, tendo em vista a função de coordenação dos docentes nos referidos projetos.

A contratação de um (a) assistente social para supervisionar os trabalhadores estagiários é fundamental, para proporcionar um acompanhamento sistemático. Dessa forma, apenas os grupos de extensão que possuem esse profissional poderiam oferecer o estágio supervisionado, visto que os coordenadores dos projetos não têm essa responsabilidade, pois estão na gestão e não na execução das atividades extensionistas.

Os sujeitos desta pesquisa indicaram, ainda, a necessidade de contratação de um profissional exclusivo para a organização e efetivação da política de estágio no curso, que ficasse à frente do Núcleo de Estágio. Um profissional que acompanhe sistematicamente as discussões em torno do assunto e esteja próximo das instituições campo de estágio, além de organizar as supervisões acadêmicas, e questões administrativas e burocráticas que dizem respeito ao estágio supervisionado.

A realização das supervisões acadêmicas também é imprescindível, facilitando o processo de reflexão sobre a prática do estágio supervisionado, sendo essencial para todos os estagiários, trabalhadores ou não.

Também é importante a continuidade da busca de estágios que proporcionem horários flexíveis, e aos finais de semana. Sabe-se que alguns trabalhadores estudantes conseguem se organizar quanto à realização do estágio supervisionado, como podemos observar no gráfico 24, que apresentou dados relativos ao local em que os trabalhadores estudantes realizavam o estágio supervisionado.

Porém, essa problemática deve ser enfrentada coletivamente e perpassa fundamentalmente a efetivação de políticas públicas de educação e permanência estudantil, para que os trabalhadores estudantes ingressem e concluam o ensino superior, com a

possibilidade de vivenciar e participar de todas as atividades que uma universidade proporciona.

Portanto, a extensão universitária pode ser uma alternativa de estágio para trabalhadores estudantes, desde que ocorram as supervisões de campo, supervisões acadêmicas, proporcione o desenvolvimento de habilidades profissionais, indissociabilidade entre teoria e prática, vivência de um contexto profissional, e aproximação das expressões da questão social. Para tanto, é necessário que o projeto de extensão tenha atividades que vão além das extensionistas, possibilitando a realização de atividades condizentes com o estágio supervisionado em Serviço Social.

A forma como foi efetivada essa possibilidade no curso de Serviço Social da UNESP/Franca não contribuiu significativamente para a formação profissional, tendo em vista as limitações e obstáculos apresentados ao longo da pesquisa, evidenciando ainda, a falta de integração entre os setores que compõem a política de estágio no curso.

Por fim, consideramos que através da pesquisa foi possível investigarmos sobre a realidade de estágio supervisionado vivenciado por trabalhadores estudantes, pesquisar sobre o estágio em Serviço Social, conhecer a realidade dos trabalhadores estudantes estagiários dos grupos de extensão, identificar a organização da política de estágio no curso, além de investigarmos como aconteceu o processo de estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes nos grupos de extensão, possibilitando a reflexão acerca do tema.

Pela observação dos aspectos analisados ao longo da dissertação, acreditamos que houve um avanço em relação à formação profissional em Serviço Social, entretanto diante do contexto contemporâneo, precisamos caminhar na direção da defesa de uma educação gratuita e com qualidade que possa atender a todos, inclusive os trabalhadores estudantes.

Ressaltando que a realidade concreta nos impõe diversos desafios e limitações, contudo devemos partir dessa mesma realidade para efetivar mudanças, pois o cotidiano profissional também pode apresentar possibilidades de resistência e luta.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. In: CRESS 9ª Região. (Org). **Legislação brasileira para o Serviço Social: coletânea de leis e resoluções**. 2. ed. São Paulo, 2006.

_____. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, DF, 2010.

ALVES, G. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista Rede de Estudos do Trabalho**, Marília, ano 5, n.8, p. 1-31, 2011.

_____.; PUZIOL, J. As metamorfoses do mundo social do trabalho e a educação profissional. **Revista Rede de Estudos do Trabalho**, Marília, ano 3, n. 6, p. 1-13, 2010.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, M. A. R. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

ÁVILA, M. R. Influência da questão de gênero. **Boletim Conexão Geraes**, Belo Horizonte, ano 21, n. 69, p. 1-8, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed. 70, 2011.

BOLETIM DO ESTÁGIO: Boletim Informativo da Coordenação de Extensão e Estágio da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, n. 0, maio 2008. 2 p.

BRASIL. Decreto Lei n. 2.162, de 1 de maio de 1940. Institue o salário mínimo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 1 maio de 1940. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37717>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. Decreto Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Rio de Janeiro, 1 maio 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. p. 1. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 jul. 2014

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/aequivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Decreto Lei n. 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da LDB (Lei n. 9.394/96). **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 fev. 1998a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 15 nov.2014.

_____. Decreto Lei n. 2.561, de 27 de abril de 1998. Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 abr. 1998b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/TREAD.pdf>>. Acesso em: 15 nov.2014.

_____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 18 ago. 2014.

_____. Ministério de Desenvolvimento e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**: Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/secretarias/pnas_final.pdf>. Acesso em: 27 set. 2014.

_____. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 13 de jul. 2014.

_____. Lei n. 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do assistente social. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm>. Acesso em: 18 ago.. 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Lei nº13. 005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014.

BOLETIM CONEXÃO GERAIS. Belo Horizonte: CRESS – 6ª Região, ano 21, n. 69, 2014. 8 p.

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995.

BURIOLLA, M. A. F. **O estágio supervisionado**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CARTAS encíclicas: Quadragesimo Anno de Pio XI e Rerum Novarum de Leão XIII. Porto Alegre: Globo, 1932.

CFESS. **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, DF, 2005.

_____. **Conferências e deliberações do 38º encontro nacional CFESS-CRESS: socializar riqueza para romper desigualdade: mediações e desafios do projeto ético-político profissional**. Brasília, DF, 2011.

_____. **Código de ética do/a assistente social - Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF, 2012.

_____. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 mar. 1993.

_____. Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 out. 2008. 107. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2014.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

CHIACHIRI FILHO, J. **Cidade**. In: GUIA SEI. Franca, 2010.

COLIN, D. R. A. **LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social anotada**. São Paulo: Veras, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 abr. 2002. Seção 1. p. 33. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>>. Acesso: 14 abr. 2015.

CRESS. 9ª Região (Org.). **Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para a instrumentação do (a) assistente social**. 3. ed. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2007.

FARIA, D. S. (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América latina**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

FARINELLI, M. R. **A relação entre trabalho e educação nas indústrias de calçados de Franca –SP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

GIAQUETO, A. O lugar do estágio supervisionado: aportes legais, desafios atuais. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 24, p. 1-16, 2013.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUELLI, F. C. F. **As diretrizes curriculares: o verso e o anverso da formação profissional em Serviço Social**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. **Canais: cidades@**. São Paulo: Franca: infográficos: dados gerais do município. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=351620>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira do ano de 2014**. Rio de Janeiro, 2014.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009a.

_____. Estágio supervisionado, formação e exercício profissional em Serviço Social: desafios e estratégias para a defesa e consolidação do projeto ético-político. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 9, n. 17, p. 39-60, 2009b.

LIMA, R. L. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar. 2014.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993

MARTINELLI, M. L. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 19, n.57, p. 133-148, jul. 1998.

MARTINIANO, L. A. **Dimensões e limites da supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social**. 2011. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2011.

MARTINS, L. C. O. **O programa de pós-graduação em Serviço Social da UNESP, campus de Franca: uma análise das tendências temáticas nas dissertações de mestrado**. 2001. (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **Crítica da educação e do ensino**. São Paulo: Moraes, 1978.

_____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. t. 1.
1985 t. II. V. I.

_____. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. t. 2. v. 1.

_____. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Global, 1987.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOGUEIRA, M. D. P. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, D. S. (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América latina**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

OLIVEIRA, C. A. H. S. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, v. 80, p. 59-81, nov. 2004.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

PONTES, R. N. **A mediação e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, S. R. As diretrizes curriculares e a política nacional de estágio: fundamentos, polêmicas e desafios. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 9, n. 17, p. 21-37, 2009.

REZENDE, V.D. **Anônimas da história: relações de trabalho e atuação política de sapateiras entre as décadas de 1950 e 1980**. 2006. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, C. M. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 52.756, de 27 de fevereiro de 2008. Institui o Programa de Estágios em órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Indireta e Fundacional e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, 28 fev. 2008. Seção 1. p. 28. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20080228&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=28>>. Acesso em: 2015.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007.

SILVA, M. G. M. **Extensão: a face social da universidade?** Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

SILVA, M. O. S. O processo de reconceituação do Serviço Social no Brasil: emergência do movimento de ruptura. In: _____. (Org.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, S. P.; QUIMELLI, G. A. S. A extensão universitária como espaço de formação profissional do assistente social e a efetivação dos princípios do projeto ético – político. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 279 -296, 2006.

SOUSA, A. L. L. Concepção de extensão universitária: ainda precisamos de falar sobre isso? In: FARIA, D. S. (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América latina**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

TONET, I. Educação e ontologia marxiana. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11, n. 41, p. 135-145, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3274/2901>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESP. **Perfil da extensão universitária da Unesp**. São Paulo: Ed. Unesp/Proex, 2008.

_____. **Guia da extensão universitária**. [elaboração Maria Amélia Máximo de Araújo et al.]. São Paulo: Ed. UNESP, PROEX, 2012a.

_____. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. **Instituição**. Franca, 2012b. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/#!/instituicao/>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Pró-Reitoria de Extensão Universitária. **Banco de dados**. São Paulo, 2014a. Disponível em: <<http://www.proex-unesp.com.br/>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

UNESP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. **Graduação**. Franca, 2014b. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/#!/graduacao/cursos-teste/servico-social/>> Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. **Núcleo de Estágio em Serviço Social**. Franca, 2014c. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/#!/graduacao/estagio-de-servico-social/>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

VARGAS, H. M; PAULA, M. F. C. A inclusão do estudante trabalhador e do trabalhador estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 459-485, jul. 2013.

VASCONCELOS, I. Dilemas e desafios do estágio curricular em Serviço Social: expressão dos (des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 9, n. 17, p. 61-82, 2009.

YAZBEK, M. C. O Serviço Social e o movimento histórico da sociedade brasileira. In: CRESS/ SP. 9ª Região. **Legislação brasileira para o Serviço Social**: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) Assistente Social. São Paulo, 2004

APÊNDICES

Apêndice A - Questionário para compreensão do perfil dos trabalhadores estudantes que são estagiários do curso de Serviço Social

Caro estudante, suas informações presentes neste questionário são de fundamental importância para realização da minha dissertação, cujo objetivo principal é “Investigar sobre a realidade de estágio supervisionado vivenciado por trabalhadores estudantes dentro dos grupos de extensão universitária no curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Campus de Franca,” cujo intuito é contribuir com o debate coletivo, através da produção e socialização de novos conhecimentos.

As informações contidas no questionário serão utilizadas para traçar o perfil dos trabalhadores estagiários do curso de Serviço Social, as informações são sigilosas e serão utilizadas apenas com esse fim, os discentes não serão identificados na dissertação.

Antecipadamente agradeço a sua colaboração e atenção. Obrigada!

Ana Flávia Luca de Castro – Assistente Social, Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP Campus Franca.

Perguntas

- Nome: _____

- Sexo:
() Feminino
() Masculino

- Idade: _____

- Naturalidade: _____

- Região em que reside:
() Zona Sul
() Zona Oeste
() Zona Norte

Zona Leste

Centro

• Estado Civil:

Solteiro

Casado

Divorciado

Viúvo

Outro

• Você tem filhos?

Sim

Não

• Profissão: _____

• Jornada de trabalho

De 4 a 6 horas por dia

De 6 a 8 horas por dia

Mais de 8 horas por dia

• Quanto tempo trabalha no atual emprego:

Há menos de 1 ano

Há 1 ano

Há 2 anos

Há 3 anos

Entre 3 e 5 anos

Entre 6 e 8 anos

Há mais de 8 anos

• Com que idade começou a trabalhar:

Menos de 16 anos

De 16 a 18 anos

Mais de 18 anos

• Faixa salarial (o seu salário):

Menos que um salário mínimo (valor do salário mínimo R\$678,00)

Um salário mínimo

Até 3 salários mínimos

De 3 a 6 salários mínimos

De 6 a 10 salários mínimos

Acima de 10 salários mínimos

• Renda Familiar (soma de quanto ganha todas as pessoas que moram na sua casa):

Menos que um salário mínimo (valor do salário mínimo R\$678,00)

Um salário mínimo

Até 3 salários mínimos

De 3 a 6 salários mínimos

De 6 a 10 salários mínimos

Acima de 10 salários mínimos

• Mora com:

Familiares

Sozinho

República

Pensão

Outros

Qual: _____

• Formação do 2º grau:

Escola Pública

Escola Particular

A maior parte em escola pública

A maior parte em escola particular

- Quanto tempo você dedica aos estudos?
 - () Só aos finais de semana
 - () Só para provas e trabalhos
 - () Até 2 horas por dia
 - () De 2 a 4 horas por dia
 - () Mais de 2 dias por semana
 - () 2 dias por semana
 - () Mais de 4 horas por dia

 - O fato de ser um aluno trabalhador é um aspecto que influencia na sua formação profissional?
 - () Sim
 - () Não

 - De que forma o fato de ser um aluno trabalhador influencia a sua formação profissional:
 - () Positiva
 - () Negativa

 - Se não estivesse trabalhando conseguiria manter seus estudos?
 - () Sim
 - () Não

 - Por qual motivo escolheu o curso de Serviço Social?
 - () Por me identificar com o curso
 - () Por ser na cidade de Franca
 - () Por não ser um curso muito concorrido
 - () Para ter um diploma
 - () Por gostar de lidar com pessoas
 - () Outros
- Quais: _____
- _____
- _____

- Serviço Social era sua primeira opção de curso?
 Sim
 Não

- Acredita que o estágio supervisionado é importante para sua formação profissional?
 Sim
 Não

- Possui dificuldades de conciliar o trabalho remunerado com o estágio supervisionado?
 Sim
 Não

- Em que local realiza estágio: _____

Apêndice B - Perguntas Utilizadas na Pesquisa de Campo

Trabalhadores estagiários

- ✚ Onde está trabalhando atualmente?
- ✚ Qual função que desempenha?
- ✚ Com que idade começou a trabalhar?
- ✚ Qual a importância você atribui ao estágio supervisionado para sua formação profissional?
- ✚ Como considera a experiência do estágio supervisionado realizado em um grupo de extensão? Contribuiu para sua formação?
- ✚ Realizou estágio em outro grupo de extensão ou em outro local?
- ✚ Qual a maior dificuldade enfrentada por você durante a graduação, enquanto trabalhador estudante?
- ✚ Em sua opinião você acha que o estágio nos grupos de extensão destinado aos trabalhadores estudantes deveria continuar?
- ✚ Quais as dificuldades encontradas por você, enquanto estagiário, dentro de um projeto de extensão?
- ✚ Quais as facilidades encontradas por você, enquanto estagiário, dentro de um projeto de extensão?
- ✚ Qual alternativa possível de conciliação entre estágio supervisionado e trabalho?
- ✚ Você participou de alguma outra atividade da universidade, como pesquisa e extensão?
- ✚ Quais as atividades você desempenhava no grupo de extensão, enquanto estagiário de Serviço Social?
- ✚ Como era feito o processo de supervisão de campo dentro dos grupos de extensão? Comente sua experiência.
- ✚ Em que horário você realizava o estágio?
- ✚ Alguma vez pensou em desistir do curso por conta do trabalho?
- ✚ Em quais momentos do curso o fato de trabalhar pesa mais desfavoravelmente?

Supervisores de campo

- ✚ Enquanto supervisor de campo, como foi a sua experiência dentro do grupo de extensão, supervisionando os trabalhadores estudantes? Foi positiva em termos da formação profissional e por quê?
- ✚ Já tinha assumido a função de supervisor em algum outro campo de estágio?
- ✚ Qual importância você acredita que o estágio supervisionado tenha para formação profissional?
- ✚ Em sua opinião você acha que o estágio nos grupos de extensão destinado aos trabalhadores estudantes deveria continuar? Por quê?
- ✚ Quais foram às dificuldades encontradas enquanto supervisor de campo?
- ✚ Além de supervisor também era o coordenador do grupo de extensão?
- ✚ Acompanhava de perto o trabalho realizado pelo discente?
- ✚ Como eram realizadas as supervisões de campo?
- ✚ Como você vê o aumento de trabalhadores estudantes no curso de Serviço Social?
- ✚ Consegue enxergar uma alternativa para a realização de estágio supervisionado por aqueles trabalhadores discentes?
- ✚ Que lugar o estágio supervisionado ocupa na estrutura organizacional do curso de Serviço Social na UNESP/Franca?
- ✚ Comente as condições de trabalho docente.

Coordenador de curso

- ✚ Como você vê o aumento de trabalhadores estudantes no curso de Serviço Social?
- ✚ O curso de Serviço Social da UNESP/Franca está preparado para lidar com essa nova realidade?
- ✚ Qual a importância do estágio supervisionado para formação profissional?
- ✚ Que lugar o estágio supervisionado ocupa na estrutura organizacional do curso de Serviço Social na UNESP/Franca?
- ✚ Como foi a experiência do estágio supervisionado destinado aos trabalhadores estudantes nos grupos de extensão? Foi positiva em termos da formação profissional e por quê?
- ✚ Como aconteciam as supervisões de campo?
- ✚ Estão sendo realizadas as supervisões acadêmicas?
- ✚ Em 2013 a experiência de realização de estágio supervisionado destinado aos trabalhadores estudantes nos grupos de extensão continuou? Por quê?
- ✚ Consegue enxergar uma alternativa para a realização de estágio supervisionado por aqueles discentes que exercem atividades remuneradas?
- ✚ Como pensou na extensão como possibilidade de estágio? Como foi a definição dos grupos de extensão? Foi democrática ou imposta? Realizada através de consulta aos grupos?

Coordenador da comissão de estágio

- ✚ Qual o papel da comissão de estágio?
- ✚ Que lugar o estágio supervisionado ocupa na estrutura organizacional do curso de Serviço Social na UNESP/Franca?
- ✚ Como pensou na extensão como possibilidade de estágio? Como foi a definição dos grupos de extensão? Foi democrática ou imposta? Realizada através de consulta aos grupos?
- ✚ Como foi a experiência do estágio supervisionado destinado aos trabalhadores estudantes nos grupos de extensão? Foi positiva em termos da formação profissional e por quê?
- ✚ Quais as estratégias adotadas pela comissão de estágio para materialização de estágio supervisionado para trabalhadores estudantes?
- ✚ Em 2013 a experiência de realização de estágio supervisionado destinado aos trabalhadores estudantes nos grupos de extensão continuou? Por quê?
- ✚ Onde esses trabalhadores estudantes estão realizando estágio?
- ✚ Consegue enxergar uma alternativa para a realização de estágio supervisionado por aqueles estudantes que exercem atividades remuneradas?

Representante discente da comissão de estágio

- ✚ Qual o papel do representante discente dentro da comissão de estágio?
- ✚ Enquanto representante discente você acompanhou toda essa discussão de estágio supervisionado realizado por trabalhadores estudantes dentro dos grupos de extensão?
- ✚ Como foi pensada a como possibilidade de estágio? Como foi a definição dos grupos de extensão? Foi democrática ou imposta? Realizada através de consulta aos grupos?
- ✚ Quais as estratégias adotadas pela comissão de estágio para materialização de estágio supervisionado para trabalhadores estudantes?
- ✚ Consegue enxergar uma alternativa para a realização de estágio supervisionado por aqueles estudantes que exercem atividades remuneradas?
- ✚ Em sua opinião você acha que o estágio nos grupos de extensão destinado aos trabalhadores estudantes deveria continuar? Por quê?

ANEXO

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: ____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº ____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **(título do projeto)**. O projeto de pesquisa será conduzido por **(nome do pesquisador)**, do Programa de Pós-Graduação em **(nome do Programa)**, orientado pelo Prof (a). Dr(a) **(nome)**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: (Monografia, Dissertação, Tese, Projeto (s), Relatório Trienal de Atividades/Docente, etc.) observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. **[Descrição sumária do trabalho (+ou- três linhas)]**. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de .

 Assinatura do participante

 (assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome

Endereço:

Tel:

E-mail:

 (assinatura)

Orientador

Prof. (a) Dr. (a)

Endereço:

Tel:

E-mail:

E-mail: